



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

A FORMAÇÃO DO ALUNO LEITOR

TERTULIANA CORRÊA MACHADO

Dissertação submetida à Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção

Orientador:
Prof. Francisco Antonio Pereira Fialho, Dr.

Florianópolis, 2001
A FORMAÇÃO DO ALUNO LEITOR

Nome: Tertuliana Corrêa Machado

Área de Concentração:

A leitura

Orientador:

Prof. Francisco Antonio Pereira Fialho, Dr.

Florianópolis, 2001

A FORMAÇÃO DO ALUNO LEITOR

Nome: Tertuliana Corrêa Machado

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Engenharia, especialidade em Engenharia de Produção, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, em fevereiro de 2001.

Prof. Ricardo Miranda Barcia, Ph.D.
Coordenador do Curso de Pós-Graduação
em Engenharia de Produção

Banca Examinadora:

Prof. Francisco Antonio Pereira Fialho, Dr.
Orientador

Prof^a . Elaine Ferreira, Dr^a .

Prof. Luiz Alberto Diaz, Dr.

DEDICATÓRIA

Aos meus alunos e ex-alunos.

AGRADECIMENTOS

Sem o apoio, o estímulo e a colaboração recebida de diversas pessoas, este trabalho dificilmente teria sido realizado.

Por isso, agradeço a todos aqueles que, de alguma forma me apoiaram, torceram por mim e viabilizaram a concretização deste sonho.

Agradeço, sobretudo a Deus, pela minha família, por todas as pessoas amigas, pelo meu trabalho, pela vida enfim!...

SUMÁRIO

Dedicatória.....	IV
Agradecimento.....	V
Resumo.....	IX
Abstract.....	X
1- Introdução.....	01
1.1 – Justificativa.....	01
1.2 – Estabelecimento do problema.....	04
1.3 – Objetivos.....	05
1.4 – Metodologia.....	06
1.5 – Estrutura dos capítulos.....	07
2- Histórico da Leitura no Mundo Ocidental.....	09
2.1 – A diversidade das práticas de leitura no mundo grego e helenístico.....	10
2.1.1 – Novos textos e novos livros: a leitura em Roma.....	14
2.1.2 – As modalidades de leitura.....	15
2.1.3 – Os novos leitores.....	17
2.2 – Práticas monásticas na Alta Idade Média: Ler, escrever, interpretar o texto....	18
2.3 – O modelo escolástico da leitura.....	20
2.3.1 – O desaparecimento do modelo escolástico.....	22
2.4 – A leitura nos finais da Idade Média.....	24
2.5 – A leitura nas comunidades judaicas da Europa Ocidental na Idade Média.....	25
2.6 – O leitor humanista.....	27
2.6.1 – O texto e sua moldura.....	29
2.6.2 – O professor e o leitor.....	31
2.6.3 – O fim de uma tradição.....	33
2.7 – Reforma protestante e leitura.....	33
2.8 – Leituras e Contra-Reforma.....	36
2.8.1 – As leituras dos iletrados.....	37
2.9 – Uma revolução da leitura no final do século XVIII.....	38
2.9.1 – Ler sem comprar.....	41
2.10 – Os novos leitores do século XIX: mulheres, crianças e operários.....	42
2.11 – Um futuro para a leitura.....	46
2.11.1 – A leitura no mundo.....	46
2.11.2 – Crise da leitura. Crise da produção.....	48
2.11.3 – O cânone contestado.....	50
2.11.4 – Ler de outra maneira.....	51
2.11.5 – A desordem na leitura.....	51
2.11.6 – Os modos de leitura.....	53
2.11.7 – A ausência de cânones e de novos cânones.....	54
3- A importante conquista do jovem leitor.....	55
3.1 – A leitura: Caminho que leva à cidadania.....	64

4- Os Parâmetros Curriculares Nacionais e a leitura.....	
4.1 – O texto como unidade e a diversidade de gêneros.....	77
4.2 – A seleção de textos.....	78
4.2.1 – Textos orais.....	78
4.2.2 – Textos escritos.....	78
4.2.2.1 – Sobre a leitura de textos escritos.....	82
4.3 – Relato de uma experiência.....	87
5- Resultado da pesquisa e interpretação dos gráficos.....	95
6- As novas mídias e seu impacto no ato de ler.....	126
6.1 – Uma pausa para reflexão.....	127
6.2 – A educação na era da informação.....	128
6.3 – A leitura na era da informação.....	129
6.4 – Informática – Porta aberta à comunicação.....	131
7- Conclusões.....	136
7.1 –Algumas limitações deste trabalho.....	137
7.2 – Sugestões para trabalhos futuros.....	137
8- Referências Bibliográficas.....	138
9- Anexos.....	141

*“Onde o espírito vive sem medo e a fronte se mantém erguida;
onde o saber é livre;
onde o mundo não foi dividido em pedaços por estreitas paredes
domésticas;
onde as palavras brotam do fundo da verdade;
onde o esforço incansável estende os braços para a perfeição;
onde a clara fonte da razão não perdeu o veio no triste deserto de areia do
hábito rotineiro;
onde o espírito é levado à Tua presença, em pensamento e ação sempre
crescentes;
dentro desse céu de liberdade, ó meu Pai, deixa que se erga minha Pátria”.*
(Rabindranath Tagore-Gitanjali)

*... para que todos nós possamos ser sábios,
para que todos nós possamos ser felizes.*

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo questionar sobre a leitura, principalmente na escola, além de colher informações a respeito da formação de leitores.

Trata-se de uma reflexão sobre o ato de ler e a educação em geral, frente às novas tecnologias.

Para isto, foi feita uma retrospectiva sobre a leitura no mundo ocidental, esclarecendo-nos diversos comportamentos sociais frente ao universo do livro, além de delinear algumas hipóteses sobre o futuro da leitura no mundo informatizado.

O trabalho faz também referência à leitura, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, ou seja, como devem ser organizadas as práticas pedagógicas em torno dos textos orais e/ou escritos.

Ele relata ainda uma experiência vivenciada no ano 2000, fruto de um projeto de incentivo à leitura.

A importância de conquistar o aluno leitor é preocupação constante, sempre procurando ressaltar as inúmeras possibilidades que a leitura traz para o indivíduo.

Questiona o papel da escola na formação de leitores e aponta a leitura como caminho que pode levar à cidadania.

Por fim, apresenta os resultados de uma pesquisa realizada em várias escolas, a qual, prazerosamente, fornece subsídios para o enriquecimento do uso da leitura como prática diária em nossas instituições escolares.

ABSTRACT

This work intends to question about reading, specially at school, besides gathering information about formation of readers.

It deals with a reflection over the act of reading and education in general, in the presence of new technologies.

Because of this, it was done a review about reading in the ocidental world, clarifying to us several social behaviors in the presence of book universe, besides outlining some hipotesis about the future of reading in a computerized world.

This work makes reference to reading, according to "PCN's", it means, how the pedagogical prectices around oral and/or written texts must be organized.

It still tells an experience lived in the 2000 year, result of a project of incentive to reading.

The importance of conquisting the reader student is a permanent worry, always trying to expose the uncountable possibilities that the act of reading brings to a person.

It questions the duty of school in readers training and shows reading as a way which can take to citizenship.

Finally, this work presents the results of a research made in several schools, which pleasurably, gives subsidies to enrichment of reading uses as daily practice in our educational institutions.

1. INTRODUÇÃO

“A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalha e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas”.

(Ferreira Gullar – Jornalista, poeta e escritor brasileiro)

1.1 Justificativa

Não há dúvida de que a leitura é um caminho muito importante para a informação e, principalmente, para a formação do educando. Cabe aqui uma pergunta: Todo aluno gosta de ler? A resposta mais provável deve ser não. Então, como despertar no aluno o gosto pela leitura? Nem sempre essa é uma das tarefas mais fáceis. Ela apresenta dificuldades e propõe muitos desafios, os quais exigem dos adultos, pais e educadores, não apenas boa vontade, mas também esforço e dedicação constantes. Como se vê, não basta apenas querer, é preciso perceber e distinguir os vários obstáculos com que se defrontam, e buscar mecanismos que possibilitem ultrapassá-los. Tentar superá-los é a meta prioritária para qualquer um que queira enfrentar essa barreira e, com isso, ajudar a mudar o rumo da história de cada educando, fazendo-o entender que quem lê transcende o tempo e se permite uma viagem de prazer indescritível, visto que a leitura é uma experiência pessoal, ímpar.

Para que essa tarefa possa ser executada, urge que se tenha em mente o que disse um professor francês, a capacidade de “ficar na janela olhando as pessoas passarem e passar, ao mesmo tempo, junto com elas”.

Segundo Marisa Lajolo (1993),

“Ninguém nasce sabendo ler: aprende-se a ler à medida em que se vive. Se ler livros geralmente se aprende nos bancos da escola, outras leituras se aprendem por aí, na chamada escola da vida”. (Lajolo, 93)

Dáí se conclui que, além de despertar no aluno o gosto pela leitura, é preciso antes de mais nada despertar nele a sensibilidade, a capacidade de se situar frente ao texto lido num

“processo que envolva uma compreensão crítica do ato de ler que não esgota na decodificação pura da palavra escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto”. (Paulo Freire, 1981)

Segundo Paulo Freire, é bom salientar que a leitura do mundo particular do leitor é de fundamental importância para despertar-lhe o interesse pela leitura da palavra.

Ademais, a aprendizagem da leitura deve ser um ato de educação fundamentalmente ético e político. A leitura de hoje em dia deve levar em conta a história das pessoas e das sociedades: seus hábitos, costumes, modos de viver e de pensar. Deve colocar o homem como agente da história e não como mero sujeito dela, onde alguns poucos são enaltecidos por quaisquer fatos que os destacam no meio social, político, econômico, militar ou religioso.

Cabe, principalmente aos educadores proporcionar aos educandos oportunidades para observar e analisar o contexto no qual estão inseridos e, mais do que isso, oferecer-lhes condições para que tenham vontade política para propor alternativas pertinentes que visem à melhoria da qualidade de vida da sua coletividade. Agindo assim, os “indivíduos” deixarão de ser apenas um número a mais nas pesquisas e estatísticas para serem cidadãos capazes de respeitar direitos, cumprir deveres, reivindicar melhorias, preservar e difundir cultura, enfim, construir a História.

A educação deve ter como prioridade formar o cidadão e, para isso, precisa estar afinada com as novas tendências manifestadas na sociedade e estas indicam a necessidade de “uma formação geral sólida, a capacidade de manejar conceitos, o desenvolvimento do pensamento abstrato”. (Saviani, 1994:103) e de uma aprendizagem

continua através de processos de formação. Assim, a escola precisa formar o leitor que questiona, que esteja conectado com o mundo e disposto a ler muito e sempre.

A formação desse leitor depende da adoção de novas metodologias e de novos materiais favoráveis na sala de aula, o que significa descartar certas práticas antiquadas que têm revelado resultados poucos satisfatórios. Essas questões apontam para a necessidade de formação continuada também para o professor que, doravante, deve ser um “eterno aprendiz”, consciente de que as palavras de ordem do momento são: aprendizagem permanente.

Mas como formar o aluno inculcando-lhe o espírito crítico, transformando-o num cidadão participativo e atuante numa sociedade que está totalmente voltada para a tecnologia? Será possível promover o entrosamento perfeito da modernidade com os antigos valores que sempre regeram a mente humana? A resposta mais conveniente aponta que isso, além de ser possível, é necessário. A tecnologia não é nenhum bicho-papão. Os tempos mudaram e é preciso se adaptar às novidades e delas tirar proveito. Nada avançou tanto no mundo como as “comunicações” e esse processo não vai regredir. É bem verdade que a força da mídia é inquestionável, todavia isso não quer dizer que todos precisam se render aos seus apelos. Deve-se ter em mente que a capacidade educativa é atribuição e responsabilidade das famílias e da escola. Teremos de lidar com o século XXI, carregando problemas muito antigos que tiveram suas raízes nos primórdios da História do Brasil e por que não dizer, nos primórdios da História das Civilizações? Segundo afirma Umberto Eco: “Toda modificação dos instrumentos culturais, na história da humanidade, se apresenta como uma profunda colocação em CRISE do mundo cultural precedente”.

Com o aparecimento da fotografia, temeu-se pela pintura; acreditavam que o cinema seria extinto quando surgiu a televisão. Falou-se da “morte do livro” com o advento dos textos eletrônicos. Por último, aparece o computador e a TV que redefiniram as características que marcaram o século XX. Como se não bastasse, surgiu a Internet que, embora ainda atinja um número reduzido de pessoas, cresce assustadoramente a cada dia.

Com a introdução da informática, do computador e da Internet na sala de aula, obviamente que o professor precisa se policiar e tentar sair da mesmice que por muito tempo vem regendo nossas escolas.

“É certo que a escola é uma instituição que há cinco mil anos se baseia no falar/ditar do mestre, na manuscrita do aluno e, há quatro séculos, em um

uso moderado da impressão. Uma verdadeira integração da informática (como do audiovisual) supõe, portanto, o abandono de um hábito antropológico mais que milenar, o que não pode ser feito em alguns anos”. (Levy,1993)

Conforme propõe o autor, não resta a menor dúvida de que a informática, o computador e, sobretudo a Internet, alteraram e alteram totalmente o nosso fazer pedagógico. Não obstante, não há mais como negar a necessidade da utilização desses meios em nossas vidas.

Como tudo o que é novo, a Internet chegou, aguçou a curiosidade de todos, causou impacto, provocou elogios e foi (é) alvo de especulações dos mais céticos.

1.2 Estabelecimento do Problema

Como resgatar o prazer da prática da leitura como uma prática crítica e reflexiva?

Os alunos de hoje, por vários motivos, não têm contato sistemático com a leitura de qualidade e com adultos leitores. A escola torna-se então o único veículo de interação desses alunos com textos, cabendo a ela oferecer leituras de bom nível, diversidade de textos, modelos de leitores e práticas de leituras eficazes e, conseqüentemente, formar leitores competentes.

Um leitor competente é aquele que, por iniciativa própria, seleciona, de acordo com as suas necessidades e interesses, o que ler entre os vários tipos de textos que circulam socialmente.

Para que isto se efetue, a escola deve promover uma prática constante de leitura organizada em torno de uma diversidade de textos. O ideal é que o professor seja um bom leitor e que esteja sempre atualizado em relação a novas publicações e crie com seus alunos uma interação capaz de estimulá-los a falar sobre o assunto. Cabe também ao professor proporcionar-lhes um convívio estimulante com a leitura, assim como permitir que ela cumpra o seu papel, ou seja, o de ampliar, pela leitura da palavra, a leitura do mundo.

“Literatura é um jeito de se ler a vida. Ler no sentido de interpretar, observar, descobrir, e refletir. Nela a vida pulsa”. (Kupstas & Campos, 1992)

As autoras atribuem à literatura e ao ato de ler a tarefa de descobrir a vida.

Como agir daqui para frente?

Seguir envolvido na emoção da descoberta, aprender errando, sentir medo, encontrar saídas?

O papel do educador é desbravar caminhos, é estimular e administrar a curiosidade, tanto a própria, como a curiosidade de seus alunos. É mister que haja perfeita interação entre aluno e professor porque, na era da informação somos todos “aprendizes do futuro”, aprendizes permanentes na busca de um mundo melhor e na busca da própria felicidade.

Nesse mundo de transição no qual estamos vivendo, tudo está mudando muito depressa. Tudo está sendo reavaliado. Pouco, muito pouco deve ficar como sempre foi. Urge buscar uma nova prática pedagógica que atenda a contento o novo aluno que recebemos a cada ano. É nosso dever prepará-lo bem para a vida e conscientizá-lo das novas e rápidas mudanças. Só o fato de querer mudar com elas já pode ser um bom começo.

1.3 Objetivos

Os objetivos deste trabalho estão relacionados ao questionamento de formas eficazes que possam despertar nos alunos o gosto pela leitura e à compreensão da importância do uso de novas tecnologias no ensino como forma de superar o ensino tradicional, além de refletir sobre a inserção de um fazer-pedagógico mais ligado à realidade social e/ou à vivência do aluno. Relacionam-se, principalmente a uma longa trajetória pessoal ligada à educação lingüística que aponta mais do que nunca a necessidade de um olhar criterioso para traduzir a importância do novo ensino e a sua relação com o conhecimento.

Hoje em dia já não se concebe mais a comunicação sem tecnologia, pois, como já foi dito anteriormente, segundo McLuhan, o mundo se transformou, realmente, em uma enorme “Aldeia Global”.

Como objetivos, esta dissertação se propõe a:

- ☉ Formar leitores capazes de extrair dos textos, tanto prazer quanto conhecimento, dentro de um contexto informatizado.

- ☉ Propor a prática da leitura constante de forma que o leitor estabeleça relações entre o texto que lê e outros textos já lidos; que saiba identificar os elementos implícitos; que consiga validar a sua leitura a partir da localização de elementos discursivos que permitam fazê-lo.
- ☉ Enfatizar que o trabalho com a leitura deve ser uma prática constante e que constitui a matéria-prima para o ato de escrever.
- ☉ Despertar no aluno a sensibilidade, mostrando-lhe que ela não precisa ser um dom inato, mas algo que se cultiva e se desenvolve e que o torna apto a degustar o que lê.
- ☉ Ressaltar o valor da interatividade, da intertextualidade, do paratexto e do hipertexto.
- ☉ Desenvolver no aluno as habilidades lingüísticas básicas para ler, analisar e interagir com a realidade em que vive, inserindo-se, assim, no seu contexto social, lembrando-lhe de que hoje a leitura deve ser prazer, mas que, além de requerer interpretação clara, requer também conhecimento tecnológico.

1.4 Metodologia

A leitura é, sem dúvida, um campo de pesquisa que tem muito a ser explorado”.

Sendo assim, formar o aluno leitor será um processo longo que exigirá do pesquisador um acompanhamento paulatino de um grupo de alunos que serão escolhidos de forma aleatória.

A princípio, será necessário um teste de sondagem e os alunos, através de depoimentos pessoais, entrevistas, questionários (e formulários) deverão mostrar suas experiências com a leitura.

Tal procedimento também será aplicado a um grupo de professores que, voluntariamente, quiserem colaborar com a pesquisa.

Para análise dos casos, poderão ser seguidos alguns passos que direcionarão o trabalho e garantirão, sem dúvida, a formação do aluno leitor competente que é o principal objetivo desse trabalho (ou dessa dissertação).

Dentre outros, tais passos poderão ser:

- 1) Sugestão de leituras considerando alguns fatores como: sexo, idade, nível socioeconômico, desenvolvimento psicológico, grau de escolaridade.

- 2) Envolvimento da maioria dos professores da escola num projeto de leitura extraclasse, o qual, além de incentivar a leitura, diminuir gastos com a aquisição de livros, facilitar a interação e a interdisciplinaridade, possibilitará também o crescimento pessoal e profissional.

Após esta primeira fase que é a pesquisa de campo propriamente dita, a qual requer paciência e, sobretudo, persistência, será feita a tabulação e apresentação dos dados coletados.

Em seguida, será feita uma análise para interpretar os dados apresentados na fase anterior e, por último, os resultados desta experiência serão relatados no presente trabalho, bem como as principais conclusões e algumas sugestões de aperfeiçoamento.

1.5 Estrutura dos capítulos

Esta dissertação está estruturada em sete capítulos. No primeiro capítulo encontra-se a introdução que consta da justificativa, onde é feita uma ampla reflexão sobre a leitura e a educação em geral, frente às novas tecnologias; encontram-se também o estabelecimento do problema, os objetivos, a metodologia e a estrutura do trabalho.

No segundo capítulo, vemos um histórico da leitura no mundo ocidental. Essa retrospectiva mostra-nos os caminhos pelos quais a leitura trilhou, desde a Grécia e Roma antigas, até nós. Esclarece-nos também os diversos comportamentos sociais frente ao universo do livro, além de delinear algumas hipóteses sobre o futuro da leitura no mundo informatizado.

No terceiro capítulo fazemos referência à importância de conquistar o jovem leitor, ressaltando as inúmeras possibilidades que a leitura traz para o indivíduo. Questionamos ainda o papel da escola na formação de leitores. Por fim, apontamos a leitura com um caminho que leva à cidadania.

No quarto capítulo, observamos a leitura frente aos Parâmetros Curriculares Nacionais, ou seja, como devem ser organizadas as práticas pedagógicas em torno dos textos orais e/ou escritos. São apresentadas algumas sugestões didáticas que orientam a formação de leitores. Esse capítulo relata também uma experiência vivenciada no ano 2000, fruto de um projeto de incentivo à leitura.

No quinto capítulo são apresentados os resultados da pesquisa realizada, os gráficos com o levantamento dos dados e a interpretação desses gráficos.

No sexto capítulo dissertamos sobre as novas mídias e os impactos destas sobre os hábitos de leitura, além de refletirmos sobre a educação na era da informação.

Finalmente apresentamos, no sétimo capítulo as conclusões, em um diálogo com os objetivos pretendidos, e as sugestões para futuros trabalhos, referindo-nos às limitações do presente estudo.

2 – HISTÓRICO DA LEITURA NO MUNDO OCIDENTAL

“Antes de serem escritores, fundadores de um espaço próprio, herdeiros dos lavradores de outrora, porém, no solo da linguagem, escavadores de poços e construtores de casas, os leitores são viajantes; circulam pelas terras alheias, nômades caçando furtivamente pelos campos que não escreveram, arrebatando os bens do Egito para deles gozar. A escrita acumula, estoca, resiste ao tempo pelo estabelecimento de um espaço e multiplica sua produção pelo expansionismo da reprodução. A leitura não se previne contra o desgaste do tempo (esquecemo-nos dele e de nós próprios), ela não conserva ou conserva mal o que adquiriu e cada um dos lugares por onde ela passa é a repetição do paraíso perdido.”

(Certeau, v.1,p.247)

O autor enfoca a novidade sempre inerente à leitura, declarando-a imune ao desgaste do tempo. Ele afirma que os leitores são viajantes onipotentes e onipresentes a quem sonhar é permitido.

As diferentes formas de ler sempre caracterizaram as sociedades desde a Antiguidade. Antes de mais nada, cumpre-se lembrar que a leitura não nasce já inscrita em determinado texto, pois há grande distância entre os sentidos atribuídos a um texto pelo seu autor, pelo editor, pelo crítico e pela interpretação que o leitor faz dele. Aliás, o leitor é a razão de ser dos textos. É bom que promova um encontro entre “o mundo do leitor” e “o mundo do texto.” Por quê? Pelo simples fato de que cada leitor lê um mesmo texto de maneiras variadas. Além disso, cada momento da história também determina processos interpretativos diferentes. É muito importante que, antes de se ler um texto, o leitor situe-se no tempo e no espaço. Esse procedimento lhe dará melhores condições para fazer uma boa interpretação do que foi lido

Quer se trate do jornal ou de uma tese, o texto somente tem significação por seus leitores; com eles o texto se transforma; ordena-se segundo códigos de percepção que lhe escapam. Ele somente se torna texto em sua relação com a exterioridade do leitor, por meio de um jogo de implicações e de astúcias entre dois tipos de “espera” combinadas: aquela que organiza um espaço *lisível* (uma literalidade) e aquela que organiza uma abordagem necessária *à feitura* da obra (uma leitura).

É preciso considerar que as formas produzem sentido e que um texto se reveste de uma significação e de um estatuto inéditos quando mudam os suportes que o propõem à leitura. Toda história das práticas de leitura é, portanto, necessariamente uma história dos objetos escritos e das palavras leitoras.

É preciso observar que a leitura é sempre uma prática encarnada por gestos, espaços e hábitos. É preciso identificar as disposições específicas que distinguem as comunidades de leitores, as tradições de leitura, as maneiras de ler. Todos aqueles que podem ler os textos não os lêem da mesma forma, há aqueles que possuem mais competência de leitura e há os leitores menos hábeis. Todavia, as comunidades de leitores transformam-se em comunidades de interpretação. Cada uma dessas comunidades partilha, em relação com o escrito, um mesmo conjunto de competências, de usos, de códigos, de interesses e permite estabelecer limites e localizar as traduções culturais das diferenças sociais. Para cada comunidade de interpretação formada, a relação com o escrito efetua-se com técnicas, gestos e diferentes maneiras de ler. A leitura não é apenas uma operação intelectual abstrata: ela é o uso do corpo e uma atenção especial deve ser dada às maneiras de ler que desapareceram ou que, pelo menos, foram marginalizadas no mundo contemporâneo. A leitura não deve limitar-se apenas à maneira de ler contemporaneamente, ela deve, sobretudo, reencontrar os gestos esquecidos, os hábitos que desapareceram e, além de manter o homem intelectualizado, deve também servir de deleite e prazer para o homem moderno que vive diariamente a revolução eletrônica.

2.1 - A diversidade das práticas de leitura no mundo grego e helenístico

“Cada logos, a partir do momento em que foi escrito, rola para todos os lados, tanto na direção dos que o compreendem quanto na daqueles com os quais nada tem a ver, não sabendo a quem deve ou não deve falar”.

(Platão)

O trecho de Platão suscita, direta ou indiretamente, outras questões fundamentais para a história da leitura na Grécia clássica. É preciso pensar nas relações entre os sistemas de comunicação não somente por meio da oposição oral / escrito, mas também no próprio interior do oral que assume formas diferentes, quer se trate de um

discurso simplesmente falado, quer se trate de uma reconstituição oral de um texto escrito feito por um indivíduo leitor. O discurso falado, que Platão considera um “discurso de verdade”, escolhe seus interlocutores, pode estudar suas reações, esclarecer suas perguntas, responder a seus ataques. O discurso escrito, pelo contrário, é como uma pintura: se lhe indagamos alguma coisa, ele não consegue responder, apenas se repete eternamente. Difundido para um suporte material inerte, o escrito não sabe onde encontrar aquele que será capaz de compreendê-lo nem consegue evitar quem não tem competência para acolhê-lo. Cada leitura constitui, portanto, uma interpretação diferente do texto, diversa para cada leitor. No entanto, o escrito goza da liberdade de “rolar” livremente em todas as direções e se presta a uma leitura livre, a uma interpretação e a um uso do texto com total liberdade.

O livro que veicula um logos escrito, destinado à leitura, traz outras implicações até mesmo contraditórias: pois enquanto havia uma escassa presença do livro, havia uma alfabetização bastante ampla, capaz de capacitar até as camadas inferiores da sociedade urbana a lerem inscrições oficiais ou privadas.

Os gregos se preocupavam também com a conservação do texto. A Grécia antiga teve nítida consciência de que a escrita fora “inventada” para fixar os textos e trazê-los assim novamente à memória, na prática, para conservá-los. Nessa época, havia fronteiras que delimitavam entre o livro destinado à fixação e conservação do texto e o livro destinado à leitura. Certos livros eram utilizados como textos escolares, com finalidades educativas de um certo grau, e outros se prestavam à leitura de entretenimento, com cenas de leitura propriamente dita, em que os leitores são inicialmente figuras masculinas, depois seguidas por figuras de “mulheres-leitores”. Esses leitores não eram solitários, aparecem, em geral em grupos representativos de conservação e de atividade lúdica, sinal de que a leitura era vista como a prática de vida em sociedade.

Nota-se que havia, nesse tempo, uma certa primazia da modalidade da leitura em voz alta, aliás, a mais difundida.

É preciso considerar ainda uma outra dimensão da leitura: os gregos da época clássica não desconheciam leituras de viagem e, portanto, “de entretenimento e lazer,” fora de quaisquer obrigações profissionais. É desse tempo a notícia do surgimento das primeiras coletâneas de livros, a princípio do tipo profissional e, em seguida, do tipo

particular em que o “coleccionador” pretendia conseguir e ler o maior número possível de livros: em resumo, ele pretendia adquirir uma biblioteca não profissional.

É curioso notar também que já naquela época tem-se notícia do primeiro livro de arte culinária existente na história.

Revendo a história da leitura parece que, numa época bem antiga passou-se de uma prática de leitura vista como “distribuição de texto” feita por poucos alfabetizados a raros iletrados, para uma leitura mais difundida, tida como “reconhecimento” direto das letras em um dado nível. Surge então a leitura dita de percurso e que, ao “percorrer” atentamente o texto, considera-o examina-o, investiga-o. Nesse contexto aparece pela primeira vez a imagem do livro “freqüentado” continuamente (literalmente calcado), portanto lido e relido várias vezes. Talvez se tratasse de uma forma de leitura intensiva.

É difícil dizer se os usos vários e ampliados de cultura escrita na idade helenística contribuíram não somente para uma instrução mais vasta e, portanto, para uma ampliação do ensino escolar, mas também para uma difusão mais vasta de práticas de leitura. Pode-se observar que algum funcionário da administração deixou traços de leituras cultas em alguns documentos. O importante é insistir no fato de que na época helenística, mesmo que permaneçam formas de transmissão oral, o livro passa a desempenhar daí em diante um papel fundamental. Todavia a literatura da época depende agora da escrita e do livro: a esses instrumentos são confiados a composição, a circulação e a conservação das obras. Impõe-se então o conceito de que uma obra só existe se for escrita; obra é um texto escrito e de que podemos nos apropriar graças ao livro que a conserva. Surgiu daí a Biblioteca de Alexandria, modelo das grandes bibliotecas helenísticas que era, ao mesmo tempo biblioteca “universal” e “racional”: universal, porque é destinada à conservação dos livros de todos os tempos e de todo mundo conhecido, e racional, porque nela os próprios livros devem obedecer a uma ordem, entrar em um sistema de classificação que permitia organizá-los por autor, obra e conteúdo.

É sob essa perspectiva que se chegou a definir uma estrutura mais exata, tanto para textos do passado quanto para os novos, tais como: formato padrão quanto à altura e comprimento; o formato dos caracteres internos e externos; a divisão em volumes (rolos) para uma obra mais extensa; o agrupamento de textos e livros muito breves; a “divisão em colunas” da escrita; sistema de organização de títulos e uma série de organização de títulos e uma série de dispositivos (parágrafos e colunas) dividindo os

textos e cada uma das seções. Surge uma nova organização da produção literária e uma nova disciplina técnico-livreira, ambas ligadas não só a criação de grandes bibliotecas, mas também a novas práticas de leitura.

As grandes bibliotecas helenísticas, todavia, não eram bibliotecas de leitura. Eram, ora sinais das dinastias que estavam no poder; ora, instrumento de trabalho para um círculo de eruditos e de literatos. Os livros eram mais acumulados do que realmente lidos. As bibliotecas continham coletâneas de livros das escolas de filosofia e de ciências, e eram reservadas a um número muito restrito de mestres, discípulos e alunos. Excetuando as grandes bibliotecas, pouco se conhece sobre outras bibliotecas públicas da época helenística. Porém, é preciso perguntar: qual era a sua função? E quem realmente as freqüentava? Parece que a leitura era praticada, de preferência, na intimidade, por aqueles que a dominavam. Nesse período, assiste-se também ao florescer de manuais de caráter técnico, como textos de crítica filosófica e literária ou tratados de uso meramente prático (tática militar, agricultura).

Também, nessa ocasião houve a ampliação da leitura, quando o novo papel assumido pelo livro vem marcado na composição de epigramas de dedicatória e de apresentação editorial em que ele é objeto de alguma alocução ou, melhor, o livro “fala”. A leitura em voz alta “dá alma ao livro”. O livro entra, então, com sua própria personalidade, num jogo de relações com os leitores, com todos aqueles que a ele se dirigem e lhe “emprestam” voz.

Não é por acaso que surge então uma verdadeira teoria da leitura, que manuais de retórica e tratados gramaticais oferecem detalhados preceitos sobre a expressividade da voz no ato de ler. Sem esta arte de ler, o escrito não passaria de traços incompreensíveis depositados no papiro. Cada “leitura” individual ou na presença de um auditório, deve ser uma “interpretação” vocal e gestual que se esforça o mais possível para expressar gênero literário e as intenções do autor. Nasce daí a arte oratória, por sua vez ligada à práxis teatral. Nasce daqui a procura, por parte dos antigos, de uma metodologia hermenêutica capaz de decifrar os indícios oferecidos pelo próprio texto, observá-los, com o objetivo de conseguir uma leitura correta.

2.1.1- Novos textos e novos livros: a leitura em Roma

A partir de que momento é possível falar de uma presença real do livro e do surgimento de práticas de leitura em Roma?

Não há a menor dúvida de que Roma herdou do mundo grego a estrutura física do livro e certas práticas de leitura. Na Roma dos primeiros séculos os usos da cultura escrita limitavam-se substancialmente à casta sacerdotal e à nobreza, sendo difícil acreditar que houvesse outros livros além dos anais compilados pelos pontífices, isto é; os livros de interpretação de presságios e as coletâneas de oráculos, juntamente com outros poucos conservados em locais secretos. Entre as famílias nobres, mais do que livros o que havia eram documentos de arquivos, relatos de funções exercidas pelos magistrados e elogios fúnebres. Portanto, não se pode pensar que a prática da leitura fosse além dessas inscrições e desses documentos.

Mais tarde, o uso do livro se expande porque a sociedade romana também está em expansão. Entretanto, trata-se sobretudo de livros gregos, de uso profissional. O próprio nascimento de uma literatura latina está ligado, nessa época, aos livros gregos.

Em princípio, a literatura mostra-se uma prática exclusiva das classes elevadas e se faz de maneira privada. As bibliotecas eram formadas por livros gregos que chegavam a Roma como despojos de guerra. Tais livros, eram guardados nas residências dos que os conquistaram e depois transformavam-se em bibliotecas particulares em torno das quais reúne-se a restrita sociedade culta. Grandes amizades se firmaram através de empréstimos de livros e de conversas provocadas por tais empréstimos. As bibliotecas dos romanos ricos, aos poucos se transformaram em “um espaço para viver”.

A época imperial marca uma nova etapa nas práticas de leitura, devido, antes de tudo, ao progresso na alfabetização. O mundo, doravante greco-romano, torna-se um mundo de vasta circulação de cultura escrita. Ao lado de inscrições de todos os tipos – das epígrafes oficiais aos grafites – circula uma multidão de produtos escritos: cartazes erguidos em cortejos, libelos e prospectos em verso ou em prosa distribuídos em lugares públicos, fichas com legendas, tecidos escritos, calendários, documentos com reclamações, cartas, mensagens. É preciso levar ainda em consideração a documentação civil e militar e a ligada à prática jurídica.

Nesse cenário em que muitas pessoas sabem ler e no qual circulam numerosos produtos escritos, manifesta-se uma crescente demanda de livros que se encontra uma resposta em três planos: na criação de bibliotecas públicas e incremento das particulares; na oferta de textos novos (ou refeitos) destinados a novas faixas de leitores; na produção e distribuição de um tipo diferente de livro, o codex, o livro já com páginas, mais adequado às necessidades desses novos leitores e das diferentes práticas de leitura.

A notícia sobre a função das bibliotecas públicas como espaços de leitura em Roma são poucas. Certamente não eram bibliotecas como as helenísticas, reservadas a pequenos círculos, mas deve-se pensar, preferencialmente, em “bibliotecas eruditas,” no sentido de serem abertas a qualquer pessoa que as quisesse frequentar. Na realidade, eram frequentadas por um público de leitores de classe média alta, a mesma que, muitas vezes, já dispunha de bibliotecas particulares. O aumento do número de bibliotecas não pode ser atribuído diretamente ao crescimento das necessidades de leitura. Às vezes, construíam-se bibliotecas por decisão do imperador com a finalidade de conservar as memórias históricas e de selecionar e codificar o patrimônio literário. Também a benemerência privada ergueu bibliotecas públicas para serem locais de entretenimento culto de vida urbana.

A seleção realizada pelas bibliotecas públicas podia, às vezes, configurar-se como a verdadeira censura dos textos que desagradavam ao poder.

O desenvolvimento das bibliotecas particulares correspondem, sem a menor dúvida, a uma expansão das necessidades de leitura; e, mesmo nos casos em que essas bibliotecas foram prova de ostentação de poder econômico, elas indicam que, no mundo das representações da sociedade greco-romana da época, livros e leituras tinham seu lugar na abundância e nos comportamentos de uma vida opulenta.

2.1.2 - As modalidades de leitura

A leitura de uma obra literária exigia um grande domínio técnico e intelectual. Para os outros textos, um nível menor de competência já era suficiente: particularmente, a leitura de cartazes, documentos ou mensagens era facilitada pela repetição de certas fórmulas.

As condições da aprendizagem da leitura são diversas segundo as épocas, o estatuto social, as circunstâncias. Geralmente, ela se realiza no âmbito familiar, junto a professores particulares ou na escola pública. Vários eram também os níveis e as suas

fases da aprendizagem da própria leitura a qual se iniciava com vários caracteres, começando pelos maiores. Mas antes de aprender a ler, aprendia-se a escrever. As crianças em idade escolar tinham, antes de mais nada, de aprender “as formas e os nomes das letras” em ordem alfabética. Os estágios posteriores eram constituídos pelo traçado das sílabas, de palavras completas e, finalmente, de frases.

A aprendizagem da leitura, separada da aprendizagem da escrita, era realizada num segundo momento, de modo que havia certamente indivíduos, com pouco grau de escolaridade capazes de escrever, mas não de ler.

O fato dos exercícios iniciais da leitura começar pelo conhecimento das letras isoladas, depois pelo das sílabas e, em seguida, pelo domínio de palavras completas exigia muita habilidade do leitor para que chegasse a ler com rapidez e sem incorrer em erros. O exercício era feito em voz alta e, enquanto se pronunciava a última palavra já lida, os olhos deviam olhar as palavras seguintes, o que era considerado difficilimo, visto que exigia um “desdobramento de atenção”. Quando a leitura se mostrava rápida e segura, o olho precedia a boca: tratava-se, em última análise, de uma leitura ao mesmo tempo oral e visual. “Ler um livro com os olhos” alude à capacidade do olhar hábil ser capaz de decifrar imediatamente a escrita – nasce então a leitura silenciosa.

De qualquer forma, a maneira mais habitual de ler era em voz alta. A leitura podia ser pessoal ou também feita por um leitor que assegurava a mediação entre o livro, o ouvinte ou ainda todo um auditório. A leitura feita diante de grandes auditórios deveria ser uma leitura expressiva, modulada por tons e cadências de voz conforme o gênero do texto e os pretendidos efeitos de estilo. Não é por acaso que o verbo que indica a leitura da poesia é freqüentemente cantare e canora, o termo que designa a voz do intérprete. Ler um texto literário era, em suma, quase executar uma partitura musical. Já na escola, o jovem romano aprende “quando reter a respiração, em que ponto dividir a linha com uma pausa, onde concluir o sentido e onde começar, quando se deve erguer ou abaixar a voz, com que inflexão se deve articular cada elemento, o que deve ser dito lenta ou rapidamente, com maior ímpeto ou maior suavidade”. Ler em profundidade um autor complexo, segundo a medicina da época, exigia tanto esforço do leitor que a leitura em voz alta era colocada entre os exercícios físicos benéficos à saúde.

Excetuando o caso de leitores bastante hábeis ou profissionais, a leitura era uma operação lenta. Uma primeira dificuldade provinha do tipo de letra adotada pelo

copista, às vezes “livreira”, caligráfica, mas às vezes semicursiva ou cursiva e rica em ligações que originavam confusão: nem todos os que tinham prática de uma escrita eram capazes de ler com facilidade (ou mesmo decifrar) outra.

Um dos grandes recursos utilizados pelos romanos teria sido a leitura pública. O próprio lançamento das obras literárias se prestava a uma cerimônia social que acontecia em locais públicos: auditórios, círculos, teatros e a sua duração era variável. É importante insistir no caráter de vínculo social, de cumplicidade mundana e de hábito intelectual dessas leituras públicas, as quais, justamente enquanto “ritos” literários e sociais, contavam com a presença não somente de indivíduos interessados e cultos ou até menos preparados e, por isso mais atentos à audição do que à leitura, mas também de ouvintes desatentos e entediados. Graças a esses “ritos”, havia uma efetiva participação de um público mais vasto do que o dos verdadeiros leitores.

No âmbito da vida privada, além da prática da leitura individual, íntima, era muito difundida também a leitura ancilar, mediada por um leitor, escravo ou liberto: uma figura bastante presente nas casas dos romanos ricos.

2.1.3- Os novos leitores

Nos primeiros séculos do Império, o novo leitor não é mais aquele “obrigado” a ler por força de suas funções; é um leitor “livre”, que lê por prazer, pelo hábito ou pelo prestígio da leitura. Trata-se de um novo público formado por pessoas que cultivam os gestos de leitura.

Na época imperial o aumento do número de leitores se deve ao aparecimento de uma literatura de “grande consumo” ou de entretenimento, não enquadrada nos gêneros tradicionais: poesia de evasão, paráfrases de obras épicas, biografias, pequenos tratados de culinária e de esportes, livretos sobre jogos e passatempos, obras eróticas, horóscopos, livros de magia ou interpretação dos sonhos, mas principalmente de ficção, contendo situações e esquemas psicológicos banais, episódios complicados e intrigantes, de efeitos dramáticos, inseridos numa trama de fundo amoroso e de aventura. Nesta literatura destinada a uma ampla circulação, deve-se incluir também a chamada “literatura panfletária” que tratava de temas subversivos e que circulava, talvez clandestinamente.

Havia barreiras culturais entre os leitores, mas isto nem sempre implicava uma escolha diferenciada de leituras; todo mundo lia as mesmas obras: as diferenças estavam nas maneiras de ler, de compreender, de apreciar texto. Tratava-se, portanto, de uma fórmula de leitura marcada por uma circulação “transversal”, na qual a ficção ocupa um lugar importante, sobretudo por causa de certos romances gregos que serviam, além do mais, para seduzir leitores e leitoras medianamente alfabetizados. O que mais atraía nesse tipo de leitura eram as histórias de amor, com episódios emocionantes e cheios de peripécias em que um casal de amantes acossado pelos acontecimentos se desencontrava e reencontrava em meio a ardis, traições e reconciliações que ocorriam quer em clima de comédia, quer em clima de tragédia.

Em suma, a época imperial assinala a difusão de uma “leitura para alfabetizados” diferente da literatura para os mais instruídos. Tinha-se acesso, pelas diferentes camadas, a vários tipos de textos. Trata-se de um mundo de leitores do qual os autores da época tomam consciência pouco a pouco e procuram escrever obras destinadas a conquistá-lo. Houve um grande esforço para aproximar os livros de seus leitores potenciais, tornando-lhes mais fácil o acesso à leitura. Para auxiliar ainda mais essa aproximação, os romanos inventaram o códice de conteúdo literário. O códice era um livro-caderno “com páginas”. De confecção mais fácil, ele abreviava o tempo, permitindo uma mais vasta circulação do livro. Ele representava também uma grande economia de papel, visto que se escrevia dos dois lados, de forma que o seu custo era bem menos elevado do que o de um volumen (livro em forma de rolo). Outra vantagem do códice era que, por sua forma, ele permitia ao leitor ficar com uma mão livre o que comprovava a maior facilidade de manejá-lo.

O sucesso do códice entre os cristãos foi igualmente assegurado pela sua organização em páginas, o que permitia colocar uma quantidade de texto muito mais extensa e possibilitava o agrupamento de textos canônicos da nova religião e facilitava o encontro de seções e trechos específicos a que se faziam referências.

2.2- Práticas monásticas na Alta Idade Média: Ler, escrever, interpretar o texto.

A alta Idade Média herdou da Antigüidade uma tradição de leitura que abarcava as quatro funções dos estudos gramaticais:

1. Lectio: o leitor tinha que decifrar o texto, respeitando também a pontuação exigida pelo sentido.
2. Emendatio: exigia que o leitor ou professor corrigissem o texto no seu exemplar, chegando a “melhorá-lo”.
3. Enarratio: consistia na tarefa de reconhecer ou comentar as características do texto para poder interpretar o conteúdo.
4. Juridicum: correspondia ao exercício de avaliar as qualidades estéticas ou o valor moral e filosófico do texto.

Para ajudar nessas tarefas, o leitor dispunha de um conjunto de preceitos gramaticais cuja função era mais facilitar o processo da leitura do que promover o interesse pela linguagem. Esse enfoque redutor da língua irá durar muito tempo em virtude da crença de que o homem deveria preocupar-se somente com a linguagem da Palavra divina. Para isto, as gramáticas ofereciam substancial ajuda para o leitor na análise do texto e na identificação dos elementos do latim.

Para o homem desta época, a leitura garantia a salvação da alma. Professores e escritores cristãos haviam aplicado a tradição de conhecimento gramatical na interpretação das Escrituras que visavam à educação religiosa. Não havia dúvida: a razão de ser da leitura era, incontestavelmente, a salvação da própria alma.

Outra mudança diz respeito à nova atitude com relação ao ato de ler. Na Antiguidade, a ênfase recaía sobre a declamação do texto – uma leitura oral. Na Alta Idade Média, a antiga arte de leitura em voz alta sobreviveu apenas na liturgia.

Contudo, já se podia observar um grande interesse pela leitura silenciosa, um tipo de leitura individual, muda, de modo a não incomodar os outros. Ela revelava uma certa necessidade de ler para si mesmo, além de assegurar melhor compreensão do texto e exigir menos esforço físico.

Surgiram também, nessa época, novas técnicas de apresentação do texto com a finalidade de facilitar o acesso dos leitores, além de trazerem progressos significativos nas técnicas de disposição do texto na página.

Outra preocupação da época se refere sobretudo à leitura da Bíblia, cujas etapas preliminares levavam ao exercício da hermenêutica cristã para produzir interpretações pessoais ou exegeses do texto. Segundo intelectuais cristãos, a leitura, sobretudo da Bíblia, deveria ser um diálogo com o texto. Da mesma forma que, ao

identificar o rosto de uma pessoa, não significa conhecê-la e apenas falando com ela poderemos saber o que pensa, somente entrando em conversa com a Bíblia pode-se chegar a compreender os pensamentos que estão por trás da superfície do texto.

Com o aumento do número de leitores, a preocupação com sentido ou significado de um texto, levou a modificações no uso da pontuação, a qual pode permitir ao leitor diferentes reações quanto à forma ou ao conteúdo. A aplicação de sinais de pontuação permitiu transportar a análise hermenêutica para a página com o objetivo de ser entendida pelo leitor como sendo parte do processo de leitura em si mesmo.

Em nenhum outro campo a história se repete tanto com no caso da evolução da leitura, visto que cada nova geração de leitores tem de passar pelos mesmos estágios de aprendizagem e de experiência do processo como seus predecessores.

Possivelmente, as principais características desta época são:

- impacto de nova motivação para a leitura;
- a demanda por acesso mais fácil à informação contida nos textos por parte dos leitores para os quais o latim era língua estranha;
- a influência dos princípios encontrados nas obras dos antigos gramáticos nas tentativas de desenvolver um padrão de convenções para atender tal demanda.

2.3- O Modelo Escolástico da Leitura

O estudo da leitura na época escolástica apresentou profundas transformações. A “leitura” vai tornar-se um exercício escolar, depois universitário, regida por leis que lhe são próprias. O principal lugar onde se exercerá essa atividade será portanto a escola, seguida pela universidade. Enquanto na Alta Idade Média, a leitura se situava nos mosteiros, durante o período escolástico constatamos uma renovação radical da própria concepção de ler. Constatamos que essa época corresponde a uma tomada de consciência do ato de ler. Daí em diante, a leitura não será mais concebida sem uma certa organização. A partir daí não se aborda mais um livro de qualquer modo. Existe a necessidade de se compreender o método seguido para realizar a leitura de um texto. Essa organização da leitura vai criar necessidades novas. É preciso que o leitor possa encontrar facilmente o que procura em um livro, sem ter de folhear as páginas. Por isto, começa-se a

estabelecer as divisões , as marcas, os parágrafos, a dar títulos aos diferentes capítulos a criar tabelas e índices alfabéticos que facilitem a consulta rápida de uma obra . Essa leitura escolástica vai de encontro ao método monástico orientado para uma compreensão lenta e rigorosa do conjunto da Escritura.

Durante a Alta Idade Média, a leitura da Sagrada Escritura constituía a base da espiritualidade monástica e era verdadeiramente o alimento espiritual dos monges. Alguns autores chegaram a chamar de ruminatio a este tipo de leitura que objetivava a assimilação e meditação dos ensinamentos bíblicos. O ruminatio era um tipo de leitura lenta e regular, feita em profundidade. Havia, ainda, em certas ocasiões, a prática da leitura em voz alta.

Nessa época, distinguiam-se três tipos de leitura: a leitura silenciosa, a leitura em voz baixa, chamada murmúrio ou rinação e a leitura em voz alta que se aproximava muito do canto.

A grande modificação que ocorre no quadro da leitura escolástica reside na importância que essa prática terá no ensino. Toda a pedagogia medieval baseia-se na leitura de textos, e a escolástica universitária institucionaliza e amplia este trabalho.

A aquisição de uma cultura pessoal permanece ao lado da formação pedagógica. Com efeito, as condições de produção do livro vão mudar, a difusão das obras vai intensificar-se e modificar profundamente a relação com os textos. Pode-se falar de leitura escolástica como sendo diferente de todas aquelas vistas até então.

Como a produção literária não cessa de crescer, é preciso encontrar outros métodos de leitura mais rápidos que permitam aos intelectuais tomar conhecimento de um grande número de obras. Para isto, os medievais sempre recorreram às auctoritates em suas próprias composições literárias. Trata-se de frases, de citações ou de passagens extraídas da Bíblia, dos padres da Igreja ou dos autores clássicos, destinadas a dar mais peso à sua própria argumentação. Para ajudá-los na busca desses trechos, compõem-se florilégios ou coletâneas de textos destinados à memorização e que permitem encontrar facilmente as passagens procuradas. Além desses florilégios, surgem outros tipos de instrumentos de trabalho que permitem ao leitor localizar-se facilmente em um manuscrito e descobrir certos trechos sem ler a totalidade do texto. A leitura contínua e lenta de uma obra dará lugar agora a uma leitura fragmentária que terá a vantagem de permitir a apreensão rápida de trechos escolhidos. A utilidade passará à frente do conhecimento.

Recorrer às auctoritates respondia a necessidades diversas tais como: ter acesso ao essencial de uma obra que um intelectual não pudesse adquirir e diminuir o custo elevado dos manuscritos, já que as auctoritates ofereciam a essência de uma obra ou de um assunto em frases curtas e de fácil memorização. Todavia, essas coletâneas serviam unicamente como reservatório de textos e não estimulavam a criatividade e, por mais que tenham sido úteis, nunca substituiriam a consulta das próprias obras.

Outro aspecto a ser considerado: esses florilégios ou coletâneas eram feitos à base de seleção. O compilador que os realizava podia excluir deles as passagens que pudessem levar a uma interpretação ambígua, que não estivessem de acordo com os ensinamentos da doutrina cristã, ou que não satisfizessem os objetivos a que se propunham.

Não se deve falar de passagem da Idade Média ao Renascimento no que concerne aos florilégios. O que aconteceu com essas coletâneas nessa transição? Elas continuaram a ser usadas, embora o método de trabalho tenha mudado em alguns casos.

A evolução apresentada não se situa no nível das coletâneas de textos que devem ser explicados e comentados, mas sobretudo na maneira de abordá-los e de discuti-los.

Os humanistas restauraram todo o prestígio da leitura pessoal e recomendaram o contato direto com os originais.

Concluindo: Os florilégios não desapareceram com a chegada do Humanismo, muito pelo contrário. O gênero evolui em alguns casos, mas não se extingue. Nota-se que a produção se diversifica. São utilizados tanto por letrados quanto por pregadores ou docentes. Servem como coletâneas documentárias práticas e de abordagem fácil, além de continuarem a ser empregadas no ensino.

2.3.1- O desaparecimento do modelo escolástico

A evolução da maneira de ler no período escolástico autoriza que se distinga o tipo de leitura adotado daqueles praticados anteriormente. A aquisição do saber tornou-se mais importante do que a dimensão espiritual. A direção tomada pela leitura dos textos indica que o ensino e a cultura obtida o mais rapidamente possível vão substituir o conhecimento aprofundado das obras.

Na maior parte do tempo, os universitários não lêem por prazer, mas unicamente com a finalidade de conhecer os elementos indispensáveis a uma cultura utilitária.

Para que o saber não ficasse fechado nos mosteiros e deixasse de ser individualizado, intelectuais da época tentaram torná-lo acessível à coletividade. Embora essa iniciativa não conduza aos resultados esperados, a leitura técnica passa à frente da leitura espiritual. O ponto de vista enciclopédico substituirá em todos os níveis a leitura e a meditação. A lógica que estava destinada a formar os espíritos seduzirá os intelectuais e invadirá os meios universitários. O método de trabalho irá mudar. A criatividade pessoal, em muitos casos, cederá lugar a uma composição bem estruturada. Uma linguagem de grande tecnicidade marcará o início do declínio inevitável do método escolástico.

Ao lado das técnicas universitárias que exerceram influência fundamental sobre a prática da leitura, é preciso, no entanto, assinalar que existiam outros acessos aos textos praticados por intelectuais cultos, por bibliófilos que haviam conservado o gosto pelos livros. Sabe-se também que os conventos compraram grande quantidade de livros para alimentar suas bibliotecas e oferecer a seus irmãos uma bagagem intelectual indispensável, não aceitando que eles perdessem tempo copiando textos.

Convém acrescentar que o problema da penúria de livros e de instrumentos de trabalho, indispensáveis ao estudo nos diferentes meios, irá encontrar uma solução natural após a grande Peste Negra que irá dizimar a Europa. As cidades serão as principais atingidas. Ora, a concentração de intelectuais que aí se achavam reunidos por motivos de estudo irá provocar um desaparecimento maciço de professores e de estudantes, deixando dessa forma uma grande quantidade de livros disponíveis. Os problemas de aquisição e de difusão dos textos mudarão radicalmente a partir desse momento. Os livros irão se tornar acessíveis, devolvendo o gosto pela leitura aos universitários que haviam perdido em proveitos de um contato utilitário com o saber.

Na Itália, os humanistas irão procurar os textos da Antiguidade e recolocá-los em circulação. Essa mudança de atmosfera, a introdução da imprensa e o gosto pelas letras modificarão novamente as relações com o livro. O desenvolvimento das cidades, assim como a democratização do ensino, irão a partir daí diversificar os interesses dos leitores que serão tanto burgueses, quanto comerciantes ou intelectuais.

2.4- A leitura nos finais da Idade Média

Se o século XII, na Europa do Norte, foi um período difícil para as inovações nos campos do direito, da teologia, da filosofia e da arte, para a leitura ele foi antes de tudo um século de continuidade e consolidação. Surgirão novos hábitos de leitura silenciosa, embora houvesse testemunhas que relatassem que nesse tipo de leitura os demônios atrapalhavam o leitor, forçando-o a ler em voz alta, privando-o assim do entendimento interior e da espiritualidade. Todavia, a preferência para a leitura silenciosa estava totalmente de acordo com a psicologia espiritual, uma vez que os monges consideravam o coração como a sede da mente e viam a leitura como o principal instrumento para tocar os “sentidos do coração”. A leitura individual estava estreitamente ligada à meditação e, na verdade, era pré-requisito dela. Uma prova do caráter excepcionalmente adiantado das práticas de leitura visual da época foi a introdução das “coletâneas” que continham sofisticados índices baseados na numeração das páginas e no uso de letras do alfabeto para separar as partes do texto.

Em vez da leitura oral dominante na Antigüidade, o final da Idade Média se caracterizou pela leitura visual de textos, os quais eram criados em silêncio e seus autores esperavam que fossem lidos em silêncio. Alguns intelectuais da época, quando escreviam, se dirigiam a um leitor e não a um ouvinte e suas obras, redigidas em escrita cursiva, eram caracterizadas por um novo vocabulário visual o qual indicava que tanto o autor quanto o leitor deveriam estar com o texto diante dos olhos.

Não obstante a leitura silenciosa e íntima, nos séculos XIV e XV, as leituras públicas continuavam a ter importante papel na vida universitária. Contudo, em vista da complexidade dos temas, a leitura visual era essencial para a compreensão. Enquanto o professor lia em voz alta e fazia os seus comentários, os alunos acompanhavam silenciosamente o texto com seus próprios livros. Isso representava significativa mudança no final da Antigüidade e no início da Idade Média. As mudanças na leitura afetavam a organização das bibliotecas por paredes de pedra, onde os monges podiam ler em voz alta e decorar textos bíblicos ou ler em voz baixa para si mesmos.

Na Inglaterra e na França, as bibliotecas começaram a funcionar em salões e eram mobiliadas com escrivaninhas, estantes de leitura e bancos onde leitores se sentavam uns próximos aos outros. Os grandes livros de referência eram acorrentados a estantes de modo que pudessem estar sempre incluídos dicionários e índices alfabéticos. Em suma, a

biblioteca, a partir de então, era considerada claramente local para se ler, escrever e estudar.

A transição para a leitura e composição silenciosas permitiu uma nova forma de privacidade. Do ponto de vista psicológico, a leitura silenciosa era muito estimulante para o leitor, visto que possibilitava manter a fonte de sua curiosidade sob seu controle pessoal. Além disso, a leitura escrita visual encorajava o pensamento crítico individual que acabou contribuindo para o desenvolvimento do ceticismo e da heresia intelectual. Apesar da difusão da leitura silenciosa, a leitura em voz alta não desapareceu e era bastante usada para ler as crônicas, as canções de gesta, os romances e as poesias, obras que geralmente eram escritas em verso e lidas nos palácios.

A intimidade da leitura e da escrita silenciosas talvez tenham encorajado as manifestações de ironia e cinismo, além de oferecer meios para expressar pensamentos políticos subversivos. Essa nova privacidade propiciou ainda o retorno à literatura erótica e começaram a surgir textos picantes e ilustrados, mostrando as escapulidas sexuais de reis, frades e monges.

A liberdade de expressão que a leitura silenciosa privada trouxe às reprimidas fantasias sexuais também, paradoxalmente, permitiu aprofundar a experiência religiosa dos leigos, oferecendo-lhes os meios de buscar um relacionamento individual com Deus, enfatizando a importância da leitura e do silêncio para alcançar o bem-estar espiritual, além de declarar que a palavra falada era evanescente e fugidia, enquanto a escrita era permanente e duradoura.

2.5- A leitura nas comunidades judaicas da Europa Ocidental na Idade Média.

No plano político, o problema colocado pela prática da leitura configurava-se, tanto para os judeus como para os cristãos, na percepção de um dever, e

todos que aspiravam ao exercício da autoridade e no poder deveriam impor um controle na difusão das idéias. No caso das leituras, esperava-se que fossem, de um lado, um conjunto de enunciados repressivos e, de outro, um conjunto de enunciados de caráter criativo, às vezes educativo, de verdadeira e própria doutrinação. Em síntese: proibir o que é nocivo, promover o que é útil.

Entre os judeus o livro é compreendido mais como um objeto mágico-religioso com carga sobrenatural do que como instrumento de comunicação e reservatório de conteúdos a serem atingidos livremente.

Nesse período, o ato da leitura pertencia a minúsculas elites de “eleitos-aos-quais-todas-as-leituras-são-permitidas” e não se tem notícia de exercício de nenhum tipo de censura.

A história da leitura nas comunidades judaicas da Idade Média apresenta um ulterior e particular componente: os dos textos “importados” do espaço cultural não-judaico e oportunamente “hebraizados” isto é, filtrados e manipulados. Uma constante de “longa duração”, característica do judaísmo dessa época e, às vezes, presente até mesmo em nossos dias em determinados círculos chamados “ortodoxos” consistia – talvez mais à imagem e semelhança do Islã do que do Cristianismo – em mostrar a convergência de tudo que era percebido como religiosamente positivo. Mais tarde, a comunidade judaica passou por um processo de rápida urbanização e as camadas da sociedade camponesa desapareceram e quase se pode afirmar que a figura do judeu (do sexo masculino, é claro) totalmente analfabeto, incapaz de ler um livro de oração, tornou-se cada vez mais rara.

Todavia, havia um desafio grande para as elites: manter sempre firme o controle sobre a sociedade através da vigilância das leituras, fonte potencial de desequilíbrio. A idéia de uma “política repressiva em relação ao livro” estava associada à idéia do “efetivo exercício do poder”. A fraqueza da estrutura do autogoverno hebraico foi mais amplamente comprovada com o primeiro grande “boom” da imprensa, acusada de colocar em circulação muitos livros potencialmente perigosos, na ótica de quem se considerava responsável pelo comportamento da sociedade. Foi nessa época que os dirigentes judaicos decidiram recorrer à arma da excomunhão contra todos aqueles que lessem determinados livros.

Entre os povos da Idade Média, e também entre os judeus estava definitivamente enraizada a idéia de uma necessidade de uma mediação das autoridades entre o sagrado e o profano. Como consequência, entre os judeus a transmissão oral do texto dominará a outra, e os dois métodos de acesso ao texto apresentam normas igualmente rígidas:

Não é lícito transmitir oralmente o que deve ser escrito, nem é lícito escrever o que deve ser transmitido oralmente. (T.B. Ghittin,60b).

Por volta do ano 1000, a prática da leitura individual nas sinagogas do Ocidente apresenta aspectos de surpreendente modernidade. Uma característica válida para esta prática é que, embora o seu pano de fundo fosse religioso, observavam-se claramente elementos profanos, o que demonstrava que a sinagoga, além de ser local de oração, desempenhava também as funções de verdadeiro “centro social” judaico e, entre outras coisas, de biblioteca pública. Encontrava assim, no seu âmbito, a gestão de coleções de livros, mantida pela cultura judaica. Daí nasceu a idéia de colocar os livros de propriedade privada à disposição de outras pessoas com a finalidade de difundir a prática do estudo individual que é, antes de mais nada, a leitura.

Na virada do século XI, lia-se o axioma, que “os livros não são feitos para serem armazenados, mas sim para serem emprestados”. A questão dizia respeito ao caso de um empréstimo concedido sobre penhor de livros:

com esta condição concedi-te o empréstimo sobre penhor daqueles livros - com a condição de poder estudar e ensinar com eles e também emprestá-los a outras pessoas. (Rabbi Meir , Praga,n.179).

Nos séculos XII e XIII, já se encontrava uma seção inteira de uns sessenta parágrafos dedicada à maneira de tratar os livros; como conservá-los “numa bela e decorosa arca”, como não estragá-los e assim por diante. São todos testemunhos do desenvolvimento de uma sensibilidade em relação ao livro visto como objeto de uso, certamente digno do maior respeito, porque contém a mensagem divina, mas também porque é extremamente caro e de difícil acesso aos menos abastados.

2.6- O leitor humanista

No dia 10 de dezembro de 1513, Nicolau Maquiavel escreve uma carta ao seu amigo Francesco Vettori. Por motivos políticos, Maquiavel fora preso, torturado e exilado em sua fazenda fora de Florença. Ali ele ansiava por qualquer tipo de ocupação política, brigava ou tagarelava com seus vizinhos e lia. Ele descreve para Vettori sua atividade mental com pormenores vívidos e inesquecíveis.

“Saindo do bosque, vou a uma fonte e de lá a um viveiro de pássaros. Levo comigo um livro embaixo do braço, de Dante ou Petrarca, ou de um desses poetas menores como Tibulo, Ovídio ou qualquer outro: mergulho na leitura de seus amores e seus amores lembram os meus; pensamentos que me recrio no momento certo. Em seguida, ganho a longa estrada: entretenho-me com os que passam, peço notícias de seu país, imagino tantas coisas, observo a variedade de gostos e a diversidade de caprichos dos homens {...} A noite cai, retorno aos meus aposentos. Entro em meu quarto e, já na soleira, despojo-me do hábito de todo dia, coberto de lodo e lama, para vestir os mantos da realeza e do pontificado; assim, adornado com todo o respeito, entro nas cortes antigas dos homens da Antiguidade. Lá, acolhido por eles com afabilidade, sacio-me do alimento que é meu por excelência e para o qual nasci. Nenhuma vergonha de falar com eles e perguntar-lhes sobre os motivos de suas ações e eles, em virtude de sua humanidade, me respondem. E, durante quatro horas, não sinto o menor tédio, esqueço meus tormentos, deixo de acreditar na pobreza e nem mesmo a morte já me assusta.”

(N. Machiavelli, Opere, iii: Lettere, org. F Gaeta, Turim, 1984, p. 425-6)

Essa carta é citada frequentemente pelos historiadores, porque ela descreve a composição da obra mais conhecida de Maquiavel, “O Príncipe”. Todavia, eles não a utilizam como documento da história da leitura. Isto é uma pena, porque esta carta nos dá uma visão clara do tipo de leitura praticada na Renascença. Maquiavel descreve a si mesmo como leitor de dois tipos de livros. O primeiro é descrito com precisão e ressalta as características físicas e textuais da obra. Impressos em itálico, condensavam textos completos em poucas centenas de páginas, traziam prefácios, algumas ilustrações, mas sem comentários. Ele utilizava esses livros de maneira simples, pois era um meio portátil para fugir dos problemas. Esses livros serviam de estímulo, não para o pensamento, mas para o devaneio, entre os quais o leitor poderia deixar se perder.

O segundo tipo de livro e leitura são descritos por Maquiavel de forma alegórica. Ele personifica os autores e personagens como grandes homens que se dignam a lhe dirigir a palavra no seu escritório. Podemos identificá-los como estadistas ou generais

gregos ou romanos, cujas ações Maquiavel via como modelo de sabedoria prática para o seu próprio tempo. Esses textos não estavam mais nas jeitosas edições de bolso, mas em grandes livros que ocupavam as estantes dos gabinetes de leitura dos estudiosos da Renascença. Ele se aproximava dessas obras com um estado de espírito bem diferente daquele com que lia as poesias de amor junto a uma fonte. A esses textos ele pedia não distração, mas instrução.

São dois conjuntos de textos antigos, duas maneiras de ler: dessas maneiras de ler, uma parece bastante reconhecível e a outra, curiosamente remota. Todavia, Maquiavel praticava os dois tipos de leitura aparentemente sem esforço ou dificuldade.

O caso de Maquiavel indica que os humanistas liam os textos clássicos de muitos modos diferentes. Quem quisesse fazer da leitura um passatempo, levaria uma edição de bolso para o campo e se deliciaria com poemas de amor. Mas quem quisesse lidar com a filosofia, deveria permanecer em seu escritório e, platonicamente, conversar não só com o poeta, mas também com os personagens por ele criados.

Maquiavel se demonstrou um leitor que não apenas interpretava os textos, mas também que manuseava os livros: objetos específicos, que obedeciam a determinadas convenções de formato e de tipografia, e que ele utilizava em circunstâncias bem definidas.

2.6.1- O texto e sua moldura

Os humanistas produziram manuscritos para atender a todo o tipo de necessidade. Grandes in-fólios para serem presenteados, com esplêndidas iluminuras, com bordas decoradas e livros menores e menos formais.

As bibliotecas privadas ou públicas, nessa época, passaram por grandes transformações. Eram grandes salas abertas e pequenos gabinetes que chegavam a ser verdadeiras preciosidades arquitetônicas. Eram planejados para facilitar o estudo e a conversa, com luz entrando pelas janelas e em nada pareciam com os aposentos escuros com livros presos por correntes do estilo antigo. Os encontros dos novos leitores com os textos agora disponíveis transcendiam os limites tradicionais. As leituras ocorriam em cenários ainda mais inesperados que a fonte de Maquiavel.

Os príncipes do séc. XV gostavam de sublinhar o papel importante que os livros a leitura exerciam em sua vida. Aconteciam duelos literários públicos em que se competiam para explicar e corrigir os trechos mais difíceis de certas obras. Eles gostavam

de serem retratados com um livro na mão. Definitivamente a leitura “certa” passou a fazer parte do novo estilo da corte renascentista e isto era tão importante quanto a contratação de bons arquitetos ou a correta maneira de se vestir.

Além disso, à medida que os livros impressos substituíam os manuscritos, as novas formas dos livros e as novas experiências de leitura difundiam-se pelo mundo do conhecimento europeu. Talvez mais importante, o livro impresso oferecia bem mais atividades que o livro manuscrito. Um dos primeiros clientes de Aldo Mamício (célebre livreiro da época), escreveu de Budapeste, em 1501, que os novos livros de bolso de Aldo tinham lhe dado um novo alento, senão na vida, ao menos em seu modo de viver a literatura:

Visto que as minhas várias atividades não me deixam tempo livre para ler em casa os poetas e oradores, vossos livros – tão cômodos que posso manuseá-los caminhando e, sempre que possível, enquanto desempenho o papel de homem da corte - transformaram-se em motivo de especial alegria para mim.

(P. de Nolhac, Les correspondants d’Alde Manuc, Roma, 1888, p.26)

O novo livro, austero e elegante, prático e portátil, tornara-se padrão. Não resta dúvida de que os humanistas realmente abordaram os clássicos de um modo novo e bem mais direto. Isso fez com que os escritores, livreiros e impressores se esmerassem na produção e confecção das suas obras. Qualquer escritor sabia perfeitamente bem que determinada aparência física de sua obra poderia assegurar um mercado e preparar o leitor para o que havia escrito. Os impressores sugeriam que o leitor de boa cultura não iria simplesmente comprar um livro já pronto e utilizá-lo como tal. Iria personalizá-lo. Mandaria encaderná-lo com tecidos luxuosos e duráveis. O leitor culto sabia que deveria pagar por esse gasto adicional. A boa encadernação tornou-se uma especialidade – e mesmo uma obsessão – dos livreiros da Renascença. O livro de um grande homem poderia ser reconhecido pela capa. Mesmo pessoas comuns ou intelectuais assalariados consideravam falta de gosto manter um livro encadernado em papel. O leitor culto aprendeu ainda que o corpo da obra também deveria ser adornado tanto quanto a capa. Os clientes mais sofisticados gastavam muito para produzir um visual apropriado para seus

textos. O livro comprado com tanto cuidado, decorado com meticulosa atenção para os pormenores, tornava-se muito mais que um mero texto. Servia como registro da vida de seu proprietário, mapa da rede de suas ligações literárias e confidente de seus sentimentos.

Em certas ocasiões, as colaborações entre o escritor, o leitor e o artista tornavam-se mais sistemáticas e complicadas, pois o escritor não concordava com as ilustrações criadas pelo artista, temendo que o leitor pudesse interpretá-las de modo diferente daquilo que o texto queria transmitir.

Outra inovação da época foi que vendedores e compradores passaram a compartilhar a crença de que a transferência de livros era uma atividade importante e valiosa, uma transação emocionante, tanto cultural quanto financeiramente, que demandava quase o mesmo nível de gosto e conhecimento quanto o de escrever os livros. Certamente os leitores da Renascença levavam muito a sério os momentos em que adquiriam os seus livros. Com frequência registravam nos próprios o local, a data e circunstância da aquisição.

2.6.2- O professor e o leitor

Em 1435, Guarino de Verona escreveu uma famosa carta para seu aluno Leonello d' este:

“Seja o que for que estiver lendo – começa a carta – tenha sempre à mão um caderno de anotações {...} no qual você possa escrever o que quiser e listar os tópicos que você juntou. Então quando decidir reler as passagens que mais o impressionaram, não terá de folhear um grande número de páginas. Isto porque o caderno de anotações estará próximo como um empregado diligente e atento para lhe dar aquilo de que vier a necessitar {...} Pode ser que você considere motivo de muito tédio ou de excessivas interrupções copiar tudo em tal caderno. Se for esse o caso, tal tarefa deve ser confiada a um menino aplicado e culto – e muitos deles podem ser encontrados.” (Guarino, Epistolario, org. R. Sabbadini, Veneza, 1915-1919, II, p.270)

Essa carta revela como eram as estratégias profissionais de Ensino na Renascença – um conjunto de técnicas que deixaram marca em todo leitor educado.

Obviamente o sentido do texto também tinha um papel vital em sua interpretação, a qual era alcançada esmiuçada e vagarosamente com a mediação de um professor. Uma outra estratégia que beneficiava o entendimento do texto era que os impressores deixavam grandes margens, sobretudo nas partes iniciais dos textos, onde os estudantes anotavam comentários técnicos, geralmente com caligrafia tão clara que revelava terem sido transcritas de um rascunho. O jovem leitor gravava na memória dados históricos, mitológicos e geográficos à medida que avançava nos textos do currículo. Mais importante, desenvolvia uma atitude e dominava um conjunto de instrumentos. O jovem leitor aprendia a compreender as escolhas verbais e as imagens do escritor como exemplos das regras da retórica formal. Aprendia a buscar alusões e a entender os subtextos com que o escritor pretendia compartilhar com os seus leitores de educação similar. Todos os escritores humanistas esperavam que seus leitores fossem mestres na arte de decodificação.

A principal inovação identificada ocorria quando o estudante passava da análise e interpretação para a tarefa mais elevada da aplicação – colocar o texto em uso. Nesse ponto, a história das idéias, a história do livro e a história da leitura, até então separadas, passam a convergir de forma significativa na Renascença. O texto humanista exaltava seu editor e seus patrocinadores de forma tão eloquente quanto seu autor. Induzia o leitor a buscar dois tipos de narrativa em um só livro.

Outro fato importante – a leitura não cessava ao final da escola. Indivíduos maduros podiam utilizar as habilidades técnicas aprendidas no colégio para fins imprevisíveis, como bem ilustra o caso de Maquiavel. Os leitores humanistas adquiriam e apreciavam uma grande variedade de textos e os liam também de modo informal, como fazemos hoje. Frequentemente liam com a pena na mão, escrevendo conforme avançavam no texto. Eles tinham prazer em consultar a obra e afiavam a sua pena para outros propósitos mais analíticos. Vez por outra manifestavam por escrito suas reações sobre a qualidade literária e filosófica dos textos. A existência dessas anotações é bastante sugestiva. Os leitores muitas vezes insistiam em anotar nas encadernações e páginas de rosto dos seus livros que deviam servir também aos amigos. Tais anotações serviam para determinar o nível intelectual do leitor e os círculos literários que frequentava. Eram feitas em caligrafia tão limpa e decorativa que se justifica sugerir que ele lhes atribuía um valor permanente. É por isto que os colecionadores, no final do século XVI, davam grande valor

aos livros impressos que trouxessem anotações de estudiosos e competiam entre si para consegui-los.

Finalmente, a leitura, fosse privada ou pública, com frequência era dirigida para fins concretos – tanto políticos, quanto intelectuais. O diálogo com os textos antigos visava ao mesmo objetivo: ação e resultados práticos no presente. A leitura dos antigos poderia ser um ato fortemente inserido nas vicissitudes do momento, na política do início da era moderna. Esse tipo de leitura, pragmática em vez de estética, merece lugar histórico destacado em qualquer relato sobre o uso do livro na Renascença.

2.6.3- O fim de uma tradição

Em meados do século XVII, os filósofos tinham começado a defender a idéia de que apenas a leitura não poderia dar certos tipos de conhecimento sobre história natural e humana. Descartes começou o seu *Discours de la methode* contando a história de sua insatisfação com a educação humanista que havia recebido dos jesuítas. Havia chegado à conclusão de que a leitura sobre o passado poderia proporcionar apenas um nível modesto de sofisticação que também poderia ser obtido com viagens. O leitor -diligente, do mesmo modo que o turista diligente, aprendia que cada povo vive com um código moral diferente e que considera os demais, com a mesma falta de razão, como bárbaros. Somente o raciocínio rigoroso, tendo a matemática como modelo, poderia alcançar verdades mais profundas. Os humanistas mostraram-se dispostos, de imediato, a aceitar tais críticas ou, pelo menos, a admitir que a maior parte dos jovens de boa educação as aceitava. Leitores de grande habilidade e editores de textos clássicos puseram mãos à obra com desânimo, conscientes de que a era da filosofia havia passado e uma nova época da matemática a tinha substituído.

2.7- Reformas Protestantes e Leitura

Já no século XVI acreditava-se que a imprensa teria desempenhado papel fundamental na difusão das idéias reformistas. É clássico citar uma conversa de mesa de Lutero:

A imprensa é o último dom de Deus e o maior. Efetivamente, por meio dela Deus quer dar a conhecer a causa da verdadeira religião a toda a terra até os confins do mundo. (J. Calvin, Berlin, 1863 – 1900)

De forma natural, os historiadores repetiam que o sucesso da Reforma devia muito à imprensa. Mas, antes de chegar às publicações protestantes, é útil lembrar que a explosão da Reforma coincide com uma importante revolução dos meios de comunicação. A descoberta de Gutenberg modificou as condições do movimento das idéias acelerando a circulação dos textos e reduzindo o custo de cada cópia. No entanto, não convém exagerar o impacto imediato que essa invenção teve sobre uma sociedade ainda amplamente analfabeta. Além disso, a nova arte não toma consciência de sua própria originalidade senão ao longo de uma lenta gestação de cerca de oitenta anos.

A princípio, a imprensa não obteve sucesso tão imediato, mas não há dúvida de que o livro impresso ganha progressivamente feições próprias, à medida que os impressores se familiarizam com a nova técnica. Paralelamente à essa novidade, houve ampla abertura para os autores modernos. Os grandes editores estabelecem redes de difusão para encontrar leitores além do círculo estreito de sua cidade. A difusão da imprensa coincide com o momento em que o uso das línguas nacionais está em alta na maioria das esferas da vida social. A imprensa favorece evidentemente essa evolução, já que o funcionamento econômico da nova técnica supõe a busca de novos mercados e uma ampliação, portanto, do público leitor. É talvez preciso ligar a difusão das línguas vernáculas e o sucesso da imprensa a uma evolução geral da sociedade. O fim da Idade Média é marcado pela ascensão da burguesia. Dona de novos setores econômicos e comerciais, essa classe quer participar das decisões políticas que lhe concernem. Quer também marcar seu sucesso social dando maior atenção à cultura. O leigo não deseja mais permanecer à margem da vida da Igreja e o livro lhe possibilita assegurar a perenidade da mensagem, oferecendo à palavra a garantia de uma memória fiel.

A partir do instante em que a prática da leitura se generaliza, a relação com o texto evolui. O escrito torna-se meio de comunicação direta. Duas posições contraditórias confrontam-se desde então. De um lado, há a convicção de que o ensino do Cristo é simples e se dirige a todos. De outro, o temor da heresia instaura a preocupação de exercer um controle através da pregação.

Na difusão da Reforma, o recurso ao escrito não exclui nunca o uso do verbo. Todos os reformadores são ao mesmo tempo pregadores, escritores, professores e autores de um texto epistolar.

O destino do livro protestante é plural. O recurso sistemático ao impresso revela uma política consciente dos adeptos da Reforma. Cedo Lutero lamenta a excessiva difusão de seus livros: *“Para mim, seria preferível aumentar o número de livros vistos, isto é, o número de pregadores”*. (WA Br. t.2, p. 191)

Resta lembrar que o livro impresso multiplica num mundo em que o essencial das relações é oral. A sociedade ainda era analfabeta. A informação circulava melhor por vários outros canais: boatos, proclamações dos pregoeiros públicos, debates, leituras públicas, teatro, canções de rua. Aí se justifica a lamentação de Lutero.

Todavia, o escrito era a garantia de autenticidade. O que era verdadeiro para os primeiros séculos da Igreja o é também no século XVI. Mais ainda, a autoridade de que a Bíblia estava naturalmente investida transfere-se a outras formas de escritos religiosos.

O acesso à Bíblia faz-se de preferência no culto, o em família, em leituras pontuadas por comentários autorizados. A leitura popular não é incentivada senão nos limites do catecismo e dos textos litúrgicos. Trata-se menos de estimular a descoberta de novas mensagens que de garantir a estabilidade de uma doutrina cristã elementar. O uso da leitura silenciosa permaneceu limitado, pois havia um certo medo fundamentado de seus efeitos contestatórios.

O contato cotidiano engendra uma forma de familiarização com o livro. Embora submetidos a um dirigismo estrito, os protestantes são convidados a ler. Conviver com a leitura silenciosa não deixa de ser uma aproximação, ainda que modesta e a prática de expor aos olhos dos fiéis textos previamente memorizados aumentou progressivamente o número de leitores.

Resta perguntar em que direção pesavam as influências. O desenvolvimento ulterior da leitura é realmente obra do protestantismo? Aceitou-se por muito tempo a idéia de que a fronteira que divide o mundo ocidental em sua relação com o texto impresso e a leitura tinha suas próprias raízes nas divisões confessionais de século XVI: de um lado os protestantes, grandes consumidores da leitura, do outro os católicos, mais ligados às tradições orais. Todavia, os historiadores da cultura hesitam, ainda hoje, em explicar a alfabetização das massas apenas pelo fator religioso.

A leitura e as Reformas Protestantes? Mais provavelmente, um jogo circular de influências recíprocas entre sociedades e religiões.

2.8- Leituras e Contra-Reforma

Diante das reformas que estabelecem a Escritura como única regra de fé, o Concílio de Trento reafirmou a importância, ao lado da Bíblia, da *tradição*, a transmissão oral do conjunto sedimentado dos artigos de fé. A Igreja católica recebe, com a mesma reverência que as Escrituras, as “tradições transmitidas pelo Cristo ao apóstolos como de mão em mão”. Consolida-se ao mesmo tempo a distinção dos papéis respectivos do clérigo (que tende doravante a identificar-se cada vez mais com o padre) e do leigo: aos padres cabe a pregação à totalidade dos fiéis, a relação individual da direção espiritual, os conselhos lembrando as exigências da palavra divina por ocasião da confissão auricular; aos leigos compete a recepção pela audição e apropriação da mensagem que uma voz autorizada lhes entregou. Para enveredar pelo caminho da santidade, não é necessário ter acesso direto aos textos sagrados.

Por ocasião do concílio (1546), os bispos reunidos não fizeram mais do que estabelecer uma lista dos livros da Bíblia definidos dali em diante como canônicos; circunscreveram ao mesmo tempo o que consideravam o modo correto de compreensão dos textos: “nas coisas da fé e da própria moral”, ninguém deve ter o atrevimento,

“fiando-se em seu próprio juízo, de dar à Sagrada Escritura um sentido pessoal, nem de dar-lhe interpretações ou contrárias àquelas que lhe dá e deu a Santa Madre Igreja, à qual cabe julgar o verdadeiro sentido e a verdadeira interpretação da Sagrada Escritura, ou opostas ao sentimento unânime dos padres”. (Cf. V. Baron, 1943, p.81-132).

Em relação ao livro impresso, tal atitude conduz a uma política dupla. Por um lado, a questão é criar um controle rigoroso dos livros “que tratam das coisas sagradas”: os impressores e livreiros deverão submetê-los previamente ao exame e aprovação da autoridade eclesiástica local; ao mesmo tempo, para opor uma barreira ao prodigioso aumento dos livros “suspeitos e perigosos” que propagam “longe e por todos os lados” uma doutrina ruim. Por outro lado, convém entregar-se à produção de textos destinados a uniformizar as práticas no conjunto da catolicidade.

Nessa tentativa de estabelecer um controle rigoroso das edições oficiais da Contra-Reforma, foi publicado o ÍNDEX dos livros proibidos, em 1564, precedido de

regras que fixaram com precisão os usos permitidos das traduções da Bíblia. Dessas regras depreendem-se duas noções essenciais: a leitura é autorizada apenas às pessoas que tiverem obtido uma permissão escrita do bispo ou do inquisidor, dada “mediante o conselho do vigário ou do confessor”; de qualquer modo, essa permissão só será dada aos homens “eruditos e piedosos”, às pessoas que os critérios dos clérigos que outorgam as autorizações “poderão tirar dessa leitura não um dano, mas um acréscimo de fé e de piedade”. Um julgamento clerical sobre as “capacidades” do leitor leigo é assim chamado a separar o joio do trigo. E pode concluir que é preciso instruir os cristãos sobre a Escritura antes de fazer com que a leiam. É preciso prepará-los pouco a pouco, de modo que, quando a lerem, já estejam acostumados a ouvi-la, e estejam impregnados de seu espírito antes de ver seu texto. Deve-se permitir sua leitura apenas às almas simples, dóceis e humildes que nela buscarão não contentar sua curiosidade, nem discutir ou criticar, mas prover-se em silêncio. Enfim, deve-se dar a Escritura apenas àqueles que, recebendo-a apenas da Igreja, não querem procurar nela senão o sentido da própria Igreja.

Mas ela deve confessar também que os tempos mudaram muito em relação aos primeiros séculos da Igreja, e que os homens que levam o nome de cristãos não têm mais a mesma simplicidade, a mesma docilidade, a mesma preparação do espírito e de coração (...). Os bispos não devem jactar-se dessa autoridade. Ela está tão enfraquecida que dela restam apenas vestígios no espírito dos povos (...). Não é a nós que vai pedir conselho, consolação, direção de consciência. Assim, essa autoridade paternal, que seria tão necessária para dobrar os espíritos a uma humilde docilidade na leitura dos livros sagrados, falta-nos inteiramente. Em nosso tempo, cada um é seu próprio casuísta, cada um é doutor de si próprio, cada um decide, cada um toma partido pelos revolucionários, sob belos pretextos contra a autoridade da Igreja. Polemiza-se arditamente a propósito de palavras sem as quais os sentidos não são mais do que inúteis fantasmas.

Em resumo, o crescimento da leitura tornou de fato superadas as tentativas de controle: os conflitos violentos que se seguiram e que alcançaram até as camadas populares proporcionaram, aliás bem depressa, a prova disso.

2.8.1- As leituras dos iletrados

Foi um francês, Claude Fleury, o primeiro a se preocupar com a *leitura do catecismo* pelos iletrados. Para tentar minimizar esse problema, ele resolveu acrescentar

figuras a seu catecismo histórico “a fim de que possa servir ao mesmo tempo de catecismo e de figura da história sagrada”. As imagens, reconhece ele, são, com efeito, “muito apropriadas para tocar a imaginação das crianças e fixar sua memória; são a escrita dos ignorantes”. De fato, o gênero das *Figuras da Bíblia*, que associa imagens representando diversos episódios da Sagrada Escritura a um comentário, pode ter constituído para muitas crianças uma primeira iniciação à leitura.

Sem dúvida, “os livros repletos de figuras têm preço excessivo para serem usados pelos pobres, que são os que mais necessitam dessas instruções”, e as gravuras a talho-doce da Bíblia estavam fora do alcance das fortunas modestas.

Mesmo os iletrados eram convidados a possuir bons livros, mormente os consagrados à leitura espiritual como o *Pensai bem nisso* e a *Imitação de Cristo*.

Mesmo que não saibais ler, não deixeis de ter bons livros, a fim de que outros façam sua leitura para vós. A governanta Armelle Nicolas, morta em Vannes recendendo a santidade, fazia isso mesmo. Ela levava sempre consigo a Imitação de Nosso Senhor e, quando encontrava alguém que sabia ler, rogava-lhe que lesse algumas de seu livro e em seguida detinha-se para refletir sobre elas. (J. Leuduger, op. Cit., p. 308)

Não se sabe se o modelo dessa devota iletrada foi freqüente, pois outros que, porventura, viveram essa experiência não fizeram confidências a respeito.

2.9- Uma Revolução da Leitura no Final do Século XVIII

Enquanto o mundo existir, nenhum fenômeno terá sido tão notável na Alemanha quanto a moda dos romances; e na França, a Revolução. Esses dois extremos amadureceram juntos e quase ao mesmo tempo, e não é totalmente improvável que os romances tenham tornado secretamente infelizes tantas pessoas e famílias quanto o fez abertamente essa tão espantosa revolução. (Hildesheim, 1977, p. 139)

Com essa comparação, um conservador livreiro suíço formulou, em 1795, a convicção de muitos dos seus contemporâneos: o golpe mortal no Antigo Regime da Alemanha não foi dado pelos jacobinos, mas pelos leitores.

Essa grande mudança funcional da até então exclusiva técnica cultural da leitura foi entusiasticamente saudada pelos fervorosos revolucionários. Já desde a metade do século XVIII, viajantes alemães relatavam uma mudança de comportamento dos leitores: na Inglaterra, os telhadores, nos intervalos de trabalho, mandavam subir jornais aos telhados; na metrópole da França era possível observar:

Em Paris, todos lêem (...). Todos – principalmente as mulheres – têm um livro consigo. Lê-se no bonde, nos calçadões, nos intervalos do teatro, nos cafés, no banho. Nas lojas lêem mulheres, crianças, aprendizes, praticantes. No domingo as pessoas lêem diante de suas casas; os lacaios lêem em seus assentos, os cocheiros em sua boléia, os soldados nas guaritas... (W. Krauss, 1965, p. 312).

Pouco mais tarde, a Alemanha foi completamente tomada por essa revolução cultural – e em nenhum outro local ela alcançou dimensões e dinâmica tão transformadoras, semelhante a uma doença antes desconhecida: primeiramente como infecção isolada, com a “febre da leitura”, mas que rapidamente se alastrou como “epidemia da leitura”. Em 1796, um religioso em Erfurt, registrou seus principais sintomas:

leitores e leitoras se levantam e vão deitar-se com o livro, que se sentam à mesa com ele, que o tem consigo no trabalho, levam-no aos passeios e que não podem separar-se da leitura uma vez iniciada, enquanto não chegarem ao fim. Mas nem bem devoraram a última página de um livro, já se sentem ávidos por outro; e assim que encontram algo, num banheiro, numa estante ou em qualquer outro lugar, algo que pertença a sua área, ou que lhes pareça legível, levam-no consigo, e o devoram com uma espécie de fome canina. Nenhum amante do tabaco ou do café, nenhum apreciador do vinho ou do jogo pode estar tão preso a seu cachimbo, a sua garrafa, à mesa de

jogo ou de café quanto alguns famintos leitores a sua leitura. (Beyer, 794, p.7).

O que os contemporâneos diagnosticaram com precisão, mas não souberam curar, a pesquisa moderna preferiu denominar “revolução da leitura”.

Como transcorreu o desenvolvimento concreto da leitura no século XVIII?

A leitura tornou-se um processo socialmente indiferente e individual. Pertencer a determinada camada quase não regulava mais o acesso à leitura:

O público literário da era pré-revolucionária ainda era amplamente, elitista, homogêneo e fechado; o dos anos de 1789 a 1815 era socialmente indiferente, heterogêneo e aberto.

(A.Martino, 1977, p.52)

A forma cada vez mais difundida da relação para com o produto impresso era a de uma leitura “selvagem”, praticada de modo ingênuo, pré-reflexivo e não domesticado. Essa era a forma de leitura da população campestre e de grande parte das camadas urbanas inferiores. Com uma grande carga semanal de trabalho, não havia tempo nem motivação para que lesse mais. Limitava-se a ler tabelas de sangria, regras do clima e do plantio e livro de orações, que se difundiam nas feiras e com propaganda barata, assim como os livrinhos populares religiosos e mundanos.

No final do século XVIII, fracassaram os esforços dos formadores de opinião pública em transformar, por meio de uma pedagogia autoritária, a leitura “selvagem” em leitura “útil”, socialmente integradora na população campestre.

O pólo oposto da leitura “selvagem”- que decaía socialmente, era a leitura “erudita”, extensiva, poli-histórica, enciclopédica. A ideologia iluminista propagava a formação de uma leitura “útil”, que não fosse apenas uma diversão ociosa, mas fosse um dever moral. Essa estratégia teve êxito especialmente entre o público leitor feminino. As esposas e filhas da burguesia tinham mais tempo livre. Nas revistas moralizadoras eram aconselhadas “bibliotecas femininas” que asseguravam um claro alívio à sede feminina de saber, com relatos de viagens e fábulas, até com romances familiares. Com tal engajamento era praticada a educação para a leitura da juventude. A leitura “útil” moralizou o texto

literário, não só como o método para o aperfeiçoamento individual, mas também como leitura orientada para a comunicação e a reflexão, com o objetivo de formar, para seu intermédio, a identidade social da burguesia.

2.9.1- Ler sem Comprar

O novo comportamento do leitor também encontrou novos caminhos para se organizar. Surgiu então o leitor institucionalizado. Essa organização ocorreu por dois caminhos paralelos: por intermédio da biblioteca para empréstimo comercial e das sociedades literárias não- comerciais. Ambas representavam a revolução da leitura. As bibliotecas anteriores não satisfaziam a nova fome dos leitores. A disciplina da biblioteca do ducado de Gotha, (1750), na Turíngia, determinava:

Quem quiser ver um livro mais de perto, deve pedi-lo ao bibliotecário, que então lhe mostrará e, se preciso, também lhe permitirá sua leitura.

Surgiram ainda, nessa mesma época, as bibliotecas circulantes que eram pequenas e satisfaziam o consumo extensivo de leitura, por uma taxa simbólica. Quem, por quaisquer motivos, não podia entrar numa sociedade literária, podia satisfazer nelas sua necessidade de literatura . Delas se valiam: estudantes e aprendizes de artesãos, mulheres, grupos sociais marginais em parte de origem acadêmica, como preceptores e informadores, militares não- nobres e escreventes. Quem bradava contra a fatal fúria de leitura, se encarregava de tratar esse tipo de biblioteca como importante incubadeira desse vício. Elas eram consideradas “locais moralmente venenosos e bordéis”, que instilavam seu “arsênico espiritual”, seja no jovem, seja no velho. Elas continham, ao lado das histórias de cavalaria, de salteadores e fantasmas, também romances familiares e de amor sentimental-emotivos. Seus catálogos variavam de algumas dúzias de títulos a até mil volumes. Eram, normalmente dirigidas por antiquários, encadernadores, alguns livreiros de cidades menores ou mesmo pessoas estranhas ao ramo.

A partir do século XIX começou a haver uma enchente de bibliotecas circulantes nas sociedades literárias que eram organizações auto- administrativas sem fins lucrativos, que tinham como objetivo pôr à disposição de seus membros, a preços módicos, material de leitura. Essas sociedades começaram com assinaturas conjuntas de jornais e,

mais tarde, também de revistas e, cada vez mais livros. Houve também uma mudança na maneira de ler. No lugar da reflexão de orientação social sobre literatura em círculos de amigos, surgiu a leitura individual, em parte escapista, dedicada à ascensão social, que precisava de intermediação industrial.

Cada vez mais aumentaram as “bibliotecas de leitura” ou “gabinetes de leitura” que complementavam as salas de leitura propriamente ditas. Eram salas paralelas nas quais se podia conversar e fumar, onde criados serviam refrescos, e não raro havia outras salas para outros entretenimentos como bilhar e outros jogos.

Tais sociedades literárias foram se tornando, aos poucos, lugar para ampliação de contatos sociais e a leitura se tornou secundária e desvalorizada.

Houve então uma revolução no final do século XVIII?

Talvez a resposta mais acertada a essa pergunta deva ser afirmativa, pois o desenvolvimento da leitura nessa época aponta para o papel ambivalente do livro e da imprensa na disciplina social e na racionalização dos tempos modernos em seu conjunto. O conhecimento da técnica cultural da leitura pôde ter apoiado maciçamente essa formação social, mas também ofereceu as mais interessantes possibilidades de fugir individualmente das exigências sociais. Os iluministas estavam convencidos de que o caminho para a cultura passava pela leitura, por isso os adversários a isso combatiam esse hábito com veemência, pois sabiam que quem lia, comia da árvore proibida do conhecimento.

Mas em poucas décadas o público leitor de 1800, moderno, heterogêneo e disperso já não era alcançado pela educação pela leitura. Esses leitores não liam o que lhes era indicado pelas autoridades e ideólogos, mas o que satisfazia suas necessidades concretas, emocionais, intelectuais, sociais e pessoais.

2.10- Os Novos Leitores No Século XIX: Mulheres, Crianças e Operários.

No século XIX, o público leitor do mundo ocidental atingiu a alfabetização em massa. Criou-se um bom número de novos leitores, sobretudo de jornais e de ficção barata. Todavia havia consideráveis variações entre a cidade e o campo, entre as capitais altamente alfabetizadas e o restante do país. Foi a “era de ouro” do livro no mundo ocidental: a primeira geração a alcançar alfabetização de massa foi também a última a ver o livro atuando sem a competição de outros meios de comunicação, como o rádio ou a mídia eletrônica de século XX.

Tal expansão do público leitor foi seguida pela difusão da educação primária. Os progressistas na instrução favoreceram o crescimento do público leitor que a partir de então teve a jornada de trabalho reduzida o que proporcionava mais tempo para a leitura. Esse novo público devorava romances baratos.

Os editores que agora despontavam como profissionais aproveitavam ao máximo a chance de investir. Seriados mensais baratos alcançavam um grande público e fez a fortuna de seus autores.

Os novos leitores do século XIX eram uma boa fonte de lucro, mas também provocaram ansiedade e inquietação entre as elites sociais.

As mulheres constituíam uma boa parte do novo público leitor de romances. A tradicional diferença entre as taxas de alfabetização masculina e feminina diminuiu foi até mesmo eliminada no final do século XIX. Nessa época, era comum os historiadores usarem o teste da assinatura para calcular níveis de alfabetização, e eles nada dizem sobre aqueles que podiam ler mas ainda assim não podiam assinar o próprio nome. Tal grupo era essencialmente feminino. A igreja católica havia incentivado as pessoas a ler, mas não a escrever. Era útil que os paroquianos lessem a Bíblia, mas a habilidade de escrever poderia lhes dar um grau de independência perigoso. Talvez seja por isso que muitas mulheres soubessem ler, mas não sabiam assinar seu nome ou escrever.

A educação das meninas sempre estava em atraso em relação à dos meninos. A oferta de instrução formal para meninas parece seguir, e não preceder, a crescente participação feminina no público leitor. Começaram a aumentar as oportunidades de emprego para mulheres.

Houve também um rigoroso crescimento na indústria de revistas para mulheres e o surgimento de um fenômeno novo: o das mulheres com pretensões literárias, as quais foram ridicularizadas sem piedade como ameaça à estabilidade doméstica. O papel da leitora era tradicionalmente o de guardiã dos bons costumes, da tradição e do ritual familiar. As novas leitoras do século XIX, contudo, tinham gostos mais mundanos. Entre os gêneros destinados a esse novo mercado havia livros de cozinha, revistas e, sobretudo, o romance popular barato. Resta lembrar que a leitura exerceu também importante papel na sociabilidade feminina. As mulheres da classe média ou média baixa raramente enfrentam obstáculos como leitoras. Mesmo se não comprassem livros regularmente, podiam ser clientes das bibliotecas circulantes. A figura da mulher leitora demandava reconhecimento

por parte dos romancistas, editores e bibliotecários. Convém lembrar que a “leitora” foi tema recorrente para vários pintores famosos.

A expansão da educação primária na Europa dessa época estimulou ainda o surgimento de outro público leitor: as crianças. Assim como aconteceu com o aparecimento da “mulher leitora”, o surgimento do público leitor infantil exigiu uma atenção especial do movimento editorial. Começaram a aparecer revistas infantis e outros escritos para crianças, voltados para as preocupações pedagógicas das famílias de boa cultura. A demanda de textos escolares começou a ocupar uma fatia maior do mercado de livros, ajudando a fazer a fortuna de muitos editores.

A educação primária gratuita só existiu bem mais tarde.

O número de escolas primárias aumentou muito, mas, mais difícil que montar uma escola era convencer os habitantes das localidades a frequentar as aulas.

O equipamento das escolas era rudimentar, com frequência sem mesas ou livros. Às vezes a sala de aula era montada em depósito de armas e salão público, úmidos, mal-iluminados e pouco arejados.

A idade normal para ser iniciado com o aprendiz era 14 anos e, muitas vezes o aluno mais velho, supostamente melhor, era indicado como monitor de seus colegas.

A educação das crianças da classe operária sempre vinha em segundo lugar, frente às necessidades da economia familiar.

Nas aulas de leitura, insistia-se na memorização mecânica de alguns poucos textos que mais tarde eram usados para avaliar a capacidade de ler das crianças.

A maioria das crianças deve ter considerado esse mecanismo uma experiência muito penosa. Assim também pensaram reformadores que mais tarde fizeram campanha em favor de uma reforma mais “humana” de ensino.

“A leitura é a chave para o tesouro dos escritos sagrados”, anunciou um pároco de Oxfordshire, em 1812.

O aprendizado da escrita e da leitura a partir da Bíblia era prática comum nos países protestantes. No entanto, havia uma demanda crescente de bibliografia pedagógica leiga, que nos editores se apressaram em satisfazer. O mercado educativo, por exemplo, ajudava a explicar a posição das Fábulas de La Fontaine no topo da lista de livros mais vendidos. Robinson Crusoe gozou de popularidade universal e foi editado em várias versões adaptadas às necessidades de crianças de diversas idades.

A emergência de uma florescente indústria de literatura infantil foi parte de um processo denominado “a invenção da infância”. Certas formas de literatura infantil começaram a prosperar, estimulando o desejo dos jovens por fantasia e magia, e entre essas formas estavam os populares contos de fadas que foram reescritos, editados, cortados ou reinventados para atender a leitores de idades e padrões morais diferentes. Os contos de fadas são textos sem texto, porque sempre foram parte de um complexo intercâmbio entre a alta literatura e uma antiga tradição oral. São também escritos sem autor: as histórias são conhecidas de todos, mas cada versão é diferente das demais.

As histórias folclóricas de origem camponesa do passado foram rebatizadas como “contos de fadas” pelos românticos do século XIX.

Os contos de Perrault haviam sido inspirados tanto em textos eruditos quanto na tradição oral, mas foram reformulados para sublinhar aos padrões da moral contemporânea. Essas histórias foram higienizadas, retirando-se delas casos de conduta inconveniente, rudeza ou sexualidade explícita.

Os irmãos Grimm também alegavam inspirar-se na tradição oral e camponesa. Eles buscavam atender ao desejo romântico da época de dar à Alemanha uma cultura folclórica única e uma mesma cultura nacional. Os contos que sugeriam que o crime compensa, como o gato de botas, foram omitidos de sua antologia. Eles introduziram mais clichês de histórias de fadas, caçadores simpáticos, lindas princesas e as próprias fadas, povoando um mundo açucarado e previsível. Ao mesmo tempo, intensificou-se a brutalidade contra os vilões nas histórias. Desse modo, os Grimm reforçavam a mensagem moral e os valores da família, por isso foram exaltados como os inventores de um monumento literário nacional.

A literatura de contos de fadas, do mesmo modo que a cultura popular em que estivera encaixada, nunca foi fixa ou estática. Era um corpo de textos dinâmico, sempre aberto à assimilação e à contaminação em função de novos editores, de novas modas e das necessidades percebidas nos novos públicos.

2.11- UM FUTURO PARA A LEITURA

Entendida como uma atividade de aculturação ou de prazer do homem alfabetizado, a leitura tem um porvir assegurado, se é certo que num futuro próximo permanecerá a outra atividade comunicativa fundamental.

Própria das sociedades alfabetizadas que lhe é correlata: a escrita. Enquanto existir a atividade de produção de textos através da escrita (seja em que forma for), não poderá faltar a atividade correspondente de os ler, pelo menos para alguma porção (maior ou menor) da população do globo. (Petrucci,1987)

É óbvio que nosso mundo produz hoje uma quantidade de escritos, para fins diversificados, bem maior do que produziu nos séculos passados. Trata-se, quase na totalidade dos casos, de escrita destinada à leitura. Enfim, os homens continuarão a ler, enquanto houver homens que escrevam na expectativa de serem lidos por alguém; e tudo faz crer que essa situação continuará a existir por tempo ainda indeterminado. Portanto, resta-nos algumas indagações um tanto quanto sutis: qual será, no futuro próximo, a atividade de leitura dos homens? Que extensão social terá? A que se referirá essa atividade? Que importância e que funções manterá na sociedade? A demanda de leitura deverá crescer ou diminuir? E, diante disso, como se comportarão as diversas áreas socioculturais do planeta?

2.11.1- A leitura no mundo

É sabido que os historiadores nunca foram bons profetas; eles já têm dificuldade para interpretar o passado e teriam muito mais para adivinhar o futuro.

Ainda assim, se é permitido arriscar algumas previsões sobre o comportamento humano num setor tão complexo como o da aculturação, é possível fazê-lo somente partindo da análise dos dados referentes à situação da alfabetização, da produção e demanda de textos, e da circulação de impressos no mundo durante a última década.

É preciso deixar claro que o problema enfocado, no momento, não pode ser limitado somente aos países desenvolvidos, urge que seja enfocado em nível mundial: quer porque o futuro da leitura está sendo decidido onde ela é prática comum e consolidada;

quer porque as novidades da demanda, oferta, usos e práticas de leitura somente podem vir das situações de fronteira, nas quais a leitura, de massa ou de elite, se vai formando e difundindo só agora, em situações socioculturais absolutamente novas em relação ao passado.

E isso porque, no fundo, como escreveu há pouco um historiador da literatura, de corajosa sinceridade:

De agora em diante, os intelectuais mais rigorosos ou apenas mais honestos não poderão contentar-se em dar conta do privilégio ocidental; eles deverão medir forças com o outro, com o diferente, que não será sempre exorcizar invocando a loucura e a barbárie do atraso. (Luperini, 1991, p.376).

Os dados a seguir provêm das pesquisas da UNESCO e apresentam um quadro que está em rápida modificação e é bastante diversificado nas várias áreas do globo. O resultado é o que se segue:

a) O processo de alfabetização acha-se em lento percentual, mas o número de analfabetos torna-se cada vez maior em termos numéricos e já superou o bilhão. As áreas em que o analfabetismo se encontra mais difundido estão situadas sobretudo na África (em alguns países de economia rural), na América Latina (Peru, Haiti, Equador, Guatemala, Bolívia) e na Ásia (países muçulmanos = Paquistão, Afeganistão, Arábia Saudita). Além disso, também em muitos países chamados “desenvolvidos” há altas porcentagens de analfabetismo de retorno e de analfabetismo primário de proveniência externa, concentrado principalmente nas áreas urbanas. Constituem caso à parte os Estados Unidos, onde a difusão social do analfabetismo entre os negros, os latino-americanos e os subalternos urbanos é muito forte e, nas últimas décadas, deu origem a campanhas de alfabetização que permaneceram totalmente sem êxito.

b) As causas da permanência do analfabetismo em grande área do mundo não estão relacionadas apenas à baixa renda, mas também a razões políticas e ideológicas. Há regimes aos quais não agrada o desenvolvimento da educação de massa (Haiti e Peru); há outros, como os dos países muçulmanos, em que a educação da mulher é hostilizada; de fato, uma das conseqüências do analfabetismo feminino é um desenvolvimento

demográfico descontrolado, que por sua vez contribui para manter elevadas as taxas de analfabetismo geral. As únicas campanhas de alfabetização de massa vitoriosas são as de alguns países (como Cuba, o Vietnã e a Nicarágua sandinista) que, seguindo o exemplo soviético, engajaram a mulher no processo educacional e encorajaram campanhas de controle de natalidade.

- b) A produção de livros está em forte aumento no mundo todo, variando, é claro, a porcentagem de país para país.
- c) No que diz respeito aos jornais, é óbvio que são produzidos em escala maior nos países mais desenvolvidos.
- d) Os empréstimos de livros feitos pelas bibliotecas públicas fornecem dados análogos à situação mencionada anteriormente.

Como se viu, a maior produção e circulação de livros e periódicos se situam nos países mais alfabetizados e economicamente mais fortes e, em particular, em alguns países europeus de antiga tradição cultural. As áreas onde é menor ou ínfima a circulação de textos escritos são aquelas mais desprovidas economicamente, aquelas em que a maior expansão demográfica, e, ainda aquelas em que a mulher é mantida fora do processo educacional.

2.11.2- Crise da leitura. Crise da Produção.

Afinal, existe uma crise da leitura e do livro? E como ela se apresenta?

Embora esteja acontecendo uma mudança lenta e quase que superficial respeito do assunto em questão, é estranho observar que os mais fortes alarmes venham justamente das áreas mais desenvolvidas socialmente, ou seja, dos Estados Unidos e da Europa e não da África ou da América Latina. O Japão, como veremos a seguir, constitui um caso à parte.

Os Estados Unidos, que são os maiores produtores de livros e papel impresso do mundo, mesmo obcecados pela idéia de crise iminente, enfrentam problemas como o analfabetismo crescente nas áreas urbanas e a progressiva queda do nível do desempenho escolar dos estudantes de nível médio e universitário das escolas públicas.

Segundo estudiosos, o sistema escolar americano tende cada vez mais a separar um ensaio de elite, baseado na cultura oficial, de um ensino de massa, tecnicista e de baixo nível. Também, nos Estados Unidos há uma nítida diferença entre uma cultura

juvenil da mídia, voltada para a música *rock*, o cinema, a tevê, os jogos eletrônicos e, apenas marginalmente para a leitura – que, aliás, se limita a obras de narrativa contemporânea, de ficção científica e histórias em quadrinhos, e uma cultura juvenil tradicionalmente culta, que se adquire lendo livros, frequentando teatros e cinemas de qualidade, ouvindo música clássica e utilizando muito pouco as novas tecnologias da mídia.

Mais uma vez nos Estados Unidos, a luta contra o analfabetismo urbano de massa foi formulada como um programa de reforço e difusão social da leitura de livros. Muitas campanhas estão sendo feitas para resolver o problema, tanto no setor privado, quanto no setor público.

Fala-se ainda que há no país uma crise da leitura de qualidade, a dos ditos leitores firmes, os formadores de opiniões, os quais, segundo fontes informais, representam um número insignificante de pessoas.

A Europa apresenta uma outra faceta do problema, a de uma crise convulsiva das empresas editoriais que, freneticamente, passam por mudanças diversas: fundem-se umas às outras, mudam de donos, aumentam-se os capitais investidos, sempre de olho no mercado rico e desorientado do leste europeu e das repúblicas soviéticas.

Na Europa, o livro ainda é tratado como mercadoria e os agentes culturais se opõem a que isso aconteça, pois lá os velhos mitos custam a morrer. A indústria editorial européia está sendo sacudida por um fenômeno de desculturação que atinge a produção do livro em todos os níveis e, por isso, não consegue conquistar novos mercados e novo público. As editoras mais fracas estão com dificuldade diante das mais fortes e mais bem aparelhadas.

Apesar disso, a indústria editorial européia publica cada vez mais, diversifica os produtos, traduz muito, mostra-se viva e dinâmica, porém não consegue criar para si um espaço de mercado seguro e em expansão; vive com medo de uma progressiva redução do já limitado público de que dispõe.

O caso japonês, como já foi dito anteriormente, é um caso à parte, já que os habitantes do Sol Nascente constituem a maior concentração de leitores “firmes” que se conhece, à qual corresponde uma indústria editorial moderna, organizada e sofisticada.

O leitor japonês lê muito porque é altamente aculturado e porque considera um dever estar informado e ser formado pela cultura escrita, num país em que o prestígio

da escola está acima de qualquer discussão. Os setores de maior sucesso são os manuais, a literatura de diversão e de informação e as histórias em quadrinhos, tudo vendido a custo mais baixo. No conjunto, trata-se de um fenômeno de leitura de consumo induzido, talvez pela natureza autoritária e hierárquica da sociedade japonesa e que por isso não é facilmente exportável para outros lugares.

2.11.3- O cânone contestado

Não restam dúvidas de que há vários sinais evidentes referentes à transformação da prática da leitura por que atravessam os países mais adiantados. Consistem eles em fragilidades verificadas na oferta ou repentinas e novas manifestações da demanda que somando-se e sobrepondo-se de forma desordenada, acabam por corroer a autoridade daquele cânone universal dos textos escritos que, até agora, não havia sido renegado totalmente.

Dominada pelo terror de uma crise de mercado tida como iminente, a “oferta” enlouqueceu e, em todos os níveis perdeu o campo de referência no qual podia se mover com relativa segurança, derramando sobre o público produtos tão diversificados que, preliminarmente prejudicam o leitor- consumidor.

Este reage de maneira irracional; já que as instituições – sobretudo a escola – desde sempre encarregadas de manter e difundir o “cânone” tradicional da leitura e seus valores, perderam força e capacidade de influência. Então esse público se comportando de maneira desordenada e imprevisível e, que também perdeu todo critério de seleção, dificulta qualquer tipo de programação racional de produção.

Para deixar o quadro mais complexo, estão começando a aparecer, em diferentes áreas, sintomas de recusa explícita do cânone tradicional, mostrando que o leitor está mais conscientizado e não quer ser manipulado quer seja pelo mercado, quer seja por orientações ideológicas. Como exemplo, citemos fato acontecido na Califórnia, em 1988, quando calouros se rebelaram contra as leituras obrigatórias exigidas pela universidade. Que pediam esses estudantes? Que pedem outros estudantes, sobretudo negros, asiáticos e hispânicos? Pedem que o cânone estabelecido seja modificado; que os cursos de literatura sejam mais abertos à atualidade e à contemporaneidade; que todas as culturas tenham acesso, em pé de igualdade, ao ensino superior e outras reivindicações mais. Sabe-se que em muitas universidades o movimento logrou êxito e em outras vai se firmando. Esse

movimento serviu para chamar a atenção de professores, dirigentes e de toda a indústria editorial para que revejam, suas posturas e questionem seus valores.

2.11.4- Ler de outra maneira

No mundo contemporâneo surgiram duas categorias de consumidores de livros socialmente fracos, mas que praticam muitas vezes a leitura de modo ativo, porque são ricas em tempo livre: os adolescentes e os velhos. Eles não conseguem programar suas leituras nem têm meios para isso; então lêem livremente o que lhes cai nas mãos, misturando gêneros e autores, disciplinas e níveis: portanto, mesmo inconscientemente, eles ignoram e contestam simultaneamente o cânone oficial sua hierarquia de valores.

Já em 1961, em estudioso, áspero observador de seu tempo, apontava diferenças nas atitudes com que se lê entre as práticas do estudo e as do consumo, entre ler para aprender, para lembrar, para formar-se, e ler por ler, para passar o tempo e divertir-se nada mais:

Em particular – observava – lêem-se sempre menos livros enquanto é bastante alto o número de leitores de folhas periódicas, jornais, revistas, cartazes, murais e outros impressos. Mas os leitores das publicações volantes, diárias, não lêem: vêem, olham. Olham com uma atenção de histórias em quadrinhos mesmo quando sabem ler realmente; olham e jogam fora. (Montale, 1966,p.96)

Algumas experiências americanas revelam que as práticas de leitura abertamente consumistas, que recusam todo sistema de valores e toda atitude pedagógica, são cada vez mais extensas.

2.11.5- A desordem na leitura

De tudo o que foi dito até agora, fica evidente que justamente nas áreas culturalmente mais adiantadas vai ganhando terreno uma forma de leitura de massa que alguns definem precipitadamente como “pós-moderna” e que se configura como “anárquica, egoística, egocêntrica”, baseada num único imperativo: “leio o que bem entendo”. (Innocenti, 1989,p.510)

Diferentemente do passado, hoje a leitura não é mais o principal instrumento de aculturação à disposição do homem contemporâneo; ela perdeu seu lugar na cultura de massa para a televisão, cuja difusão foi extremamente rápida e generalizada nas últimas décadas. É possível afirmar com segurança que hoje, em todo o mundo, o papel de informação e de formação de massa, que por alguns séculos foi próprio dos produtos impressos, portanto para “ler”, passou para os meios audiovisuais, por conseguinte, para meios que existem para ser ouvidos e vistos, como diz seu próprio nome. O público de hoje está acostumado a ler mensagens em movimento; que em muitos casos escreve e lê mensagens produzidas por processos eletrônicos (computador, televídeo, fax); que está acostumado a aculturar-se através de processos e instrumentos caros e sofisticados; e a dominá-los ou a usá-lo de maneiras completamente diferentes das que são utilizadas para gerenciar um processo normal de leitura. As novas práticas de leitura dos novos leitores devem conviver com essa verdadeira revolução dos comportamentos culturais de massa, e não podem deixar de sofrer sua influência.

O uso do controle remoto proporcionou ao telespectador a possibilidade de mudar instantaneamente de canal, passando de um filme a um debate, de um jogo ao telejornal, de uma propaganda a uma telenovela e assim por diante, numa vertiginosa sucessão de imagens e de episódios. Desse tipo de prática nascem, na desordem não-programada do vídeo, novos espetáculos individuais feitos de pedaços não-homogêneos justapostos entre si. Criou-se o *zapping* - instrumento individual de consumo e de criação audiovisual absolutamente novo. Através dele, o consumidor da cultura da mídia acostumou-se a receber uma mensagem feita de fragmentos sem homogeneidade e, vista racional e tradicionalmente destituída de “sentido”, todavia, trata-se de uma mensagem que requer um mínimo de atenção para ser seguida, e um máximo de tensão e participação lúdica para ser criada.

Essa prática baseada na mídia é exatamente o oposto da leitura tradicional, linear, progressiva, na medida em que está próxima de uma leitura transversal, interrompida, ora lenta, ora rápida, como é a dos desculturados.

É fato que o telespectador criativo tem condições de acompanhar, sem perder o fio dos acontecimentos, os enredos das grandes telenovelas, novas compilações épicas do nosso tempo e verdadeiras sínteses enciclopédicas do viver consumista.

A prática do *zapping* e a longa duração das telenovelas forjaram leitores potenciais que, além de não possuírem um cânone e uma “ordem de leitura”, nem mesmo adquiriram o respeito pela ordem texto que tradicionalmente deveria apresentar começo e fim estabelecidos por outrem. Por outro lado, não devemos nos esquecer de que esses leitores são capazes de acompanhar uma sequência de acontecimentos extremamente longa, contanto que apresente características de hiper-realismo mítico que são próprias da ficção narrativa “popular”.

2.11.6- Os modos de leitura

Por tudo o que se viu até agora neste trabalho, deduzimos que a forma tradicional de leitura há tempos já foi deixada de lado. Então, como se configura o novo “*modus legendi*” representado pelos novos leitores? Primeiramente, ele comporta uma disposição do corpo totalmente livre e individual, além de recusar quase todos os suportes normais da operação de leitura: a mesa, o assento, o tampo da mesa. Esse novo “*modus legendi*” compreende também uma relação física intensa e direta com o livro, o qual é fortemente manipulado, amassado, dobrado, carregado junto ao corpo, e dele se toma posse, através do uso intensivo, prolongado e violento, que é típico de uma relação não tanto de leitura e de aprendizagem quanto de consumo. O novo modo de ler influi no papel social e na presença do livro na sociedade contemporânea. Hoje, numa casa, e mesmo nas bibliotecas, o livro convive com um grande número de outros objetos eletrônicos ou puramente simbólicos que enfeitam os ambientes dos jovens e caracterizam seu estilo de vida. Entre todos esses objetos, o livro é o menos caro e o mais fácil de manipular. As formas de sua conservação estão relacionadas com as de seu uso: assim como estas são casuais, inventivas, livres, aquelas são desprovidas de um local preestabelecido e de disposições seguras.

Tudo isso, por sua vez, acaba por ter também algum reflexo nos hábitos da leitura. Já há vários anos, Hans Magnus Enzensberger, depois de ter afirmado peremptoriamente que “a leitura é um ato anárquico”, reivindicava contra o autoritarismo da tradição crítico-interpretativa a absoluta liberdade do leitor: “O leitor tem sempre razão e ninguém pode retirar-lhe a liberdade de fazer de um texto o uso que mais lhe agrada”. E ainda:

Faz parte dessa liberdade folhear o livro de um lado para outro, pular trechos inteiros, ler as frases ao contrário, deformá-las, reelaborá-las, continuar a tecê-las e a melhorá-las com todas as associações possíveis, extrair do texto conclusões que o texto ignora, encolerizar-se e alegrar-se com ele, esquecê-lo, plagiá-lo e num certo momento atirar o livro num canto. (Enzensberger, 1983,p. 20)

2.11.7- A ausência de cânones e de novos cânones

A situação atual parece que se caracteriza por fortes sintomas de desagregação da “ordem da leitura” própria da cultura escrita ocidental, seja no plano do repertório, seja no plano das práticas de uso e de conservação. Para isso contribui um sistema produtivo irracional que visa a tirar o maior proveito no menor tempo possível, sem se preocupar com o futuro. Também, a coexistência dos livros e outros produtos impressos com os audiovisuais, além de marginalizar os primeiros, ainda contribui, de maneira significativa, para o surgimento de novas práticas de leitura que são personificadas no “leitor anárquico”, que é representado pelos jovens, mas tende a multiplicar-se e se tornar o modelo predominante.

A esse novo leitor e às suas práticas inovadoras, corresponde uma outra figura anômala e potencialmente “anárquica” – a do escritor de consumo que escreve textos de paraliteratura, reescreve textos alheios, redige romances cor-de-rosa e policiais ou compila jornais de pouco valor e permanece no anonimato, sendo descartado pelas equipes redacionais. Por tudo isso há, hoje, o problema de um futuro unívoco ou múltiplo da leitura no âmbito da cultura da mídia, quando as tendências para a afirmação de monopólios e para a anulação das diferenças, sejam elas de mercado ou de produtos, se tornam cada vez mais nítidas.

Em suma, pelo que se pode prever, as práticas anárquicas estão fazendo da leitura um fenômeno diversificado e uma prática desprovida de regras que se contrapõe aos mass-media eletrônicos e, particularmente à televisão, que tende a uniformizar-se em nível mundial e a tratar de forma igual o público, não importando a que cultura ele pertença. Na verdade, o futuro da leitura e o de ler até aqui delineado, pode ser considerado um fenômeno de sinal positivo, extenso e complexo que deverá consolidar-se e afirmar-se num futuro bastante próximo de nós.

3 - A IMPORTANTE CONQUISTA DO JOVEM LEITOR

Segundo Paulo Freire (1983,p.35) (in: A conquista do jovem leitor: uma proposta alternativa), não há “educação fora das sociedades humanas e não há homem no vazio. “Esse ponto de vista reforça a superioridade do ser humano e responsabiliza-o pela sua tarefa de ser em constante busca de conhecimento e de transformação. O autor entende que o homem “não apenas está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta de sua abertura à realidade (...)”.(Id., p.39). O homem é um ser atento ao seu tempo, ele rejeita a idéia de ser passivo, mero espectador dos acontecimentos à sua volta, por isso, ele se posiciona como sujeito do processo histórico cultural da humanidade.

Esse processo de interação do homem com o seu mundo implica em comunicação. Ela se dá a partir do contato consciente com a pluralidade de significados a que o homem se expõe; dá-se através dos mais diversos signos lingüísticos e da leitura dos atos humanos. A comunicação é o próprio processo de interação; acontece nos momentos em que o ser estiver aberto a sua realidade. “Compreendida de modo amplo, a ação de ler caracteriza toda a relação racional entre o indivíduo e o mundo que o cerca.” (Zilberman, 19985, p.17).

A importância dessa relação do homem com o mundo (comunicação) tem a linguagem como mediadora da transformação cultural e impulsionadora da existência do próprio homem, o qual se situa dentro do mundo sócio, dentro das linguagens captadas pela percepção, prevê um sujeito que fala, ouve, vê, escreve, lê, emissor e receptor de significados, um sujeito que pratica a “leitura do mundo”, a quem todas as formas de linguagem estejam abertas, inclusive a linguagem escrita.

(...) falar e ler a realidade implicam uma manifestação primordialmente verbal, de modo que, dentre as possibilidades de expressão, a língua é a que contém de maneira mais completa o produto destes contatos primordiais como real. (Zilberman, 1985, p.18).

Essa reflexão revela a relação direta que existe entre o ato de ler, entre o mundo e a língua. Para que se garanta a solidez dessa relação, é necessário desenvolver o domínio do aspecto mecânico da leitura, a percepção, o reconhecimento e a compreensão

do código escrito, tarefas normalmente de responsabilidade da escola. Ressalta-se que a leitura de textos não se processa na simples decifração do código, mas sim no momento em que o documento escrito servir de instrumento para o ato de ler como exercício de compreensão do mundo e de si mesmo. Entendida desta forma, a leitura de textos escritos está em sintonia com a leitura entendida no seu sentido mais amplo, na medida em que auxilia o ser a estar “com o mundo”, diferenciando-se uma da outra apenas pelo tipo de linguagem e pelos instrumentos utilizados.

As possibilidades que a leitura traz para o indivíduo são de ordem:

- PESSOAL, se considerarmos o enriquecimento cultural, o acesso ao saber acumulado e o prazer/lazer que propicia;
- ECONÔMICO - SOCIAL, se observarmos a maior chance de qualificação profissional e ascensão social;
- POLÍTICA, se pensarmos que o indivíduo crítico e atuante, cidadão emancipado, é um indivíduo que lê o seu mundo.

Pela importância e pelo quanto a leitura representa de possibilidades e emancipação, o domínio da capacidade de ler precisa ser encarado como um direito do homem. Ao conquistar esse direito e ao exercê-lo, o sujeito estará liberto da alienação, melhor preparado para ser emancipado.

A leitura torna-se tão mais necessária se se entender que:

“O progresso da ciência e da tecnologia se processa num ritmo tal que a instrução que hoje ministramos será insuficiente amanhã. A tarefa do futuro é a educação permanente ou, melhor ainda, a auto-educação permanente.”

(Bamberger, 1986, p.12).

Diante desse fato, conclui-se que a leitura adquire um novo significado: é instrumento da auto-educação como forma de acompanhar o acelerado desenvolvimento da tecnologia na contemporaneidade e de propiciar a ação do homem sobre o mundo, transformando-o com o seu conhecimento.

A leitura também contribui para a formação do ser humano, uma vez que possibilita o despertar de emoções e o estabelecimento de parâmetros, desencadeando a autocompreensão e a compreensão do mundo. Cada ser humano, nas palavras de Werner

Zotz, “(...) traça sua própria vereda, de modo particular e individual.”(Cagneti e Zotz, 1986,p.23). As decisões, as escolhas, o definir-se, resultam do exercício do pensar, o autoconhecimento redonda do conhecimento do ser humano através do contato com a infinidade de reações que o comportamento humano revela.

No mundo atual, há pesquisas que comprovam que há uma grande tendência em se valorizar o talento técnico e a massificação em detrimento do elemento humano e da individualidade, e há consciência de que “as realizações tecnológicas do presente (...) pouco contribuem para a solução dos problemas da coexistência.”(Bamberger,1986,p.10-11).

A leitura, mormente a literária, por mostrar situações conflitantes do relacionamento humano, poderá suscitar o avivamento das emoções do leitor e contribuir para o desenvolvimento da personalidade do jovem, ajudando-o a criar um conceito mais humano de mundo e a ver com clareza a sua individualidade e a importância de seu papel na sociedade.

Há, ainda, outras funções da leitura propiciadas essencialmente pela leitura de obras literárias: o desenvolvimento da capacidade criativa e do interesse pela literatura como lazer e fonte de prazer.

A literatura, bem como as outras artes, tem um alcance amplo porque, além de trabalhar a razão e a emoção, lida também com a imaginação, oportunizando o desenvolvimento dessa potencialidade. E nada melhor para transformar o mundo do que o homem criativo.

Há que se considerar também a enorme necessidade deste exercício na infância, sob pena de, não se desenvolvendo este potencial, tornar-se a criança “o adulto que investe sua necessidade, sua capacidade de sonho e a satisfaz no páreo triplo, nos horóscopos ou na loteria.”(Resende, 1983, p.27).

A leitura pode ser vista ainda como fonte de lazer, se for um ato espontâneo e proporcionar prazer ao indivíduo. O contato com a literatura poderá possibilitar momentos de verdadeiro “relax”, de encantamento e satisfação pessoal, além de exercitar a sensibilidade e o gosto pela arte literária.

O lazer, pela satisfação que proporciona, é considerado uma necessidade do homem, indispensável a sua saúde física e mental. Convém lembrar, no entanto, que numa sociedade capitalista há pouco espaço para o lazer, por se privilegiarem atitudes que

resultam em produção e eliminar-se do projeto de vida toda atividade que representa perda de tempo, entendendo-se tempo como sinônimo de dinheiro.

É preciso também refletir sobre a aparente inferioridade do livro frente a outros meios de comunicação. Sabe-se que,

“(...) Não apenas, de certo, pelo ar triunfante desses meios, não apenas pelas audiências que alcançam; e não, também por irem Ao encontro da alarmante passividade para a qual – quando não opta pela violência – vai deslizando o homem contemporâneo. Mas devido a sua ancianidade. Atacadas pela superstição do novo (uma das palavras mágicas da publicidade), coisas antigas como a escrita e o livro teriam de parecer-nos um tanto obsoletas.” (Lins, 1977,p.61).

Por essas razões e por utilizarem, o cinema e a TV, a imagem como um poderoso recurso, tornam-se os meios de comunicação de massa mais envolventes que o livro.

Em contrapartida às vantagens dos demais meios de comunicação, o livro (o jornal, as revistas etc.) apresentam-se abertos à reflexão e à consulta; eles permitem que o leitor volte, confirme, discuta; estão disponíveis ao pensamento do leitor, sujeitando-se a tantas reescrituras quantos forem os leitores interessados. A reescrita, segundo Paulo Freire (1985,p.21) é parte do processo da leitura, é um movimento dinâmico:

“(...) que implica sempre percepção crítica, interpretação e ‘re-escrita’ do lido, (...) a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo mas por uma certa forma de ‘escrevê-lo’ ou de ‘reescrevê-lo’, quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente”.

Há de se ressaltar que o livro é, utilizando-se de um anacronismo, “fonte de saber e de prazer” que está sempre à disposição daqueles que por ele se interessarem.

Na nossa literatura frequentemente se pode deparar com depoimentos quase que emocionados a respeito da leitura e/ou do livro. Para ilustrar, veja-se Clarice Lispector,

notável escritora do Modernismo Brasileiro, demonstrando a grande atração que os livros podem exercer sobre as pessoas.

“... você vai emprestar o livro agora mesmo. E para mim: ‘E você fica com o livro por quanto tempo quiser’. Entendem? Valia mais do que me dar o livro: ‘pelo tempo que eu quisesse’ é tudo o que uma pessoa, grande ou pequena, pode ter a ousadia de querer.

Como contar o que se seguiu? Eu estava estonteada, e assim recebi o livro na mão. Acho que eu não disse nada. Peguei o livro. Não, não saí pulando como sempre. Saí andando bem devagar. Sei que segurava o livro grosso com as duas mãos, comprimindo-o contra o peito. Quanto tempo levei até chegar em casa, também pouco importa. Meu peito estava quente, meu coração pensativo.

Chegando em casa, não comecei a ler. Fingia que não o tinha, só para depois ter o susto de o ter. Horas depois abri-o, li algumas linhas maravilhosas, fechei-o de novo, fui passear pela casa, adiei ainda mais indo comer pão com manteiga, fingi que não sabia onde guardara o livro, achava-o, abria-o por alguns instantes. Criava as mais falsas dificuldades para aquela coisa clandestina que era a felicidade. A felicidade sempre iria ser clandestina para mim. Parece que eu já pressentia. Como demorei! Eu vivia no ar... Havia orgulho e pudor em mim. Eu era uma rainha delicada.

Às vezes sentava-me na rede, balançando-me com o livro aberto ao colo, sem tocá-lo, em êxtase puríssimo.

Não era mais uma menina com um livro: era uma mulher com o seu amante.”

(Clarice Lispector. Felicidade Clandestina. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1994)

Bem recentemente, o ator Tony Ramos, em entrevista na televisão, indagado sobre o seu papel em uma novela, na qual ele é um livreiro carismático, apaixonado pelo que faz, (ele) fez questão de afirmar que o seu fascínio pelos livros não é apenas fictício, mas é real: “Não há nada mais prazeroso que ler e reler páginas e páginas a fio, degustando

silenciosamente o que se lê. O simples “virar de páginas” é motivo de encantamento, sem contar que, após se ler um trecho emocionante, nada me impede de aconchegar o livro ao peito e, de olhos fechados, deliciar-me daquele momento de prazer indescritível, muitas vezes com lágrimas nos olhos”.

Convém que se relembre, como já foi dito anteriormente neste trabalho, que o próprio Bill Gates, presidente da Microsoft, questionado sobre a primazia do uso do computador sobre o uso do livro, respondeu com segurança: “Meus filhos terão computador sim, mas antes terão livros”.

O ensaísta canadense, Alberto Manguel, ao mostrar a importância da palavra escrita como a principal ferramenta para compreender o mundo, afirma que, mesmo nessa época em que predominam as imagens, a leitura é ainda o mecanismo que mais possibilita a reflexão e a interpretação. Prova disso é que as pessoas estão lendo cada vez mais, assim como mais livros estão sendo publicados a cada ano.

Manguel revela, ainda, que Bill Gates propõe uma sociedade sem papel. Mas, para desenvolver essa idéia, ele publicou um livro. (Veja, 07/07/99).

Folga-nos saber que, quem revolucionou o mundo da comunicação atual, valoriza e muito o uso do livro.

Sobre a conquista do jovem leitor, a dificuldade maior com que se depara é a falta de tradição de leitura no Brasil. Pode-se confirmar esta realidade, levando-se em conta que, pelas condições do desenvolvimento histórico e cultural do país, a leitura enquanto atividade de lazer e atualização, sempre se restringiu a uma minoria de indivíduos que teve acesso à educação e, portanto, ao livro. A grande massa da população, sem condições para estudar, sempre aderiu aos meios diretos de comunicação, que não exigem educação formal para sua recepção.

É de suma importância incentivar o gosto pela leitura, para que a sociedade tenha nos seus indivíduos sujeitos da sua história, homens que façam cultura e que impulsionem a transformação, fundamentados em princípios humanos de liberdade e solidariedade.

Sabe-se que a formação do gosto de ler começa muito cedo, já na família, através das cantigas folclóricas, da literatura infantil oral (tão esquecida hoje em dia) e do contato com os livros, criando atitudes positivas em relação à leitura. Se isso acontecesse,

caberia à escola apenas dar continuidade ao trabalho da instituição familiar. (Infelizmente não é isso que acontece).

Ocorre, todavia, que a grande maioria das famílias brasileiras, mergulhadas em dificuldades econômicas, não dispõem de recursos para destinar à compra de livros e mesmo tempo para a literatura, o folclore, o lazer, envolvidas que se encontram com a questão da sobrevivência.

”Existiria, por acaso, uma possibilidade concreta de opção entre o comer para sobreviver e o ler para atualizar-se? Entre o supermercado e a livraria?” (Silva, E.T., 1985, p.61).

Essas constatações reafirmam que “no contexto brasileiro, a escola é o lugar onde muitos têm talvez sua única oportunidade de contato com os livros (...)”. (Martins, 1984,p.25). Por trabalhar com o código escrito, por excelência, a escola é um lugar de extrema importância na formação do leitor, atingindo índices máximos de responsabilidade, dada a defasagem de estímulos para a leitura oferecidos pela sociedade.

Tendo em vista esta realidade, a escola, segundo Laura Constância Sandroni, (Sandroni e Machado, 1986, p.11) “torna-se o local possível, embora não ideal – dado o seu caráter obrigatório, onde se pode incutir na criança ou no jovem o hábito de ler”.

Caso se rejeite a idéia de “incutir o hábito” pela noção de autoritarismo que conota, e que a substitua pela “formar o gosto pela leitura”, é constatável que a experiência de ler, oferecida ao aluno pela escola, ao longo dos anos, tem sido através da obrigatoriedade.

(...) grande parte das escolas brasileiras não têm desenvolvido um trabalho sistemático de leitura com a preocupação de se formar leitores, pois o livro é compreendido como divulgador de informação e como instrumento necessário ao cumprimento de tarefas escolares, através de exercícios, privilegiando-se a memorização e a repetição do que já ensinado. (Válio, 1986,p.55)

As experiências negativas, longe de aproximarem o aluno do livro, acabam por distanciá-lo ainda mais. É necessário que se revejam esses equívocos da escola e que se procure associar o ato de ler ao prazer, tentando envolver e motivar o aluno para a leitura.

Por outro lado, a obrigatoriedade da leitura na escola não é de todo negativa. Existem muitos alunos que, a partir de textos e/ou citações lidos em aula, se interessam pela leitura da obra inteira e, muitas vezes, por livre e espontânea vontade, adquirem não só aquele livro mas também outros do mesmo autor ou até mesmo de autores diferentes os quais lhes tocam por quaisquer motivos. Quando isso acontece, não se há de perder tempo, o professor, o bibliotecário (e até mesmo o balconista da livraria) ou quem quer que perceba esse interesse, precisam aproveitar essa oportunidade e incentivar o aluno a saciar a sua vontade de ler. Nessa hora, nasce um leitor que até então estava adormecido, ser em formação à espera do momento exato para desabrochar e poder, a partir daí, deliciar-se da magia oferecida pelos livros.

Considerando-se que ler é “um ato libertador”, a busca do livro também deverá caracterizar-se pela espontaneidade e pela alegria de fazê-lo e encaminhar-se para a exploração das potencialidades lúdicas e artísticas do homem.

Para que se crie o gosto pela leitura, não basta que se ofereça ao jovem leitor, esporadicamente, oportunidades de contato com os livros.

A escola precisa viabilizar tempo para a leitura.

“Nos países onde se lê muito, o currículo já consagra um número maior de horas à leitura. Na França, por exemplo, na primeira série, destinam-se todos os dias quatro meias horas inteiras à leitura(...) nos países em que se destina mais tempo à leitura na escola, as crianças também lêem mais em casa,(...)” (Bamberger, 1986, p.51-52).

Pesquisa feita por Lilian Lopes Martin da Silva (1986, p.20-28) revela que no Brasil não se lêem obras literárias durante as aulas de Português, alegando-se falta de tempo. Isso comprova a incompatibilidade da escola com a leitura. A noção de tempo, segundo a pesquisadora, “se constitui historicamente”, e a escola só faz reproduzir o conceito dualista de tempo = dinheiro, instituído com direcionamento político.

Nesse panorama, a literatura de ficção surge como a mais indicada para formar o gosto de ler

“Devido ao interesse imediato que suscita. Falando diretamente à imaginação e à sensibilidade, o texto literário, sem compromisso com a realidade, mas referindo-se continuamente a ela, pode, por sua força criadora, levar à comunicação leitor-texto que caracteriza o ato de ler.”
(Sandroni e Machado, 19986, p.10).

Também na opinião de Osman Lins (1977, p.140), dever-se-ia intensificar na escola o convívio com os textos literários, considerando-se que “outros tipos de texto o aluno já recebe e busca fora da classe, durante todas as outras horas do dia e nos períodos de férias”. Com efeito, embora considerando-se muito pobre a exposição do jovem brasileiro a textos escritos, há que se admitir que, extraclasse, são maiores os estímulos à leitura de revistas e jornais do que à leitura de obras literárias.

Além das razões discutidas, a indicação da literatura de ficção deve-se também ao fato da obra literária trazer um ingrediente que a individualiza perante os outros textos: a estética da palavra.

Enquanto os outros textos utilizam como matéria-prima a “palavra-informação” e visam a produções informativas de interpretação única, a obra literária serve-se da “palavra-arte” e visa a produções literárias de multiplicidade interpretativa.

O tratamento literário dispensado pelo autor permite que o leitor tenha contato com a estética da palavra como ato criativo que busca o poético e a diversidade de interpretação.

Essa particularidade caracteriza a obra literária como arte e a diferencia da obra essencialmente informativa.

A escola, ao trabalhar com a literatura, faculta ao aluno essa visão artística da obra e abre espaço para que ele próprio exercite a “palavra-arte” como instrumento expressivo.

É através da leitura de obras que se resgata o privilégio da leitura como ato individual e solitário, e faculta-se ao leitor o relacionamento profundo com o texto, permitindo que nele se opere a sua intervenção como ato essencialmente individual. Esse

entrelaçamento profundo não tem lugar em aulas de leitura de textos fragmentados nem textos de caráter coletivo.

Embora seja de responsabilidade do aparelho escolar em todos os níveis, a questão da leitura está mais intensamente ligada à escola de primeiro grau. “De acordo com pesquisas realizadas pela UNESCO, o hábito de leitura só se implanta até os doze anos de idade(...)” (Pondé, 1983, p.14).

De fato, a preocupação deve ser intensa com os alunos dessa faixa etária, porque nessa fase de formação da personalidade eles são mais susceptíveis a influências comportamentais. E o gosto pela leitura virá decisivamente de experiências gratificantes que tiverem com livros da vivência com pessoas entusiasmadas pela literatura.

Se na vivência escolar é o professor que está diretamente em contato com o aluno, a ele cabe dar testemunho de amor aos livros. Ao professor compete estar consciente da importância da leitura para o homem e, atento à problemática da sociedade brasileira e das dificuldades da instituição escolar, repensar a sua prática pedagógica. Desde que esteja consciente dos erros que a escola tem cometido relativamente à questão da leitura, ele tem um bom referencial de como não proceder.

A instituição escolar, no entanto, não pode ser responsabilizada sozinha por uma questão que é político-social. Mas, sendo o problema da leitura também de competência educacional, faz-se necessário que a escola reveja o seu diálogo pedagógico e apresente sugestões para a formação de leitores, para que se possa progredir na reflexão, na comunicação, porque “o homem somente existe enquanto dialoga (...)”. (Silva, E.T., 1984,p.77)

Concluindo, habilitar o indivíduo a ler (bem) é habilitá-lo para exercer a cidadania.

3.1- A Leitura: Caminho que leva à cidadania

Todos nós sabemos que a sociedade brasileira é marcada e dividida por grande desigualdade a qual dificulta a representação dos segmentos marginalizados na sociedade. Esse fato confirma claramente que uma das principais causas para que as camadas brasileiras sejam tão desiguais continua sendo o analfabetismo – obstáculo que se interpõe entre o indivíduo e o conhecimento é a leitura.

O conhecimento permeia a organização social e orienta o agir do homem sobre o mundo

“O conhecimento, de um ponto de vista antropofágico , surge embutido no próprio agir do homem. Ele é um instrumento próprio desse agir. Instaura-se como prolongamento das forças energéticas instintivas, constituindo-se em novo equipamento, típico da nova espécie”. (Severino, 1994, p.60)

A Constituição Federal de 1988, fruto da Constituinte, estabelece a cidadania como um dos fins da educação:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. (Artigo 205 da Constituição Federal).

O artigo 6º inclui o trabalho como direito social e revela uma ampliação desses direitos, em relação aos textos constitucionais anteriores. Ele contempla demandas verificadas ao longo deste século:

“São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (Artigo 6º da Constituição Federal, 1988)

Também os direitos políticos são ampliados, incluindo categorias que estiveram sempre excluídas e que se constituem em contingentes significativos da população. No entanto, não basta a definição dos direitos para que os mesmos sejam respeitados. É preciso que eles estejam assentados em um arcabouço político que se constitua em um Estado Democrático de Direito, que Paula define como aquele em que a soberania popular prevalece na condução da Nação, com mecanismos de controle popular

do poder, respeito às liberdades públicas e definição de relações que possibilitem o exercício da cidadania por todos. A Constituição Federal de 1988 afirma, no seu artigo 1º, a República Federativa do Brasil como um Estado Democrático de Direito. Nele, a soberania popular concretiza-se como democracia representativa e participativa. (1994:40-1)

Considerando as condições que caracterizam o Estado Democrático de Direito, constantes no parágrafo anterior, pode-se verificar que democracia e cidadania dependem uma da outra. Coutinho define a democracia como forma de superar a alienação na esfera política que obteve mais êxito e acrescenta que, numa visão democrática, a esfera política não é construída e gerida por poucos, mas

“Deve ser algo pelo qual todos sejamos responsáveis, que todos nós experimentemos como um espaço de nossa liberdade e não de nossa alienação ou de nossa opressão”. (1994,14)

Essa possibilidade de participação na esfera política é fruto de um processo de construção histórica que não teria se efetivado sem a participação das classes trabalhadoras. A conquista dos direitos que caracterizam a cidadania e a democracia modernas tiveram início, como salienta COUTINHO, no bojo de demandas sociais como expectativas de direitos, que são atendidas quando passam a constar do direito positivo. O referido autor considera importante assinalar a participação das classes trabalhadoras na conquista dos direitos políticos e sociais. Por isso mesmo ele afirma ser um equívoco teórico e histórico falar em democracia burguesa nos tempos atuais, quando a democracia adquiriu uma feição que a distancia do aspecto restritivo que a caracterizou em seu processo inicial; A partir do momento em que foram gestados, muitos conceitos elaborados pelo liberalismo adquiriram valor universal (1994, 14-9). Ele completa afirmando:

“... a democracia em seu sentido forte, ou seja, como afirmação efetiva da soberania popular, o que implica necessariamente o direito ao voto e à organização (em suma, o direito à participação), tem sido resultado das lutas dos trabalhadores ‘contra os supostos e as práticas do

liberalismo excludente da burguesia'. Não se pode, portanto, atribuir à burguesia algo que foi conquistado contra ela.” (Coutinho, 1994,p.18).

Ainda que o cidadão não seja obrigado a participar, a não ser votando, já que no Brasil o voto é obrigatório, a participação é que torna a democracia efetiva. É com ela que os grupos populares podem contribuir para constituir demandas que expressem uma sociedade mais justa e igualitária. A história mostrou que a burguesia articulou no campo das idéias e das ações para conquistar o poder e uma organização social favorável a seu projeto. A história tem mostrado também que os grupos populares têm participação no poder e conquistas no campo social quando se organizam e lutam pelo que sentem como de direito. Esse é o espaço de construção da cidadania e também é onde a democracia se fortalece.

“... os processos sociais através dos quais as camadas populares agem como sujeitos políticos de reivindicação, os processos mentais que são redefinidos e afirmados nos movimentos reivindicativos, as formas de organização que se fortalecem, o poder popular que aumenta, ou seja, o próprio processo político-pedagógico de construção da identidade popular que se dá no confronto povo-Estado. É aí que a democracia avança e se constrói.” (Arroyo, 1987,78).

Se a afirmação da cidadania se dá em canais mais freqüentemente exteriores à escola, de que forma esta instituição contribui para a formação da cidadania?

Ao alfabetizar, capacitando o indivíduo para ler e compreender o que lê, a escola está dando um passaporte para circulação numa sociedade letrada. Ao entender o mundo físico e social estará melhor preparado para nele agir, com mais independência e liberdade. A leitura dos livros, acompanhada da leitura do mundo, poderá ajudar a entender como se dá a posição do indivíduo nesse mundo, fruto de que é, quais são seus direitos e quais os canais competentes para efetivá-lo. Arroyo assim se manifesta, quanto à relação entre cidadania e educação:

“Há e muita, no sentido de que a luta pela cidadania, pelo legítimo, pelos direitos, é o espaço pedagógico onde se dá o verdadeiro processo de formação e constituição do cidadão. A educação não é uma pré-condição da democracia e da participação, mas é parte, fruto e expressão do processo de sua constituição.” (1987, 79).

Há todo um passado autoritário que construiu relações de passividade e de paternalismo em torno de um Estado forte e distribuidor da igualdade e da justiça. É comum nos livros didáticos e no discurso pedagógico uma ideologia, denunciada por Arroyo (1987), desfavorável à participação dos grupos populares no movimento político, no poder. Se a educação não se constitui, por si só, em canal de participação, ela pode contribuir com instrumentos que possibilitam e dão consistência a essa participação. Não é por acaso que grande parte das pessoas que assumem o poder passaram por boas escolas. As escolas precisam ser capazes de tornar acessível ao aluno o saber sistematizado, porque não basta competência política, já que

“A ideologia, de si, não produz competência inovadora. É parte integrante de todo projeto global de mudança como motivação política necessária. O que inova, entretanto, é o conhecimento. Assim, os alunos na escola precisam saber de fato matemática. Não basta apenas terem consciência política à flor da pele.” (Demo, 1995,153).

Conhecimento e competência política – eis um desafio para a cidadania.

Em tempos de globalização, as mudanças impõem uma agilidade muito grande em muitas direções. As inovações tecnológicas que imprimem rapidez e eficiência nos diversos campos que abrange; as mudanças na organização e nas relações de trabalho; a rapidez da acumulação do conhecimento; a dependência do capital financeiro, volúvel e sem fronteiras; a substituição dos palanques, nas campanhas políticas, pela mídia; o acesso à leitura através do computador; essas são algumas questões que tomam de perplexidade as ciências sociais, tornando a globalização um dos temas mais discutidos na atualidade.

Para Robertson, a globalização é um fenômeno ligado à modernidade, modernização, pós-modernidade e pós-modernização. Embora tenha como início da fase embrionária a Europa do século XV com uma série de desenvolvimentos que foram estruturando o mundo, a decolagem ocorreu a partir de 1870, manifestando, a partir de 1960, tendências para a crise que se esboçou no início da década de 1990, marcando o que se chama de *a fase da incerteza*. (1994, 28-35).

Entre os eventos que teriam contribuído para a estruturação globalizante do mundo, estão a padronização de conceitos, como os de cidadão, de humanidade, de relações internacionais; o de perfil correto de sociedade nacional aceitável; o aumento de agências, instituições, competições, premiações de caráter internacional; o aumento em número e rapidez das formas de comunicação globais; a adoção do horário global, e do Calendário Global por quase todos os países; os conflitos internacionais envolvendo formas de vida; as perspectivas em favor da humanidade tendo como foco a bomba atômica e o Holocausto; a criação das Nações Unidas; o fim da bipolaridade; a consolidação do sistema global da mídia; interesse em torno da humanidade, sociedade civil mundial, cidadania mundial. (Robertson, 1994,35)

Esse processo de globalização produz um inter-relacionamento cultural que pode provocar o aparecimento de culturas transacionais, “terceiras culturas” que ultrapassam as fronteiras nacionais, mas podem também provocar reações de fortalecimento de identidade ao entrelaçar culturas relativamente homogêneas no seu processo de interação e intercâmbio cultural intenso. Em relação à economia mundial, as décadas de 1970 e 1980 assistiram à caracterização do que alguns autores chamam de uma nova fase do capitalismo, com a desestruturação e a globalização das bolsas, do comércio e do trabalho. (Featherstone, 1994:12-3)

Todo esse processo é de tal complexidade que Appadurai se refere à dificuldade de análise do mesmo pela insuficiência dos modelos teóricos até então existentes e de realidades que só agora começam a ser estudadas. (1994:321) Isto traz à lembrança as alusões feitas às dificuldades em teorizar sobre globalização frente a eventos que romperam concepções relativas à ordem mundial: *Entramos numa fase daquilo que nos parece, em 1990, uma grande incerteza global – tanto assim que a própria idéia de incerteza promete tornar-se globalmente institucionalizada*. (Robertson, 1994:24)

Essa incerteza também é sentida ao pensar a cidadania e a educação. O cidadão é convocado a participar em vários níveis da realidade: local, regional, nacional, internacional. As informações são rápidas, em abundância e chegam por vias diversas: jornais, televisão, revistas, livros, computador. As eleições nacionais são decididas cada vez mais por imagens e por discursos veiculados pela mídia. O mundo do trabalho exige maior escolaridade, cada vez mais se fortalecendo a convicção de que *o que importa, de fato, é uma formação geral sólida, a capacidade de manejar conceitos, o desenvolvimento do pensamento abstrato*. (Saviani, 1994:103)

Em nenhum outro tempo a necessidade de atualização foi tão exigida, envolvendo não só conhecimento específico, como cultura geral. Uma das faces dessa necessidade é a de que a produção, embora se dirija a consumidores do mundo todo, é individualizada e isto envolve o conhecimento da cultura e das expectativas do povo para o qual ela é produzida. Iniciativas para seleção de pessoal passam a envolver procedimentos que vão além das tradicionais análises de currículo e entrevistas, como leitura de jornal, testes de criatividade. (VEJA, 04-12-1996:116-7)

Em meio à complexidade e as incertezas trazidas pelo impacto das transformações sentidas pelo cidadão comum especialmente nos últimos anos, fica a certeza de que o acesso ao conhecimento e à informação marcarão ainda mais definitivamente cada país e cada indivíduo. Um relatório do Banco Mundial de março de 1995 aponta para essa constatação:

“Numa economia cada vez mais baseada em conhecimento, a informação está se tornando tão importante quanto à posse da terra ou de capital físico. No futuro, a distinção entre nações velozes e nações lentas, nações conectadas e nações isoladas se somará à diferença entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.” (VEJA, dez. 1995:86)

Enquanto no Brasil ainda é necessário pensar na aquisição da leitura, a informação via computador está preocupando países, indivíduos e escolas. É uma corrida tecnológica que pode excluir países, regiões e grupos de pessoas. *De todas as desigualdades existentes, nenhuma cresce tanto quanto a do acesso à informação. Alguns segmentos da sociedade podem ficar excluídos de vez*, avisa SHAHID AKHTAR, diretor

do Centro Canadense de Pesquisa para o Desenvolvimento Internacional. (VEJA, dez. 1995:86)

A informação por meio de computadores põe em questão também o acesso ao texto escrito, a alfabetização e a leitura. Redes como a Internet colocam a disposição do usuário textos das mais diversas fontes e tendências, que não se subordinam aos códigos de ética que regem a imprensa oral e escrita, demandando cada vez mais um conhecimento que dê ao indivíduo suporte à análise. As campanhas eleitorais exigem uma leitura do discurso proferido, do percurso de quem o expressa e da realidade à qual se dirige. Temas cada vez mais internacionalizados demandam informação e posicionamento. A realidade do processo produtivo reclama formação geral, entendimento da problemática, exposição clara de procedimentos, trabalho coletivo e a busca de caminhos para questões que envolvem a alta competitividade, as ameaças às conquistas das classes trabalhadoras, o desempenho dos sindicatos e o fantasma do desemprego.

Essa são algumas questões que despontam, suficientes para indicar a necessidade de elaboração de um projeto de educação para o país que almeje a solução dos problemas de acesso e permanência da criança na escola. O acesso depende de vagas para todos, questão ainda não resolvida, mas amenizada. A permanência envolve a solução do problema do trabalho da criança e do adolescente e o da qualidade de ensino. Qualidade que exige investimento em recursos físicos e tecnológicos, mas principalmente em salários e preparação do corpo docente. Essa preparação, por demandar anos de processo formativo, só pode ser feita nos cursos de habilitação. Capacitação do docente que trabalha tem a função de atualizar, já que o conhecimento novo é produzido numa velocidade cada vez maior e adquiri-lo é condição para a leitura da realidade e para o aperfeiçoamento metodológico.

Por outro lado, há que se pensar na escola funcionando com todas as mazelas que se permitiram acumular, inclusive aquelas que se referem a deficiências na formação dos quadros docentes. A qualidade dependerá de investimentos públicos, neste caso também para as questões de caráter formativo, estando cada escola envolvida em um projeto que levante os problemas e as soluções, priorizando-as como objetivos coletivos.

“O processo educativo, realizado a partir de um projeto educacional, pressupõe que as atividades sejam todas desenvolvidas em função de uma mesma intencionalidade.”(Severino, 1994:63)

A leitura sempre foi atividade central nos currículos escolares e na sociedade moderna. As características da sociedade atual valorizam ainda mais essa atividade, assim como a formação de leitores. Na *era das incertezas* de que fala Robertson (1994:24), uma certeza é possível – é preciso aprender sempre. Aprender na escola, porque:

“A Educação formal acaba se transformando no processo complexo que ao mesmo tempo habita profissionalmente, inicia politicamente e instrumentaliza culturalmente.” (Severino, 1994:64)

Mas aprender fora da escola, aprender sempre, porque é preciso adquirir o conhecimento que é produzido, estar atento ao que acontece. Informar-se, refletir, posicionar-se, agir. Por isso, o cidadão que se anuncia nesse começo de século deverá ser um leitor.

Para formar leitores é necessário que a escola ponha a criança em contato com os livros de forma prazerosa e abra espaço para que ela fale do que leu. É preciso também que os professores sejam leitores, que conheçam a natureza da literatura, as obras, os autores, que saibam selecionar textos e tenham se apropriado do conhecimento para estabelecer com os alunos as relações possíveis. Na literatura, o universo e os homens se mostram. É preciso saber ver esse universo e esses homens, que constroem a história em seu modesto viver cotidiano. E procurar outras fontes: outros textos, literários ou não, um filme, um documentário, uma exposição, uma entrevista... Lendo textos e desenvolvendo as tantas outras atividades que compõem o fazer escolar, pode ir sendo construída a qualidade da escola e ganhando consistência a formação do leitor, que, por sua vez, dá qualidade à formação do cidadão. Numa citação extensa, mas necessária, Demo aponta para algumas questões que determinam a qualidade da educação:

“Para que tenha condições de plantar e sempre renovar a competência, são imprescindíveis condições concretas favoráveis e articuladas,

principalmente o bom funcionamento do sistema e a qualidade dos professores. Em termos de qualidade, o agente central é o professor, capaz de passar do mero ensino para autêntica formação, propedeuticamente fundamentada, construtiva de conhecimentos, dotada de qualidade formal e política. Para tanto, o professor precisa ser capaz de elaboração própria, pesquisar com autonomia, teorizar as práticas, atualizar-se permanentemente, produzir e usar instrumentação eletrônica. No processo educativo é mister ocorrer a emergência do sujeito histórico, capaz de ler a realidade criticamente e de nela intervir de modo alternativo instrumentado pelo conhecimento. Trata-se de aprender, saber pensar, para melhor intervir.” (Demo, 1995:147)

Aprender a ler a realidade instrumentado pelo conhecimento, aprender a aprender e a pensar. Eis alguns desafios propostos especialmente para os professores na formação do cidadão e que colocam a leitura no centro da questão como elemento presente na formação desses profissionais e no seu fazer pedagógico. Pela escrita são veiculados majoritariamente os conhecimentos dos diversos componentes curriculares, as notícias do cotidiano, da produção artística e científica que, se trabalhados com uma metodologia que privilegia a discussão, a reflexão, o estabelecimento de relações, podem fundamentar a leitura do mundo. Podem também fortalecer a formação da cidadania, conforme a compreendemos hoje, preparando ainda para vir a ser gestado nesse processo de transformação que nem sabemos direito como será, de tão grande que se anuncia.

4 - OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E A LEITURA

Há muito tempo se discute a educação no Brasil, quer seja nas classes iniciais, quer seja nas classes finais. A partir da metade do século XX essa discussão foi intensificada, talvez, associada ao processo de universalização da educação que se impôs como necessidade política para as nações do Terceiro Mundo.

A nova realidade social conseqüente de enormes transformações, principalmente nos meios de comunicação eletrônicos, colocou novas demandas e necessidades tornando anacrônicos os métodos e conteúdos antigos. Essa nova realidade impôs também uma revisão profunda dos currículos que orientam o trabalho cotidiano realizado pelos educadores em todo o país. Para nortear e aprofundar o debate educacional foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais que visam, antes de mais nada, construir referências nacionais comuns ao processo educativo, além de criar condições, nas escolas, aos jovens de ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania.

A proposta de organização do conhecimento, nos PCNs, expressa a necessidade de se trabalhar com as diferentes áreas de ensino de forma que contemplem uma formação plena dos alunos, no que diz respeito aos conhecimentos clássicos e à realidade social e política.

As áreas de conhecimento constituem importantes marcos estruturados de leitura e interpretação da realidade, essenciais para garantir a possibilidade de participação do cidadão na sociedade de forma autônoma. Nessas áreas buscou-se, sobretudo, evidenciar a dimensão social que a aprendizagem cumpre no percurso de construção da cidadania, elegendo, dessa forma, conteúdos que tenham relevância social e que sejam potencialmente significativos para o desenvolvimento de capacidades.

O ensino da Língua Portuguesa, desde 1970, tem sido centro de discussão acerca da necessidade de melhorar a qualidade de ensino no país. O eixo dessa discussão, no ensino fundamental, centra-se no domínio da leitura e da escrita, apontado como responsável pelo fracasso escolar.

Na década de 70, as propostas de reformulação do ensino da língua materna indicavam mudanças na forma de ensinar. Acreditava-se que valorizar a criatividade

bastaria e pouco se consideravam os conteúdos de ensino, mas isso logo foi repensado e o ensino da língua, orientado pela perspectiva gramatical ainda parecia adequado, uma vez que os alunos, oriundos de diferentes classes sociais, falavam uma variedade lingüística bastante próxima da chamada variedade padrão e traziam representações de mundo e de língua semelhantes às que ofereciam livros e textos didáticos.

A nova crítica, no entanto, só se estabeleceria mais consistentemente no início dos anos 80, as quais possibilitaram avanços nas áreas de educação e psicologia da aprendizagem, principalmente no que se refere à aquisição da escrita.

Esse novo quadro permitiu uma certa coesão de reflexões sobre a finalidade e os conteúdos de língua materna.

Entre as críticas mais freqüentes que se faziam ao ensino tradicional destacavam-se:

- a desconsideração da realidade e dos interesses dos alunos;
- a excessiva escolarização das atividades de leitura e de produção de texto;
- o uso do texto como expediente para ensinar valores morais e como pretexto para o tratamento de aspectos gramaticais;
- a excessiva valorização da gramática normativa e a insistência nas regras de exceção, com o conseqüente preconceito contra as formas de oralidade e as variedades não-padrão;
- o ensino descontextualizado da metalinguagem, normalmente associado a exercícios mecânicos de identificação de fragmentos lingüísticos em frases soltas;
- a apresentação de uma teoria gramatical inconsistente – uma espécie de gramática tradicional mitigada e facilitada.

Pode-se dizer que, apesar de ainda imperar um certo preconceito em relação às formas não canônicas de expressão lingüística, as novas propostas de mudanças no ensino de Língua Portuguesa consolidaram-se em práticas que fazem do uso da linguagem tanto o ponto de partida como o ponto de chegada. Hoje é praticamente consensual que as práticas devem partir do uso possível aos alunos para permitir a conquista de novas habilidades lingüísticas, particularmente daquelas associadas aos padrões da escrita, sempre considerando que:

- a razão de ser das propostas de leitura e escrita é a compreensão ativa e não a decodificação e o silêncio;
- a razão de ser das propostas de uso da fala e da escrita é a interlocução efetiva, e não a produção de textos para serem objetos de correção;
- as situações didáticas têm como objetivo levar os alunos a pensar sobre a linguagem para poder compreendê-la e utilizá-la apropriadamente às situações e aos propósitos definidos.

Os PCNs para a área de Língua Portuguesa focalizam a necessidade de dar ao aluno condições de ampliar o domínio da língua e da linguagem, aprendizagem fundamental para o exercício da cidadania.

Em outras palavras, propõem que a escola organize o ensino de modo que o aluno possa desenvolver seus conhecimentos discursivos e lingüísticos, sabendo:

- ler e escrever conforme seus propósitos sociais;
- expressar-se apropriadamente em situações de interação oral diferentes daquelas próprias de seu universo imediato;
- refletir sobre os fenômenos da linguagem, particularmente os que tocam a questão da variedade lingüística, combatendo a estigmatização, discriminação e preconceitos relativos ao uso da língua.

Uma vez que as práticas de linguagem são uma totalidade e que o sujeito expande sua capacidade de uso da linguagem e de reflexão sobre ela em situações significativas de interlocução, as propostas didáticas de ensino de Língua Portuguesa devem organizar-se tomando o texto (oral e escrito) como unidade básica de trabalho, considerando a diversidade de textos que circulam socialmente. Propõe-se que as atividades planejadas sejam organizadas de maneira a tornar possível a análise crítica dos discursos para que o aluno possa identificar pontos de vista, valores e eventuais preconceitos neles veiculados.

Assim organizado, o ensino de Língua Portuguesa pode constituir-se em fonte efetiva de autonomia para o sujeito, condição para a participação social responsável.

Os PCNs de Língua Portuguesa configuram-se como síntese do que foi possível aprender e avançar nestas últimas décadas em que a democratização das oportunidades educacionais começa a ser levada em consideração em sua dimensão política.

Como as propostas didáticas de Língua Portuguesa devem organizar-se em torno do texto, urge que ele seja visto como unidade e também se leve em conta a diversidade de textos que circulam na sociedade.

4.1- O texto como unidade e a diversidade de gêneros

Toda educação comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para que o aluno possa desenvolver sua competência discursiva. Por “competência discursiva” entende-se que é o sistema de contratos semânticos responsável por uma espécie de “filtragem” que opera os conteúdos que caracterizam o dizível: o universo intertextual e os dispositivos estilísticos acessíveis à enunciação dos diversos discursos).

Um dos aspectos da competência discursiva é o sujeito ser capaz de utilizar a língua de modo variado, para produzir diferentes efeitos de sentido e adequar o texto a diferentes situações de interlocução oral e escrita. É o que se chama de competência lingüística e competência estilística. Por “competência lingüística” entende-se os saberes que o falante/intérprete possui sobre a língua de sua comunidade e utiliza para construção de expressões que compõem os seus textos orais e escritos, formais ou informais. Por “competência estilística” entende-se a capacidade de o sujeito escolher, dentre os recursos expressivos da língua, os que mais convêm às condições de produção, à destinação, finalidades e objetivos do texto e ao gênero e suporte.

A importância e o valor dos usos da linguagem são determinados historicamente segundo as demandas sociais de cada momento.

Atualmente, exigem-se níveis de leitura e de escrita diferentes dos exigidos até bem pouco tempo, e tudo indica que essa exigência tende a ser crescente. A necessidade de atender a essa demanda obriga à revisão dos métodos de ensino e à constituição de práticas que possibilitem ao aluno ampliar sua competência discursiva na interlocução. Nessa perspectiva, a unidade básica do ensino só pode ser o texto.

Os textos organizam-se sempre dentro de certas restrições de natureza temática, composicional e estilística, que os caracterizam como pertencentes a este ou aquele gênero. Desse modo, a noção de gênero precisa ser tomada como objeto de ensino.

4.2- A seleção de textos

Os gêneros existem em número quase ilimitado e, por isso, é preciso priorizar os que merecem abordagem mais aprofundada.

Sem negar a importância dos textos que respondem a exigências mais específicas, é necessário que o ensino de Língua Portuguesa dê preferência aos textos que caracterizam os usos públicos da linguagem. Observação: Por usos públicos da linguagem entendem-se aqueles que implicam interlocutores desconhecidos, os quais interagem normalmente à distância (no tempo e no espaço) e privilegiam a modalidade escrita da linguagem. Os textos a serem selecionados são aqueles que podem favorecer a reflexão crítica e a plena participação do indivíduo numa sociedade mais letrada.

4.2.1 – Textos orais

Ao ingressarem na escola, os alunos já dispõem de competência para comunicar-se em interações que envolvem relações sociais de seu dia-a-dia. Acreditando que a aprendizagem da língua oral não é tarefa da escola, as situações de ensino vêm utilizando a modalidade oral somente para permitir o tratamento dos diversos conteúdos.

Uma rica interação dialogal na sala de aula, dos alunos entre si e entre professor e alunos, é uma excelente estratégia de construção do conhecimento, pois permite a troca de informações, o confronto de opiniões, a negociação dos sentidos, a avaliação dos processos pedagógicos em que estão envolvidos. Mas isso deve ser apenas um começo. Outrossim, cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral no planejamento e realização de apresentações públicas: entrevistas, debates, seminários, apresentações teatrais etc.

4.2.2- Textos escritos

Analisando os textos escritos considerados adequados para os leitores iniciantes, verifica-se que, na maioria das vezes, são curtos e sempre são fragmentos de um texto maior.

A visão do que seja um texto adequado ao leitor iniciante é ainda limitada e, muitas vezes, ao invés de promover o encontro dos alunos com textos de qualidade, tenta-se aproximar os textos dos alunos, o que não deixa de ser um equívoco.

Para La Taille,

“é preciso, com crianças menores, prepará-las para tal capacidade, prepará-las para a compreensão de um discurso teórico, e não supor que elas já possuam, de partida, este nível de assimilação.” (La Taille, 1990, p.18)

La Taille demonstra a preocupação que todos, pais, professores e demais pessoas interessadas devem observar a respeito da leitura para iniciantes. Concordando com Zilberman, a leitura, quando praticada intensamente, tem repercussão na fala e na escrita do aluno, atuando na organização do raciocínio e da expressão. Da consistência prática da leitura resultam consequências para o aluno, tanto em relação ao domínio cognitivo quanto para suas emoções e preferências, “já que o livro, quando de ficção ou poesia, entra em sintonia com sentidos múltiplos na intimidade de cada indivíduo. (1993,p.7).

Para boa parte das crianças e dos jovens brasileiros, a escola é o único espaço que pode proporcionar acesso a textos escritos os quais se converterão, inevitavelmente, em modelos para a produção escrita.

A seleção de textos deve privilegiar textos de gêneros que aparecem com maior frequência na realidade social e no universo escolar, tais como notícias, editoriais, artigos científicos, verbetes enciclopédicos, contos, romances, entre outros. Os textos selecionados devem, sempre que possível, conduzir o aluno à leitura da obra completa.

É mister que, devido à heterogeneidade de textos, se dê tratamento didático diferenciado a cada tipo deles e que isso seja ensinado aos alunos.

No caso da leitura de textos literários é bom lembrar-se de que ele constitui uma forma peculiar de representação e estilo em que predominam a força criativa da imaginação e a intenção estética. Ele não é mera fantasia que nada tem a ver com a realidade, nem é puro exercício lúdico sobre as formas e sentidos da linguagem. O texto literário não está limitado a critérios de observação fatural, nem às categorias e relações que constituem os padrões dos modos de ver a realidade. Ele os ultrapassa e transgride para criar outra mediação de sentidos entre o sujeito e o mundo, entre a imagem e o objeto, mediação que autoriza a ficção e a reinterpretação do mundo atual e dos mundos possíveis.

Pensar sobre a literatura a partir dessa relativa autonomia ante outros modos de apreensão e interpretação do real corresponde a dizer que se está diante de um inusitado tipo de diálogo em que as invenções da linguagem, a instauração de pontos de vista particulares e a expressão da subjetividade podem estar misturadas a citações do cotidiano, a procedimentos racionalizantes. Nesse sentido, enraizando-se na imaginação e construindo novas hipóteses e metáforas explicativas, o texto literário é outra forma/fonte de produção/apreensão de conhecimento.

Todavia, como a grande diversidade de gêneros impede que a escola trate todos eles como objeto de ensino e, por isso é feita uma seleção; deve-se ainda, priorizar aqueles cujo o domínio é fundamental à efetiva participação social, em gêneros literários, de imprensa, publicitários, de divulgação científica, comumente presentes no universo escolar.

Ainda que se considere que, no espaço escolar, muitas vezes as atividades de produção de textos – orais ou escritos – destinam-se a possibilitar que os alunos desenvolvam melhor competência para a recepção, o desnível entre as indicações de gêneros para a prática de escuta e leitura e para a de produção procura levar em conta os usos sociais mais frequentes dos textos, pode-se dizer que as pessoas lêem muito mais do que escrevem e escutam muito mais do que falam.

A seguir será apresentada a tabela que organiza os gêneros privilegiados para a prática de escuta e leitura de textos:

GÊNEROS PRIVILEGIADOS PARA A PRÁTICA DE ESCUTA E LEITURA DE TEXTOS			
LINGUAGEM ORAL		LINGUAGEM ESCRITA	
LITERÁRIOS	<ul style="list-style-type: none"> • cordel, causos e similares • texto dramático • canção 	LITERÁRIOS	<ul style="list-style-type: none"> • conto • novela • romance • crônica • poema • texto dramático
			<ul style="list-style-type: none"> • notícia • editorial • artigo

DA IMPRENSA	<ul style="list-style-type: none"> • comentário radiofônico • entrevista • debate • depoimento 	DE IMPRENSA	<ul style="list-style-type: none"> • reportagem • carta do leitor • entrevista • charge e tira
DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA	<ul style="list-style-type: none"> • exposição • seminário • debate • palestra 	DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA	<ul style="list-style-type: none"> • verbete enciclopédico (nota / artigo) • relatório de experiências • didático (textos, enunciados de questões) • artigo
PUBLICIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • propaganda 	PUBLICIDADE	<ul style="list-style-type: none"> • propaganda

Vejam-se alguns procedimentos de leitura em função dos diferentes objetivos e interesses do sujeito:

- leitura integral: fazer a leitura sequenciada e extensiva de um texto;
- leitura inspecionada: utilizar expedientes de escolha de textos para leitura posterior;
- leitura tópica: identificar informações pontuais no texto, localizar verbetes em um dicionário ou enciclopédia;
- leitura de revisão: identificar e corrigir, num texto dado, determinadas inadequações em relação a um padrão estabelecido;
- leitura item a item: realizar uma tarefa seguindo comandos que pressupõem uma ordenação necessária.

Veja-se o emprego de algumas estratégias não-lineares durante o processamento de leitura:

- formular hipóteses a respeito do conteúdo do texto, antes ou durante a leitura;
- validar ou reformular as hipóteses levantadas a partir das novas informações obtidas durante o processo da leitura;

- avançar ou retroceder durante a leitura em busca de informações esclarecedoras;
- construir sínteses parciais de partes do texto para poder prosseguir na leitura;
- inferir o sentido de palavras a partir do contexto;
- consultar outras fontes em busca de informações complementares (dicionários, enciclopédias, outro leitor).

Outros aspectos a serem observados na leitura de textos escritos:

- articulação entre conhecimentos prévios e informações textuais, inclusive as que dependem de pressuposições e inferências autorizadas pelo texto, para dar conta de ambigüidades, ironias e expressões figuradas, opiniões e valores implícitos, bem como das intenções do autor;
- estabelecimento de relações entre os diversos segmentos do próprio texto, entre o texto e outros textos;
- articulação dos enunciados estabelecendo a progressão temática;
- estabelecimento da progressão temática em função das marcas de segmentação textual, tais como: mudança de capítulo ou de parágrafo, títulos e subtítulos, para textos em prosa; colocação em estrofes e versos, para textos em versos;
- estabelecimento das relações necessárias entre o texto e outros textos e recursos de natureza suplementar que o acompanham (gráficos, tabelas, desenhos, fotos, *boxes*) no processo de compreensão e interpretação do texto;
- levantamento e análise de indicadores lingüísticos e extralingüísticos presentes no texto para identificar as várias vozes do discurso e o ponto de vista que determina o tratamento dado ao conteúdo, com a finalidade de:
 - * confrontá-lo com o de outro texto;
 - * confrontá-lo com outras opiniões;
 - * posicionar-se criticamente diante dele.

4.2.2.1 Sobre a leitura de textos escritos

A leitura é o processo no qual o leitor realiza um trabalho ativo de compreensão e interpretação do texto, a partir de seus objetivos, de seu conhecimento sobre o assunto, sobre o autor, de tudo o que sabe sobre a linguagem etc. . Não se trata de extrair informação, decodificando letra por letra, palavra por palavra. Trata-se de uma

atividade que implica estratégias de seleção, antecipação, inferência e verificação, sem as quais não é possível proficiência.

Um leitor competente sabe selecionar, dentre os textos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a suas necessidades, conseguindo estabelecer as estratégias adequadas para abordar tais textos. O leitor competente é capaz de ler as entrelinhas, identificando os elementos implícitos, estabelecendo relações intertextuais.

O terceiro e o quarto ciclos têm papel decisivo na formação de leitores, pois é no interior destes que muitos alunos ou desistem de ler por não conseguirem responder às demandas de leitura colocadas pela escola, ou passam a utilizar os procedimentos construídos nos ciclos anteriores para lidar com os desafios postos pela leitura, com autonomia cada vez maior. Assumir a tarefa de formar leitores impõe à escola responsabilidade de organizar-se em torno de um projeto educativo comprometido com a intermediação da passagem do leitor de textos facilitados para o leitor de textos de complexidade real; do leitor de adaptações ou de fragmentos para o leitor de textos originais e integrais. Essa atividade só poderá ocorrer com a intervenção do professor, que deverá colocar-se na situação de principal parceiro, favorecendo a circulação de informações.

Nessa condição, o professor deve preocupar-se com a diversidade das práticas de recepção dos textos: não se lê uma notícia da mesma forma que se estuda.

Para considerar a diversidade dos gêneros, as atividades organizadas para a prática de leitura devem se diferenciar, sob pena de trabalharem contra a formação de leitores. Produzir esquemas e resumos pode ajudar a apreensão dos tópicos mais importantes quando se trata de textos de divulgação científica; no entanto, aplicar tal procedimento a um texto literário é desastroso, pois apagaria o essencial – o tratamento estilístico que o tema recebeu do autor.

Para ampliar os modos de ler, o trabalho com a literatura deve permitir que progressivamente ocorra a passagem gradual da leitura esporádica para a leitura mais extensiva; da leitura circunscrita à experiência possível ao aluno naquele momento, para a leitura mais histórica; da leitura mais ingênua que trate o texto como mera transposição do mundo natural para a leitura mais cultural e estética, que reconheça o caráter ficcional e a natureza cultural da literatura.

Formar leitores é algo que requer condições favoráveis, não só em relação aos recursos materiais disponíveis, mas, principalmente, em relação ao uso que se faz deles nas práticas de leitura. A seguir encontram-se apresentadas algumas dessas condições.

- A escola deve dispor de uma biblioteca em que sejam colocados à disposição dos alunos, inclusive para empréstimo, textos de gêneros variados, materiais de consulta nas diversas áreas do conhecimento, almanaques, revistas, entre outros.
- É desejável que as salas de aula disponham de um acervo de livros e de outros materiais de leitura. Mais do que a quantidade, nesse caso, o importante é a variedade que permitirá a diversificação de situações de leitura por parte dos alunos.
- O professor deve organizar momentos de leitura livre, em que também ele próprio leia, criando um circuito de leitura em que se fala o que se leu, trocam-se sugestões, aprende-se com a experiência do outro.
- O professor deve organizar atividades regulares de leitura, assegurando que tenham a mesma importância dada às demais. Ler por si só já é um trabalho, não é preciso que a cada texto lido se siga um conjunto de tarefas a serem realizadas.
- O professor deve permitir que também os alunos escolham suas leituras. Fora da escola, os leitores escolhem o que lêem. É preciso trabalhar o componente livre da leitura, caso contrário, ao sair da escola, os livros ficarão para trás.
- A escola deve organizar-se em torno de uma política de formação de leitores, envolvendo toda a comunidade escolar. Mais do que a mobilização para a aquisição e preservação do acervo, é fundamental um projeto coerente de todo o trabalho escolar em torno da leitura. Todo professor, não só o de Língua Portuguesa, é também professor de leitura.

Levando em conta o grau de independência do aluno para a tarefa, o professor pode selecionar situações didáticas adequadas que permitam ao aluno, ora exercitar-se na leitura de texto para as quais já tenha construído uma competência, ora empenhar-se no desenvolvimento de novas estratégias para poder ler textos menos familiares, o que demandará maior interferência do professor. Tais atividades podem ocorrer com maior ou menor frequência, em função dos objetivos de ensino-aprendizagem.

A seguir são apresentadas algumas sugestões didáticas orientadas especificamente para a formação de leitores.

- Leitura autônoma

A leitura autônoma envolve a oportunidade de o aluno poder ler, de preferência silenciosamente, textos para os quais já tenha desenvolvido uma certa proficiência. Vivenciando situações de leitura com crescente independência da mediação do professor, o aluno aumenta a confiança que tem em si como leitor, encorajando-se para aceitar desafios mais complexos.

- Leitura colaborativa

A leitura colaborativa é uma atividade em que o professor lê um texto com a classe e, durante a leitura, questiona os alunos sobre os índices lingüísticos que dão sustentação ao sentidos atribuídos. É uma excelente estratégia didática para o trabalho de formação de leitores, principalmente para o tratamento de textos que se distanciem muito do nível de autonomia dos alunos. É particularmente importante que os alunos envolvidos na atividade possam explicitar os procedimentos que utilizam para atribuir sentido ao texto: como e por quais pistas lingüísticas lhes foi possível realizar tais ou quais inferências, antecipar determinados acontecimentos, validar antecipações feitas etc.. A possibilidade de interrogar o texto, a diferenciação entre realidade e ficção, a identificação de elementos que veiculem preconceitos e de recursos persuasivos, a interpretação de sentido figurado, a inferência sobre a intenção do autor, são alguns dos aspectos dos conteúdos relacionados à compreensão de textos, para os quais a a leitura colaborativa tem muito a contribuir. A compreensão crítica depende em grande medida desses procedimentos.

- Leitura em voz alta pelo professor

Além das atividades de leitura realizadas pelos alunos e coordenadas pelo professor, há as que podem ser realizadas basicamente pelo professor. É o caso da leitura compartilhada de livros em capítulos que possibilita ao aluno o acesso a textos longos (e às vezes difíceis) que, por sua qualidade e beleza, podem vir a encantá-lo, mas que, talvez, sozinho não o fizesse.

A leitura feita em voz alta pelo professor não é prática comum na escola. E, quanto mais avançam as séries, mais incomum se torna, o que não deveria acontecer, pois, muitas vezes, são os alunos maiores que mais precisam de modelos de bons leitores.

- Leitura programada

A leitura programada é uma situação didática adequada para discutir coletivamente um título considerado difícil para a condição atual dos alunos, pois permite reduzir parte da complexidade da tarefa, compartilhando a responsabilidade. O professor segmenta a obra em partes, em função de algum critério, propondo a leitura sequenciada de cada uma delas. Os alunos realizam a leitura do trecho combinada, para discuti-lo posteriormente em classe com a mediação do professor. Durante a discussão, além da compreensão e análise do trecho lido, que poderá facilitar a leitura dos trechos seguintes, os alunos podem ser estimulados a antecipar eventuais rumos que a narrativa possa tomar, criando expectativas para a leitura dos segmentos seguintes. Também durante a discussão, o professor pode introduzir informações a respeito da obra, do contexto em que foi produzida, da articulação que estabelece com outras, dados que possam contribuir para a realização de uma leitura que não se detenha apenas no plano do enunciado, mas que articule elementos do plano expressivo e estético.

- Leitura de escolha pessoal

São situações didáticas, propostas com regularidade, adequadas para desenvolver o comportamento do leitor, ou seja, atitudes e procedimentos que os leitores assíduos desenvolvem a partir da prática de leitura: formação de critérios para selecionar o material a ser lido, rastreamento da obra de escritores preferidos etc.. Neste caso, o objetivo explícito é a leitura em si, é a criação de oportunidades para a constituição de padrões de gosto pessoal. Nessas atividades de leitura, pode-se, temporariamente, eleger um gênero específico, um determinado autor ou um tema de interesse. A partir daí, os alunos escolhem o que desejam ler, tomam emprestado o livro para ler em casa e, no dia combinado, parte deles relata suas impressões, comenta O que gostou ou não, o que pensou, sugere outros títulos do mesmo autor, tema ou tipo. Dependendo do gênero selecionado, alguns alunos podem preparar, com antecedência, a leitura em voz alta dos textos escolhidos.

Obviamente que aqui foram apresentadas algumas sugestões que podem orientar os professores na formação de leitores, mas, todos nós sabemos que há uma infinidade de métodos que podem ser utilizados para se conseguir o mesmo fim. Basta que se tenha boa vontade e criatividade para, respondendo aos apelos de cada turma, ir procurando o melhor caminhos de se atingir o objetivo a que se propõe, ou seja, formar o aluno leitor.

4.3 Relato de uma experiência

Como foi dito anteriormente, a escola deve organizar-se em torno de uma política de leitores envolvendo toda a comunidade escolar.

Foi dito também que o professor deve permitir que os alunos escolham suas leituras, pois caso contrário, eles, ao saírem da escola, poderão deixar os livros para trás.

Refletindo sobre essas considerações, decidiu-se, há algum tempo, elaborar um projeto que pudesse possibilitar aos alunos condições de terem uma espécie de biblioteca comum, cujas obras estivessem sempre à disposição e cuja leitura não tivesse outra finalidade que não fosse o prazer/lazer, ou seja, não fosse cobrada com nenhum tipo de avaliação.

Deu-se a esse projeto o nome de UNEL = Unidade de Estímulo à Leitura, o qual possui regimento próprio que será transcrito a seguir.

UNEL - UNIDADE DE ESTÍMULO À LEITURA

Regimento para funcionamento:

Art. 1 – São objetivos da UNEL:

- Estimular a leitura de obras de interesse para a educação do jovem;
- Estimular o espírito crítico a respeito de opiniões, comentários, conceitos e orientações propostas pelos autores;
- Estimular a troca de informações sobre obra e autores, bem como a influência recebida;
- Possibilitar maior circulação dos livros, diminuindo custos com a leitura;
- Despertar no aluno o gosto e o hábito pela leitura.

Art.2 Para se registrar na UNEL, o aluno deverá ceder, no mínimo, um livro para uso dos demais participantes e cumprir as formalidades descritas no artigo 4.

§1 – O livro cedido continuará de propriedade do cedente e poderá ser retirado de acordo com o artigo 11.

§2 – Poderá ser cedido mais de um livro, respeitado o disposto no artigo 4.

§3 – O livro cedido poderá ser substituído por outro, respeitado o §3 do artigo 5.

Art.3 – Qualquer aluno do Colégio dos Santos Anjos, cursando a 8ª série do Ensino Fundamental e qualquer série do Ensino Médio poderá se registrar na UNEL.

Parágrafo único – Os professores do Colégio também poderão se inscrever na UNEL.

Art.4 – Haverá um livro para registro dos participantes, cadastramento das obras e controle de circulação dos livros.

Parágrafo único – O registro será feito na Biblioteca do Colégio, no horário normal de seu funcionamento.

Art.5 – Em página própria será feito o registro dos participantes e da obra cedida, onde constará:

- nome do participante;
- obra cedida: nome, autor, edição;
- número de inscrição.

§1 – Para cada cedida será feita nova inscrição.

§2 – Haverá uma introdução aos registros:

“Declaro haver recebido cópia do regimento da UNEL e me comprometo a cumpri-lo fielmente.”

§3 – Os livros só entrarão em circulação após a aprovação do(s) responsável(eis) pela UNEL.

Art.6 – Em página própria será feito o controle de circulação dos livros onde constará:

- a) número de inscrição;
- b) nome da obra;
- c) nome do leitor.

Art.7 – A UNEL terá responsável (eis) indicados(s) pela Direção do Colégio dos Santos Anjos.

Art.8 – O participante interessado em retirar um livro deverá se dirigir à Biblioteca, onde será atendido pela bibliotecária responsável.

Art.9 – Cada aluno poderá permanecer com o livro até 20 dias.

§1 – O aluno poderá renovar o registro por mais uma vez, por mais vinte dias.

§2 – Cada leitor só poderá retirar um livro por vez.

§3 – Um novo livro poderá ser retirado, imediatamente após a devolução do anterior.

Art.10 – O livro que for danificado deverá ser substituído por outro novo, pelo leitor que o tenha sob sua responsabilidade.

Art.11 – A qualquer momento, o inscrito poderá fazer o cancelamento da sua inscrição.

§1 – Cancelada a inscrição, a UNEL terá até trinta dias para restituir os livros do cedente.

§2 – O desligamento não elimina os compromissos não saldados pelo inscrito.

Art.12 – O cancelamento poderá ser feito pela UNEL quando o inscrito:

- a) não fizer a leitura de pelo menos um livro a cada dois meses;
- b) não cumprir com os dispositivos deste regimento.

Art.13 – Os livros que forem cedidos e forem transformados em doação à UNEL, passarão a pertencer à Biblioteca do Colégio dos Santos Anjos.

Art.14 – Os casos omissos serão resolvidos pelo(s) responsável (eis) pela UNEL, conforme artigo 7.

No ano de 2000, a UNEL funcionou com alunos de 8ª série e de Ensino Médio inscritos e cerca de 138 obras estiveram à sua disposição. Durante o ano, 112 livros foram emprestados, o que foi considerado um bom movimento e incentivou ainda mais o prosseguimento do projeto.

A seguir, serão transcritos alguns depoimentos de alunos a respeito do funcionamento da UNEL, em 2000.

“Eu achei a idéia da UNEL muito boa. Eu gosto muito de ler e nem sempre tenho dinheiro para comprar os livros que quero, pois, geralmente eles são caros. Com a UNEL, é só ir à biblioteca, escolher o livro que me agrada, ler e depois devolvê-lo dentro do prazo marcado. Pronto!”

(P. P. – 1º ano – E. Médio)

“ UNEL foi um bom estímulo para quem gosta de ler. Foi também mais uma oportunidade para nós conhecermos novos livros, de uma forma bem barata. Os livros que estão lá são dos mais variados assuntos: auto-ajuda, romances, contos, teatro, poesias, contos. Enfim, livros para todos os gostos.

Eu gostaria que esse projeto continuasse no ano que vem e que fosse mais divulgado para que mais alunos se inscrevessem. “

(C. S. C. – 2º ano - E.Médio)

“Eu gosto de ler, ou melhor, eu leio para poder escrever algo que possa comover alguém. Por isso a UNEL foi muito boa para nós. É uma biblioteca muito organizada e você não precisa “pagar” para ler um livro. Basta se inscrever para ter esse direito.”

(M. S. B. – 8ª série)

Pelo que se pôde concluir, A Unel, em 2000, teve um repercussão positiva entre os alunos, os quais se manifestaram favoráveis ao seu funcionamento e, alguns deles chegaram até a pedir que o projeto seja mais divulgado para que outros alunos possam se interessar e, conseqüentemente se inscrever.

Outra repercussão positiva foi que ela serviu de estímulo aos professores para que criassem um outro projeto direcionado somente para eles.

Por isso, no ano de 2000, motivados pelo sucesso obtido com a UNEL, decidiu-se também que um projeto similar fosse elaborado com exclusividade para os professores, a fim de regulamentar o habitual sistema de empréstimo que acontece em todas as escolas. Outro propósito desse projeto seria o incentivo que se esperava que os professores dessem aos alunos, estimulando-os a ler.

No INTERPROSA, além de livros, os professores podem também promover o intercâmbio de vídeos, textos e mensagens, o que, sem dúvida, enriquece qualquer profissional.

Ao projeto envolvendo os professores deu-se o nome de INTERPROSA = Intercâmbio dos Professores dos Santos Anjos.

Uma observação importante: O projeto foi desenvolvido no Colégio dos Santos Anjos, tradicional escola confessional da cidade de Varginha, sul de Minas Gerais.

O INTERPROSA também possui regimento próprio, o qual será transcrito a seguir.

INTERPROSA - INTERCÂMBIO DOS PROFESSORES SANTOS ANJOS

Regimento para funcionamento:

Art.1 – São objetivos do INTERPROSA:

- Estimular a leitura de obras de interesse para a educação permanente;
- Estimular o espírito crítico a respeito das opiniões, comentários, conceitos e orientações propostas pelos autores;
- Estimular a troca de informações sobre a teoria e a prática educacionais;
- Possibilitar maior circulação dos livros, diminuindo custos com a leitura;
- Despertar no docente o gosto e o hábito pela atualização constante;

- Promover a interação permanente entre os profissionais dos diversos níveis de ensino do Colégio;
- Viabilizar experiências educacionais através da formação de grupos de estudo que possibilitem o surgimento de propostas inovadoras da prática pedagógica na escola;
- Fazer de nosso ideal uma ação concreta que nos amplie e consolide a vontade de nos realizarmos profissionalmente.

Art.2 – Para se registrar no INTERPROSA o interessado deverá ceder, no mínimo, um livro para uso dos demais participantes e cumprir as formalidades descritas no artigo 4.

§1 – O livro cedido continua de propriedade o cedente e poderá ser retirado de acordo com o artigo 10.

§2 – Poderá ser cedido mais de um livro, respeitado o disposto no artigo 4.

§3 – O livro cedido poderá ser substituído por outro, respeitado o §1 do artigo 5.

Art.3 – Qualquer profissional do Colégio dos Santos Anjos poderá se registrar no INTERPROSA.

Art.4 – Haverá um livro para registro dos participantes, cadastramento das obras e controle de circulação dos livros.

Parágrafo único – O registro será feito na Biblioteca do Colégio, no horário normal de seu funcionamento.

Art.5 – Em página própria será feito o registro dos participantes e da obra cedida, onde constará:

- nome do participante;
- obra cedida: nome, autor, edição;
- número de inscrição.

§1 – Para cada obra cedida será feita nova inscrição.

§2 – Haverá uma introdução aos registros:

“Declaro haver recebido cópia do regimento do INTERPROSA e me comprometo a cumpri-lo fielmente”.

Art.6 - Em página própria será feito o controle de circulação dos livros onde constará:

- a) número de inscrição;
- b) nome da obra;
- c) nome do leitor.

Art.7 – O participante interessado em retirar um livro deverá se dirigir à Biblioteca, onde será atendido pela bibliotecária responsável.

Art. 8 – Cada associado poderá permanecer com o livro até vinte dias.

§1 – O associado poderá renovar o registro por uma única vez, por mais vinte dias.

§2 – Cada leitor só poderá retirar um livro por vez.

§3 - Um novo livro poderá ser retirado, imediatamente após a devolução do anterior.

Art.9 – O livro que for danificado deverá ser substituído por outro novo, pelo leitor que o tenha sob sua responsabilidade.

Art.10 – A qualquer momento, o inscrito poderá fazer o cancelamento da sua inscrição.

§1 – Cancelada a inscrição, o INTERPROSA terá até trinta dias para restituir os livros ao cedente.

§2 – O desligamento não elimina os compromissos não saldados pelo inscrito.

Art.11 – O cancelamento poderá ser feito pelo INTERPROSA quando o inscrito:

- a) não fizer a leitura de pelo menos um livro cada três meses;

b) não cumprir com os dispositivos deste Regimento.

Art.12 – Os livros cedidos e que forem transformados em doação, permanecerão no espaço do INTERPROSA, passando a pertencer à biblioteca do Colégio dos Santos Anjos.

Art.13 – Os casos omissos serão resolvidos pela Direção.

O INTERPROSA 2000 contou com 52 livros inscritos e a movimentação foi de 23 obras emprestadas.

Embora o INTERPROSA, em seu primeiro ano de funcionamento, tenha tido um movimento modesto, agradou bastante a quem dele participou, pois os professores envolvidos se esmeraram na escolha das obras inscritas.

Vejamos a opinião de uma professora que teve participação ativa no projeto:

“A idéia do INTERPROSA foi muito válida para mim. Aquela acomodação de não ler livros por serem caros perdeu a justificativa, pois os livros, inclusive lançamentos e alguns que são verdadeiras preciosidades, estão ali, ao alcance de quem os quiser ler. Pessoalmente, achei ótimo, pois retomei o gosto pela leitura prazerosa.”

(J.C.M. – Professora de 1ª a 4ª série.)

O projeto terá prosseguimento em 2001 e um trabalho de divulgação mais arrojado deverá ser feito a fim de conclamar novos participantes. Tem-se como meta final envolver todo o corpo docente da escola o mais depressa possível.

5 - RESULTADO DA PESQUISA E INTERPRETAÇÃO DOS GRÁFICOS

Para melhor ilustrar o trabalho, decidiu-se realizar uma pesquisa com o objetivo de levantar dados concretos que pudessem servir de orientação para futuras mudanças ou alterações na prática pedagógica e mesmo na postura docente frente ao desafio de como formar alunos leitores.

Foram escolhidos para sujeitos da pesquisa alunos do ensino fundamental, alunos do ensino médio, professores e especialistas em educação.

A pesquisa foi realizada no 2º semestre de 2000, em escolas municipais, estaduais e particulares da cidade de Varginha:

- Colégio dos Santos Anjos;
- Colégio Cetem;
- Escola Estadual Deputado Domingos de Figueiredo;
- Escola Estadual Pedro de Alcântara;
- Escola Municipal São José.

A abordagem escolhida para a pesquisa foi a qualitativa por apresentar mais afinidade com as questões educacionais, ou melhor dizendo, com as Ciências Humanas, dada à complexidade dos fenômenos por elas envolvidos. Como explica Martins:

“As Ciências Humanas não são, (...) uma análise daquilo que o homem é na sua natureza, mas, antes, porém, uma análise que se estende daquilo que o homem é, na sua positividade (vivendo, falando, trabalhando, envelhecendo e morrendo), para aquilo que habilita este mesmo homem a conhecer (ou buscar conhecer) o que a vida é, em que consiste a essência do trabalho e das leis, e de que forma ele se habilita ou se torna capaz de falar.”
(1989,p.51-2).

Essa capacidade de conhecer marca o homem por um constante vir-a-ser mas também por cristalizações que o distinguem nas relações pessoais e profissionais. Um trabalho de pesquisa na área da educação que busque captar a realidade presente e também

um futuro possível, deverá estar comprometido com a identificação e compreensão dessas cristalizações e desse possível vir-a-ser. Esclarece MARTINS:

“Compreensão, com um estado básico do Ser, não se refere simplesmente ao estar habilitado a fazer ou a dirigir alguma coisa a ser competente para algo. Compreensão refere-se à potencialidade de Ser e de conhecer aquilo de que se é capaz. Este saber do que é capaz não resulta de um estado-de-consciência, de uma consciência presente.” (1996,p.26).

A compreensão torna possível a interpretação daquilo que foi apreendido e, ao fazê-lo, revela o que estava oculto, atribuindo-lhe significados os quais estão condicionados aos interesses e à visão social do mundo construída pelo ser humano ao longo de sua existência.

A pesquisa foi feita através de questionários que foram respondidos por 288 alunos de 1ª a 4ª séries, 93 alunos de 5ª a 8ª séries, 120 alunos de Ensino Médio e 75 professores e especialistas com formação variada e que atuam em diferentes níveis.

Foi interessante observar que todos os que colaboraram com o trabalho demonstraram interesse e disponibilidade e até mesmo um certo orgulho, uma vez que não é costume, por aqui, a realização de atividades similares.

Na elaboração dos questionários procurou-se usar uma forma mais diretiva, com questões fechadas e vocabulário adequado à faixa etária de cada nível de ensino.

Após o levantamento dos dados resultantes dos questionários foram feitos gráficos cuja interpretação procurou ultrapassar o sentido literal das palavras de forma que possibilitasse uma análise mais completa do assunto.

Interpretação dos gráficos



288 alunos de 1ª a 4ª série



93 alunos de 5ª a 8ª série



120 alunos do Ensino Médio

Observando os gráficos podemos refletir sobre os resultados apresentados por eles e tirar algumas conclusões.

Entre as crianças de 1ª a 4ª séries, o interesse pela leitura é bem maior, talvez pela motivação que lhes é dada pela família e pela escola. Outra justificativa para que as crianças gostem mais de ler é que, como ainda não possuem uma vida social independente, sobra-lhes tempo para se dedicar à leitura. Por isso é bom que elas encontrem obras à sua disposição, pois a disponibilidade de livros representa um papel decisivo no despertar interesses de leitura.

O resultado apresentado pelos alunos de 5ª a 8ª séries é até um pouco preocupante. Pergunta-se: o que houve com esses alunos que, supostamente, gostavam de ler nas séries anteriores e agora têm aversão pelos livros?

Continuando na mesma linha de raciocínio, concluímos que, talvez, o desinteresse advenha das muitas oportunidades que ora lhe são oferecidas para que

freqüentem outros lugares com amigos o que conseqüentemente os mantém fora de casa e diminui-lhes o tempo para se reaproximar dos livros.

A mesma explicação pode ser usada para interpretar o gráfico apresentado pelo Ensino Médio, o qual já demonstra uma modesta melhoria a favor da leitura. É que esses alunos, já um pouco mais amadurecidos, provavelmente vêem mais utilidades nos livros.

É bom lembrar que a mediação do professor é imprescindível para a promoção do contato do aluno com o livro. Ele precisa estar continuamente atento na seleção do material de leitura que irá disponibilizar para os docentes, principalmente no que se refere à idade e aos interesses.

“O interesse é a pedra de toque do progresso, do prazer e da utilidade da leitura. É o gerador de toda a atividade voluntária de leitura.”

N. B. Smith

Muitas vezes, o que leva o jovem leitor a ler não é o reconhecimento da importância da leitura, e sim várias motivações e interesses que correspondem à sua personalidade e ao seu desenvolvimento intelectual.

A percepção dessas motivações e interesses esclarece qual é a tarefa do professor: treinar jovens leitores bem sucedidos, apresentando-lhes obras apropriadas cuja leitura seja capaz de durar a vida inteira.

Em se tratando de leitura, pesquisas realizadas costumam apresentar certas conclusões a respeito da motivação e do interesse:

a) A primeira motivação para ler é simplesmente a alegria de praticar habilidades recém-adquiridas, o prazer da atividade intelectual recém-descoberta e do domínio de uma habilidade mecânica. Se o professor souber lidar com essa situação, certamente essas crianças se tornarão bons leitores. Um bom leitor gosta de ler.

b) A leitura impulsiona a fantasia, o pensamento, a vontade, a simpatia, o desenvolvimento de aptidões, a expansão do “eu”.

c) A leitura suscita a necessidade de familiarizar-se com o mundo, enriquecer as próprias idéias e ter experiências intelectuais. Resultado: forma uma filosofia da vida e facilita a compreensão do mundo que a rodeia.

d) Essas motivações e interesses íntimos, nem sempre percebidos pelas crianças, correspondem a concepções definidas de sua experiência: prazer ao encontrar coisas e pessoas familiares (histórias ambientais) ou coisas novas e não-familiares (livros de aventuras), desejo de fugir da realidade e viver num mundo de fantasia (contos de fadas, histórias fantásticas, livros utópicos), necessidade de auto-afirmação, busca de ideais (biografias); conselhos (não-ficção), entretenimento (livros de esportes, etc).

Essas motivações para ler e os interesses de leitura entrecruzam-se; não obstante, o professor deve tentar descobrir os impulsos e interesses dominantes do jovem leitor.

“A educação do indivíduo só é possível através dos bens culturais cuja estrutura intelectual se ajusta plena ou parcialmente à estrutura do nível de desenvolvimento intelectual do indivíduo”.

(Kerschensteine)

A leitura, dependendo do interesse do leitor, apresenta fases.

Schliebe-Lippert e A. Beinlich fizeram a seguinte caracterização das fases da leitura:

- a) Idade dos livros de gravuras e dos versos infantis (de 2 a 5 ou 6 anos). “Fase inicial integral-pessoal, egocêntrica”. A criança faz pouca distinção entre o mundo interior e o exterior; dá-se a separação entre o ego e o meio ambiente. Os livros de gravuras ajudam quando apresentam objetos simples, sozinhos, retirados do meio em que a criança vive. Nessa fase ela se interessa menos pela ação do enredo do que pelas cenas isoladas. Gosta de versos infantis por causa do ritmo, do jogo com as palavras e seus sons. Os livros com “brincadeiras” e de gravuras também são importantes para propósitos educacionais.
- b) Idade do contos de fadas (de 5 a 8 ou 9 anos). “Idade de leitura de realismo mágico”. Nessa fase a criança é suscetível à fantasia. Isso é válido para todos os temas escolares, até para a geografia e a ciência. O prazer que encontra no ritmo e nos versos e o amor à poesia continuam os mesmos da fase anterior.
- c) Idade da histórias ambientais ou da leitura “fatural” (de 9 a 12 anos). Segundo Beinlich é a fase da “Construção de uma fachada prática, realista, ordenada

racionalmente, diante de um pano de fundo mágico-aventuresco pseudo-realisticamente mascarado”.

A criança começa a orientar-se no mundo concreto, objetivo. As perguntas “Como?” e “Por quê?” são cada vez mais freqüentemente acrescentadas à pergunta “O quê?”

O interesse pelos contos de fadas e pelas sagas ainda é evidente nessa fase intermediária orientada para os fatos, mas também começa a surgir o anseio pelo aventuroso.

d) Idade da história de aventuras: realismo aventuroso ou a “fase de leitura não-psicológica orientada para o sensacionalismo”(de 12 a 14 ou 15 anos). Durante os processos de desenvolvimento pré-adolescentes a criança, pouco a pouco, toma consciência da própria personalidade; afrouxa ou desfaz elos anteriores. Esta é a idade em que predominam as demonstrações de agressividade e a formação de “ganges”. O interesse dos leitores pode ser despertado principalmente através do enredo, dos acontecimentos, do sensacionalismo. Em se tratando de meninas, a “criança rebelde” surge freqüentemente em primeiro plano como interesse de leitura, bem como o sentimentalismo barato e a auto-adulação. Interesses gerais: livros de aventuras, romances sensacionais, livros de viagens, histórias ordinárias e sentimentais.

e) Os anos de maturidade ou o “desenvolvimento da esfera estético-literária da leitura”(de 14 a 17 anos). Descobrimento do próprio mundo interior de egocentrismo crítico, desenvolvimento de plano de vida, desenvolvimento de várias escalas de valores.

Além da trama, a forma e o conteúdo também são valorizados no material de leitura. O interesse pelo mundo exterior é substituído pela participação no mundo dos valores. Interesses de leitura: aventura de conteúdo mais intelectual, livros de viagens, romances históricos, biografias, histórias de amor, atualidades, literatura engajada, material que realmente se relacione com preferências vocacionais.

Depois de discorrer sobre os tipos de leitura, abordaremos agora sobre os tipos de leitores.

As motivações para a leitura e os interesses por ela diferem não só para os vários grupos de idade, mas também para cada tipo de leitor. As tipologias se baseiam nas técnicas de leitura ou na preferência por determinada espécie de material de leitura. C. B. Lewis faz diferença entre os tipos de leitor literário e utilitário e R. Escarpit entre os “conhecedores” e os “consumidores”. R. Bamberger enfatiza quatro tipos de leitores, baseado na natureza da matéria preferida de leitura:

- a) O tipo romântico: Preferência pelo mágico. Tipo especialmente notável entre as idades de 9 a 11 anos.
- b) O tipo realista: Reconhecível, sobretudo, pela rejeição do chamado livro fantástico: contos de fadas, histórias de venturas improváveis.
- c) O tipo intelectual: Busca razões. Quer tudo explicado, gosta de material instrutivo, procura a moral ou a vantagem prática de uma história. Prefere, portanto a não-ficção e deseja aprender cedo.
- d) O tipo estético: Gosta do som das palavras, do ritmo e da rima. Predileção especial pela poesia, gosta de decorar poemas, copia trechos bonitos dos livros, relê com frequência. É raro, mas encontra-se em todos os grupos de idade.

É provado que esses tipos raramente aparecem em forma “pura”. No trabalho prático se encontram “tipos mistos” em que uma predomina sobre a outra tendência. O alemão Heinrich Wolgast, já se referia, em 1896, à importância dos tipos de leitor:

“A diversidade dos tipos de leitor entre os jovens deve ser levada em conta na biblioteca da escola. Cumpre proporcionar felicidade à criança à sua própria maneira, dentro dos limites do bom-gosto. O direito que tem a criança ao material de leitura que se ajusta aos seus gostos e à sua natureza deve ser mais do que nunca enfatizado numa era em que nos empurra para a cultura de massa.” (Wolgast, 1896)

De acordo com Wolgast, poder-se-ia distinguir entre o leitor inclinado às maravilhas, aos disparates ou às aventuras, e o leitor realista ou esteta. Especialmente útil é uma diferenciação entre os leitores rápidos, lentos e oscilantes.

Abordaremos a seguir os tipos de leitura como expressão de motivação.

Os tipos de leitores relacionam-se intimamente com as motivações para ler, como se reflete nas várias espécies de leitura escolhidas. Giehrl (1968), refere-se a quatro tipos primários que geralmente se encontram na realidade como “tipos mistos”. De acordo com a motivação ou a intenção predominantes na leitura, ele distingue entre:

a) Leitura informativa: é o tipo mais freqüente e mais genérico. Isso, naturalmente só vale para os adultos. A principal motivação para a leitura informativa é a necessidade de orientação na vida e no mundo. A informação escrita merece mais confiança do que a oral, pois a primeira, sendo “preto no branco”, é mais fácil de lembrar e verificar. Também tem essa vantagem sobre a informação audiovisual, que, de um modo geral, só se apresenta incidentalmente através da televisão.

A necessidade de informação também tem efeitos negativos, quando se converte em meio de satisfazer à curiosidade e à ânsia de sensacionalismo, expresso na leitura de notícias de crimes etc.

Por conseguinte, a orientação no uso correto da informação, a compreensão, a interpretação e a análise do conteúdo são um elemento importante no desenvolvimento da motivação para ler.

a) Leitura escapista: remonta à necessidade de satisfazer desejos. Esse tipo de leitura, com certeza, predomina entre as crianças. A pessoa deseja escapar à realidade, viver num mundo sem responsabilidades nem limites. O amor de todos os povos pelos contos de fadas, que passou dos adultos para as crianças, é prova disso. Considerada só pelo conteúdo, a leitura escapista é predominantemente negativa. Revistas ilustradas e romances baratos devem sua existência à propensão para a leitura escapista.

b) Leitura literária: também constitui uma busca além da realidade. Procura o significado interno, o reconhecimento do simbólico nos acontecimentos cotidianos. Quando pensamos num bom leitor, vem-nos à mente o leitor literário, para o qual a leitura é um experiência estética.

Infelizmente, nem 5% das pessoas se conservam como leitores desse tipo durante a vida inteira, embora seja esse o primeiro objetivo da educação literária. Qualquer

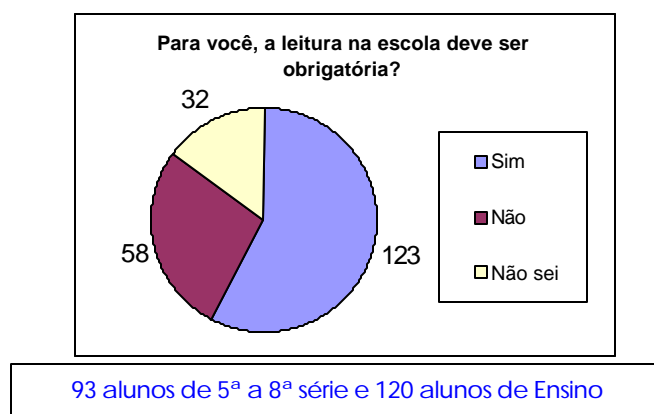
pessoa experimentada no trabalho prático precisa perguntar se o estudo da literatura na escola não acaba afastando mais do que aproximando os alunos dela.

Se quisermos cultivar a leitura literária precisamos nos lembrar de que a literatura oferece possibilidades suficientes para que cada leitor possa desfrutá-la de acordo com suas necessidades e seus métodos, e que devemos ser cautelosos ao ajudar o leitor a descobrir seu método.

- c) Leitura cognitiva: tem a mesma motivação que a filosofia, ou seja, o anseio do conhecimento e da compreensão de si mesmo, dos outros e do mundo. “A leitura cognitiva é basicamente uma leitura especulativa que exige grande dose de atividade intelectual da parte do leitor, compreensão crítica e capacidade receptiva”. (Giehrl, p.47) Entretanto, a literatura cognitiva não se limita à filosofia. A informação veiculada por um jornal pode provocar reflexão, assim como a provocavam a literatura científica, o material religioso ou a literatura pura.

Como acabamos de ver, existem leituras para todos os tipos de leitores, basta apenas que cada um procure aquela adequada para satisfazê-lo de acordo com a sua necessidades do momento.

A seguir, observaremos os resultados apresentados por mais dois gráficos:

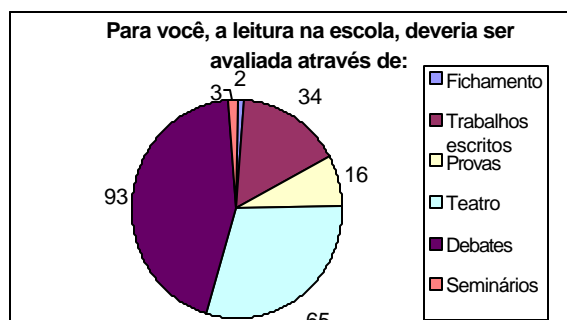


Um tanto quanto contraditória, as respostas acima comprovam que, embora não gostem muito de ler, os alunos de 5ª a 8ª séries e de Ensino Médio acham que a leitura deve ser obrigatória na escola. Talvez eles não apreciem muito ler, mas reconhecem a sua

necessidade e posterior utilidade. Nessa situação, o melhor que o professor pode fazer é tentar aliar o útil ao agradável, ou seja, conscientizar o aluno de que uma obrigação não precisa ser necessariamente um ato desagradável, pode-se fazer algo por obrigação de maneira prazerosa.

Outro fator a considerar é que, ainda que não apreciem muito nem a leitura nem fazer as coisas por obrigação, esses jovens reconhecem que a escola é o único órgão capaz de exigir que eles leiam – necessidade sub-repticiamente reconhecida por eles.

Já que, segundo a pesquisa realizada, ficou claro que a leitura deve ser obrigatória na escola, seria bom questionar como os alunos gostariam que ela fosse avaliada. Observe a pergunta feita aos alunos supraditos e as preferências apontadas por eles:



93 alunos de 5ª a 8ª série e 120 alunos de Ensino Médio

Pelas respostas dadas fica mais do que comprovado que eles preferem atividades que privilegiem a participação dos grupo. Observe o gráfico: Debates – preferência de 93 alunos; teatro – preferência de 65 alunos.

Observação: Os baixos números apontados para fichamento e seminários, podem ser atribuídos, talvez, à falta de conhecimento por parte deles a respeito dos dois tipos de atividade.

Concluindo: A análise feita a respeito dos dois últimos gráficos aponta resultados positivos em relação à leitura na escola e à maneira preferida pelos alunos para que essa leitura seja avaliada. Serve ainda de alerta para alguns professores escrupulosos que, temendo desagradar seus alunos, deixam para segundo plano a exigência da leitura por obrigação.

Tendo consciência da importância da leitura desde as séries iniciais, a Literatura Infantil não poderia deixar de ser lembrada. Por isso, valorizando a opinião de alunos de todas as idades, foram feitas perguntas exclusivas às crianças de 1ª a 4ª série, visando a avaliar o contato delas com as historinhas clássicas infantis.

“Um livro infantil, para o quarto de uma criança, é objeto tão importante e mais indispensável do que o berço”. (BERTUCI, Friedrich)

De acordo com o autor, o livro infantil é peça indispensável para uma criança. Todos sabem que a Literatura Infantil é, ao mesmo tempo, recreação e terapia, suporte de cultura e o mais importante elemento de comunicação; mas sobretudo, um instrumento de diálogo entre a criança e o adulto. Infelizmente, a época em que estamos vivendo revela uma crise de leitura, ou melhor, da boa leitura, entre crianças e jovens.

A Literatura Infantil – mitos, histórias, contos, poesias, qualquer que seja a sua forma de expressão, é uma das mais nobres conquistas da Humanidade: a conquista do próprio homem! As histórias são para as crianças o que foram as parábolas de Cristo para os cristãos, para os homens: sementes para germinar e frutificar. Elas são a chave mágica que abre as portas da inteligência e da sensibilidade da criança, para sua formação integral. “A criança que brinca, investiga. Seu mundo é rico e, em contínua mudança inclui um intercâmbio permanente entre fantasia e realidade”, diz Arminda Aberastury. Tirar da criança o encanto da fantasia é sufocar e suprimir toda a riqueza de seu mundo interior. A criança é criativa e precisa de matéria-prima sadia para organizar seu “mundo mágico”, seu universo possível, onde ela é dona absoluta: constrói e destrói.

A imaginação bem motivada é uma fonte de libertação que leva a criança a usar o raciocínio e a cultivar a liberdade. Tire-se do homem a capacidade de sonhar, o poder da imaginação e pouco restará dele. Parodiando o grande Mestre, poder-se-ia dizer: Quem, com o mínimo de sensibilidade, não coloriu sua imaginação de sonhos e esperanças, “atire a primeira pedra”.

Sonhar é preencher vazios, é criar condições para enfrentar a realidade, é libertar-se, enfim!

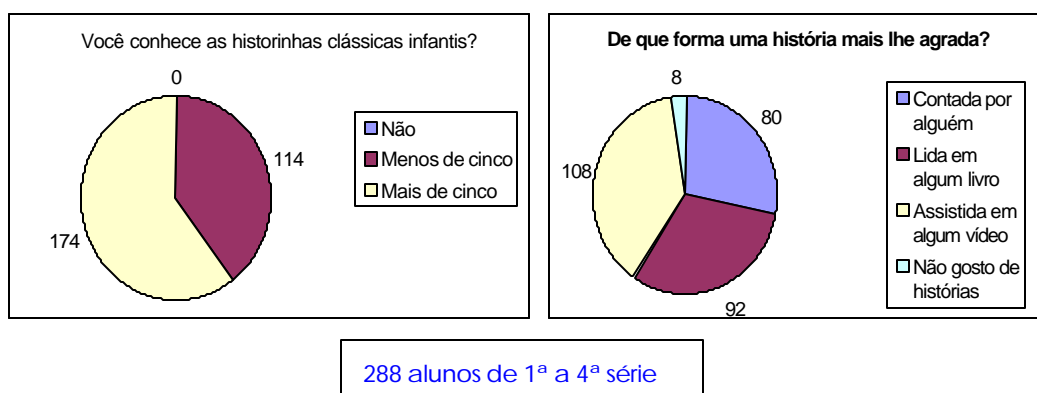
A “história” é uma atividade considerada doméstica. As historinhas infantis devem ser lidas, ouvidas, enfim, conhecidas pelas crianças e por aqueles que as educam.

Cabe à escola e à família possibilitar esse encontro da criança com as “estórias”. É lógico que para isso é necessário se fazer algum treinamento, imprescindível a tão simples, mas, ao mesmo tempo, tão complexa tarefa. Vejamos:

“O sorriso, a alegria duma criança que lê, que ouve estórias, que brinca, compensa a luta que possamos ter, para que aquele sorriso e aquela alegria existam. E compensa, ainda, a sua certeza íntima de que estamos abrindo novos horizontes e possibilidades para centenas de crianças, através da leitura. Estaremos ensinando quanto vale o livro; dando-lhes o hábito da leitura, fazendo-as amar o livro, estaremos assimilando responsabilidades e cumprindo o nosso dever para com as gerações que formarão os homens de amanhã”. (Denise Fernandes Tavares)

Pelas palavras da autora, deduzimos quão grande é a responsabilidade para com as crianças (e/ou os alunos) que são colocadas no nosso caminho para que participemos de sua formação.

Já que as historinhas infantis são tão importantes para a formação das crianças, fizemos as seguintes perguntas para 288 crianças: Você conhece as historinhas clássicas infantis? E de que forma uma história mais lhe agrada? As respostas dadas por elas serão apresentadas através dos gráficos a seguir:



Um dos gráficos aponta que todas as crianças conhecem as historinhas infantis. A maioria conhece mais de cinco historinhas, sendo que o restante delas conhece menos de cinco historinhas. Nenhuma criança demonstrou desconhecimento total das histórias supracitadas.

O outro gráfico mostrou as formas preferidas pelas crianças para o seu contato com as histórias: 80 crianças gostam de ouvi-las, contadas por alguém; 92 crianças gostam de lê-las em livros; 108 crianças preferem assistir a elas em vídeo e, apenas 8 crianças disseram não gostar de histórias.

Podemos observar que os resultados apresentados revelam um certo equilíbrio entre as opções dadas, o que, com certeza, confirma que as historinhas, além de serem conhecidas, continuam a agradar, independente da forma como chegam até as crianças.

“Ah, como é importante para a formação de qualquer crianças ouvir muitas, muitas histórias... Escutá-las é o início da aprendizagem para ser um leitor, e ser leitor é ter um caminho absolutamente infinito de descoberta e de compreensão do mundo...” (Abramovich, 1991)

A autora valoriza as histórias infantis, ressaltando a sua importância para o entendimento do mundo. É bom ressaltar também que muitas delas causam prazer, não importando a idade de seus leitores ou ouvintes. COELHO, (1986) conta como adultos e até idosos sorriam em diversas ocasiões em que teve esse público como ouvinte. Os casos ou “causos”, contados em rodas familiares e de amigos, fazem passar rapidamente as horas, mostrando que a tradição oral tem o seu espaço, mesmo nas sociedades letradas.

L’Abbate, (1994) acredita que para que isso aconteça é mister que se faça alusão a outro personagem: o contador de histórias, personagem quase que esquecido e que precisa ser lembrado para que a oralidade, tão familiar à criança desde tenra idade, possa ser estimulada e consiga aproximá-la do livro e da leitura como prazer. O contador de histórias possibilitaria “neste mundo moderno de vozes e escritas solitárias, o fascínio pela efervescência não só da leitura mas da escrita/texto/literatura”.

Os professores, ao contarem histórias, estarão mais perto da formação de leitores do que recomendando a leitura delas.

É sabido que os cursos de formação de professores raramente comportam literatura infanto-juvenil em seus currículos. Os professores precisam conhecer o assunto nos seus aspectos teóricos e práticos para aprender a gostar, a descobrir a magia que a leitura traz. Como diz Abramovich (1991), a história contada é

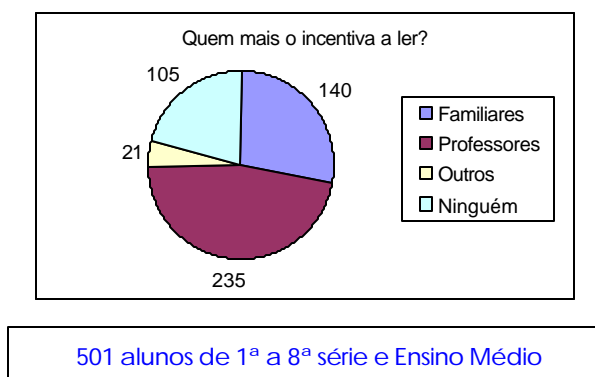
“ampliadora de referenciais, poetura colocada, inquietude provocada, emoção deflagrada, suspense a ser resolvido, torcida desenfreada, saudades sentidas, lembranças ressuscitadas, caminhos novos apontados...”

O professor será portador dessas emoções se ler, ler muito, ler até sentir, ser capaz de selecionar os textos e usá-los adequadamente. Nem sempre ele é leitor, e como sentir deleite e provocar prazer, não sendo leitor?

Não há dúvida de que, embora vivamos em plena era da imagem e do som, o livro ainda continua a ser instrumento valioso no processo educativo. Independente dos meios utilizados para a aproximação da criança com as historinhas infantis, o que interessa também, segundo alguns críticos, é que, além da função educativa, elas assumam ainda funções lúdicas, não só para alegrar ou atrair o pequeno leitor, mas principalmente para poder competir com o entretenimento a ele oferecido pela “cultura de massa” que predominou no final do século XX. Não se trata de combater as forças da imagem e do som, para a vitória da palavra escrita. O ideal é a coexistência fecunda de todas, embora isso não seja fácil e exija tempo, persistência e dedicação. Obviamente, o caráter lúdico, emotivo ou afetivo da literatura seja qualidade “sine qua non” para a sua existência plena e positiva, não é só prazer que conta. Simultaneamente à diversão da leitura, é bom que as crianças comecem a perceber que Literatura é algo mais do que passatempo.

Urge que escritores, professores, bibliotecários e familiares possam se unir em um esforço conjunto para que a literatura infantil seja sentida por todos como uma companheira preciosa que nos abre os olhos e nos ensina a ver além da aparência das coisas, mostrando que a vida é um projeto no qual devemos estar ativamente engajados.

Dando continuidade à pesquisa e preocupando-se com a divulgação da leitura entre crianças e jovens, foi feita uma pergunta que pudesse dar idéia a respeito do incentivo dado aos alunos por parte dos adultos. Perguntou-se: Quem mais o incentiva a ler? Observe o resultado através do gráfico seguinte.



Analisando o gráfico, um dado se destacou entre os demais e chegou a ser motivo de preocupação – o fato de 105 alunos, num universo de 288 (alunos) apontarem a opção NINGUÉM, ou seja, essas 105 crianças e/ou adolescentes frequentam a escola e ninguém os incentiva a ler.

O ideal seria que vários segmentos sociais os incentivassem a começar pela família. Contudo, quando a família falha, é mister que a escola possa suprir tal deficiência. De acordo com as respostas dadas, parece que ela vem cumprindo o seu papel; veja-se que 235 alunos apontaram os professores como seus maiores incentivadores à leitura. Isso, todavia, não permite à escola sentir-se tranqüila em relação à formação do leitor, pois, com um pouco mais de empenho, ela poderia agir sobre os que não são incentivados por ninguém.

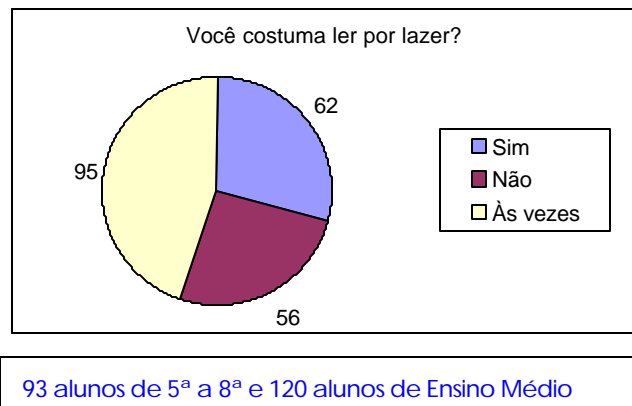
Observe o que diz Silva, (2000), a respeito do assunto:

“Acredito que, modernamente, o único reduto onde a leitura ainda tem a chance de ser desenvolvida é a escola. O fracasso da escola nessa área significa a morte dos leitores através dos mecanismos de repetência, evasão, desgosto e/ou frustração. A qualificação e a capacitação contínua dos leitores ao longo das séries escolares colocam-se como uma garantia de acesso ao saber sistematizado, aos conteúdos do conhecimento que a escola tem de tornar disponível aos estudantes.”

Pelo que foi dito, podemos concluir que para o autor, a escola é a maior responsável pela formação do leitor e, por isso ele exorta os professores para que se transformem em leitores mais assíduos.

Você costuma ler por lazer? Essa pergunta foi feita a alunos adolescentes.

Eis o que eles responderam:



Observando o gráfico acima, percebemos que os questionários foram respondidos com bastante autenticidade. É bom que se observe que a pergunta foi feita a 93 alunos do 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental e a 120 alunos do Ensino Médio. Já foi dito nesse trabalho que o ideal é formar o leitor até os doze anos de idade e a maior parte dos alunos envolvidos nessa pesquisa já ultrapassaram essa faixa etária. Isso dificulta o trabalho do professor que quiser incentivá-los a ler e, pode-se afirmar que tal empreendimento se tornará mesmo num grande desafio.

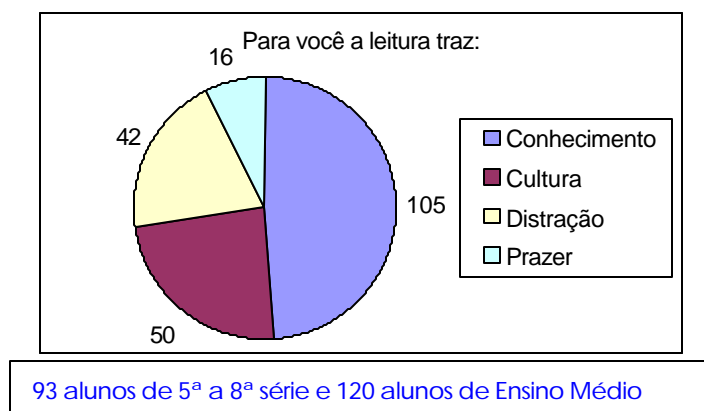
O ensaísta canadense, Alberto Manguel, respondendo a pergunta se “é correto forçar uma criança a ler”(Veja, 07/07/99), disse:

“Da mesma maneira que não podemos fazer com que uma criança goste de alguém, não temos a capacidade de transformá-la num leitor. O que devemos fazer, como adultos responsáveis, é colocar a literatura à disposição da garotada. Uma das razões pelas quais às vezes não apreciamos um determinado livro é por termos sido forçados a lê-lo na escola ou por nossos pais terem lido e nos obrigado a fazer o mesmo. Parte da maravilha e da riqueza da leitura vem da liberdade que ela sugere e da possibilidade de vagar por florestas de prateleiras, escolhendo o livro certo para aquele momento, como se nós fôssemos seu primeiro leitor ou estivéssemos chegando a um país desconhecido. Essa é uma experiência

que não devemos tirar de nossas crianças. Devemos deixá-las escolher, dizendo: Você será uma pessoa melhor, mais feliz e mais sábia quando encontrar seu livro”.(Veja,07/99)

De acordo com o autor citado anteriormente, não se deve forçar o aluno a ler. Ele só se tornará um bom leitor se tiver liberdade de escolha. O que o adulto pode fazer é facilitar o seu encontro com a literatura e mostrar-lhe as vantagens que a leitura pode lhe oferecer.

Aos mesmos alunos a quem foi feita a pergunta “se costumavam ler por lazer” foi feita a pergunta seguinte: “Para você a leitura traz: Conhecimento; Cultura; Distração; Prazer? Vejamos as suas respostas no gráfico a seguir:



“Há vários tipos de leitura. Tem aquela que você pode interpretar, você pode voar, você pode criar. E tem aquela leitura que você não pode fugir dela, é entendimento (...) daquilo que o texto está dizendo. É o que acontece com História (...) O aluno tem que saber a diferença que existe entre a (leitura) do jornal, da revista, reportagem, poesia ou conto...”

(Aura)

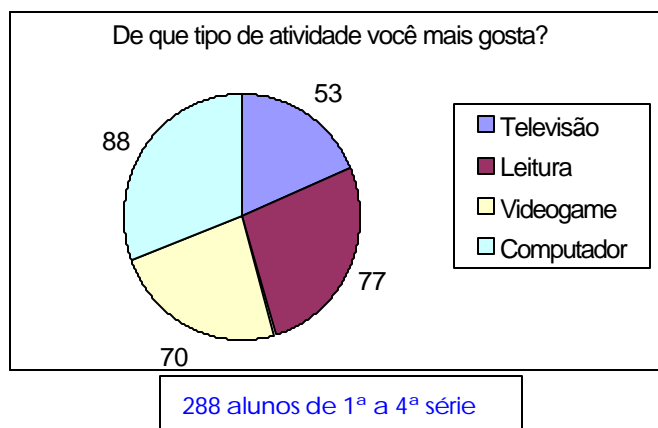
Após ler a citação, deduz-se que é necessário diferenciar os vários tipos de leitura que nos são apresentados no dia-a-dia para que possamos tirar deles o maior proveito.

Analisando o gráfico anterior podemos constatar que para a maioria das pessoas envolvidas, o principal objetivo da leitura é o conhecimento. Exclui-se quase que totalmente a possibilidade da leitura como atividade lúdica, prazerosa, o que precisa ser resgatado pela escola, a quem é atribuída a tarefa de formar leitores. Para Silva (1993), a leitura é uma prática sócio-cultural que exige do leitor esforço e trabalho, mas isso não a desvincula do prazer que proporciona. Pela leitura de um texto podemos adquirir conhecimento, cultura e usufruir de momentos de prazer e distração.

Uma das justificativas apontadas para a tal “crise da leitura” vivenciada modernamente é apresentar outras atividades mais prazerosas e menos trabalhosas que acabam sendo preferidas pelas pessoas. Citam-se aqui a televisão, o videogame, o computador, a Internet e outros aparelhos que proporcionam lazer ou ocupação.

Por se tratar, na maioria, de tipos de comunicação, por curiosidade, foi feita outra pergunta às crianças para que pudessem mostrar suas preferências a respeito

das atividades oferecidas. A pergunta foi a seguinte: De que tipo de atividade você mais gosta? Veja-se o gráfico a seguir.



Observando os números apontados pelo gráfico, vemos que contrariamente ao que se esperava, a leitura garantiu uma colocação privilegiada frente às outras atividades propostas. Por que se esperava que a leitura tivesse uma votação menor? Simplesmente porque ela foi colocada de forma a competir com outras atividades técnico-eletrônicas que, normalmente, despertam mais o interesse das crianças. Além do mais, o computador é alvo da curiosidade de muitas crianças que ainda não o possuem e só o utilizam, raras vezes, na escola. Daí, ele ser ainda objeto de desejo de alguns. Observe que

a opção “computador” foi a mais votada, comprovando a curiosidade mencionada anteriormente.

A televisão foi a opção menos votada, talvez por não ser mais novidade (praticamente em toda casa brasileira há um ou mais aparelhos de televisão) e por não apresentar uma programação que atraísse o interesse das crianças da faixa etária das envolvidas na pesquisa.

Já o videogame, que manteve uma certa primazia entre as preferências infanto-juvenis, há alguns anos está caindo no esquecimento. Pesam contra ele o fato de exigir um certo sedentarismo de seus usuários, além de ser um tipo de lazer não muito barato, sem contar que o computador o substituiu oferecendo jogos, às vezes, melhores e menos dispendiosos.

Vale lembrar que, como o público alvo a quem foi feita a pergunta em questão é composto de crianças de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental. É sabido que, nesta idade, as crianças, normalmente são hiper-ativas e todas as atividades que lhes foram apresentadas exigem tranquilidade, atenção e até mesmo uma boa dose de paciência.

Essas atividades, quando exercidas em demasia, chegam até a prejudicar a criança tanto do ponto de vista físico como psicológico. Pesquisas recentes feitas em diversos países apontam o aumento de ansiedade, o estresse e a dificuldade de socialização como males modernos que atacam progressivamente crianças e jovens de vários lugares.

Para concluir, é bom que se ressalte que, embora bem antiga e com poucos recursos inovadores aparentes, a leitura ainda garante, entre as crianças, um lugar de destaque. O livro tem o privilégio de se inovar, atualizar-se, acompanhar o progresso moderno, enfim adaptar-se, sem cair no ostracismo. O mundo a sua volta pode estar em constante ebulição e ele permanece impassível no seu canto à espera de alguém que dele queira fazer uso.

Portanto, tanto o livro quanto a leitura deverão continuar orientando a humanidade; esta, exigindo novas competências e habilidades e aquele, ignorando a iconoclastia dos tecnocratas.

Para Ezequiel Theodoro da Silva (1993),

“A boa leitura é aquela que, depois de terminada, gera conhecimentos, propõe atitudes e analisa valores, aguçando, adensando, refinando os modos de perceber e sentir a vida por parte do leitor.” (Silva, 1993)

O autor continua o seu texto demonstrando visível preocupação com o atual professorado brasileiro. São palavras suas:

“Pelo que tenho visto e sentido neste últimos tempos, grande parte dos docentes brasileiros parece ter caído nas armadilhas da alienação. Comportamentos de apatia, estagnação e acomodação, tão onipresentes no campo do magistério, indicam que muitos professores não vêem aquilo que, por responsabilidade, deveriam saber.” (Silva, 1993).

O historiador Paulo Miceli (1988) apresenta um trabalho com a caricatura de alguns profissionais da educação a qual revela os diferentes tipos de compromisso e atuação que rondam as escolas brasileiras. Eis as figuras pintadas por ele:

- Professor de passagem: usa a escola como escada para subir na carreira. Suas preocupações estão sempre voltadas para a conquista do futuro e nunca para os desafios do presente.
- Professor de licença ou de final de carreira: acomoda-se e não tem mais objetivo algum na escola. Preocupa-se apenas com o descanso em que poderá viver o resto da vida.
- Professor manietado: é aquele que só não troca de profissão por absoluta falta de competência – perdeu tempo muito com o magistério e só mais tarde reconheceu que o salário não o agradava.
- Professor mau profissional: é o frustrado que não conseguiu sucesso em outras áreas do mercado de trabalho e, por isso, dedica-se, na marra, à docência.
- Professor não-vive-disso: é aquele que faz do trabalho um bico e que se orgulha da condição do não-envolvimento concreto com as causas e as necessidades da educação escolarizada.
- Professor consciente e idealista: é o professor na real acepção do termo – mesmo que pesem as dificuldades de sobrevivência e as opressões diversas, ele ainda resiste e luta pela dignidade no âmbito do seu trabalho.

Embora o próprio autor da tipologia anterior a tenha considerado um tanto “simplista e arbitrária”, não resta dúvida de que ela aponta características encontradas em nossos docentes, principalmente nas escolas públicas onde, muitas vezes, o professor sofre vários condicionamentos nos dias de hoje. Esses condicionamentos, de uma forma ou de outra, afetam o professor e o impedem de se esmerar na sua lida diária. Uma prática que, geralmente fica esquecida é a leitura, uma vez que ela demanda tempo e tranquilidade para ser realizada.

A seguir citaremos os seis condicionamentos a que se referiu anteriormente e aos quais os docentes se submetem:

- Salário: baixos salários obrigam os professores a trabalhar dobrado, o que, sem sombra de dúvida prejudica a sua atuação em sala de aula.
- Formação acadêmica: muitos professores possuem uma formação acadêmica de má qualidade e nada era feito para que isso mudasse. Atualmente, o MEC resolveu avaliar os cursos superiores e, pelo que se vê, parece que essa será uma medida positiva, pois as faculdades estão se preocupando em melhorar a “performance” de seus alunos.
- Múltiplas funções da mulher professora: muito se tem falado sobre o papel da mulher moderna, ou seja, ela assumiu publicamente várias funções na sociedade, o que pode apresentar uma ameaça para o seu bom desempenho, uma vez que as suas tarefas ainda não estão bem delimitadas principalmente dentro do próprio lar. Com essa multiplicidade de funções, é difícil para a professora (maioria do nosso professorado) exercer com dedicação as suas tarefas docentes.
- Currículo: o currículo da maioria das escolas brasileiras apresenta-se fraco, desatualizado e inútil. Raras são as escolas que têm um projeto pedagógico consistente que visa à dinamização do conhecimento de seus alunos.
- Especialistas: função criada pela Lei 5692, às vezes é mal vista pelo restante da comunidade escolar, pois nem sempre as/os especialistas contribuem para a melhoria do fazer docente.
- Ideologias: devido aos inúmeros problemas que perpassam pela vida do professor, muitas vezes eles se tornam vulneráveis e se agarram a ideologias

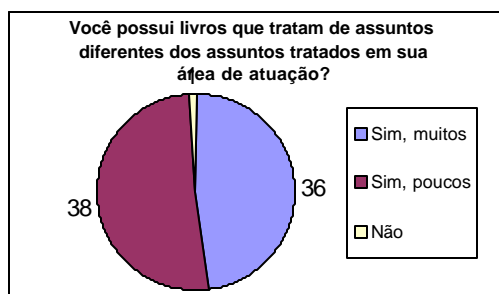
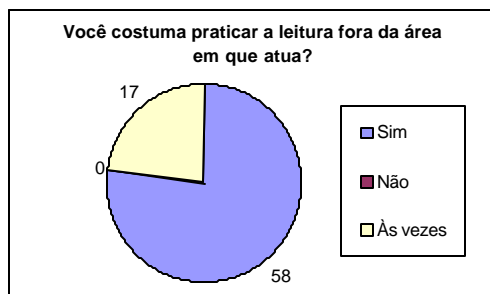
que lhe são postas facilmente na cabeça. Obviamente essas ideologias são prejudiciais e os tornam alienados e incapazes de exercer bem sua função.

Depois da reflexão feita anteriormente, veremos uma forma barata e eficaz de capacitar o professor – é a leitura. Através de uma leitura de qualidade, ele pode, paulatinamente, ir adquirindo mais conhecimento e dinamizá-lo junto a seus alunos.

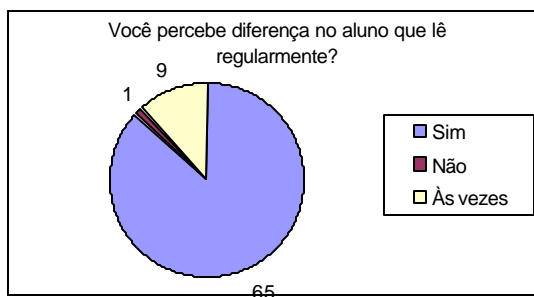
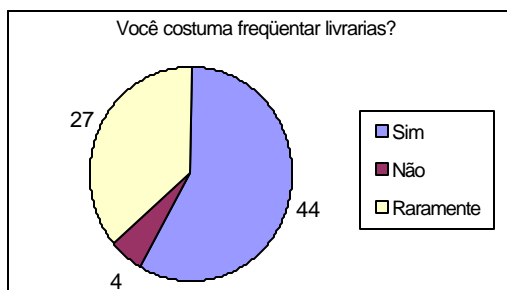
Para saber como anda o relacionamento dos professores com os livros, propusemos-lhes algumas questões a saber:

- Você costuma freqüentar livrarias?
- Você costuma praticar a leitura fora da área em que atua?
- Você possui livros que tratam de assuntos diferentes dos (assuntos) tratados em sua área de atuação?
- Você percebe diferença no aluno que lê regularmente?

Observemos as respostas dadas por eles nos gráficos seguintes.



75 professores



75 professores

Após discorrer sobre a atuação dos professores de forma geral (e um tanto quanto radical), passemos a um breve comentário sobre o resultado apresentado pelos gráficos. É bom que se lembre de que a pesquisa foi feita em 5 escolas: 2 particulares e 3 públicas. As escolas públicas envolvidas na pesquisa não se caracterizam pelo descaso das autoridades nem pelo estigma da pobreza que é bastante comum à muitas escolas públicas da periferia de grandes cidades. Das três escolas públicas mencionadas apenas uma atende a uma clientela mais carente. Daí os números apresentados pelos gráficos não serem assustadores. Grande parte dos professores que atuam nas escolas públicas, atuam também em escolas particulares, o que nos leva a concluir que devem estar sempre atualizados. Também, por aqui, as escolas, de um modo geral, estão se empenhando muito em promover uma formação continuada, incessante e permanente ao seu professorado.

Essa busca por melhoria justifica as respostas apresentadas pelos gráficos: 44 professores costumam freqüentar livrarias; 58 deles se mostram bons leitores e, praticamente todos possuem livros que tratam de assunto diferente da sua área de atuação. A respeito da observação feita sobre o aluno que lê regularmente,⁶³ professores disseram perceber a diferença deles sobre os demais alunos que não praticam a leitura com regularidade.

Foi gratificante constatar esses resultados e mais gratificante ainda foi perceber que quem mais lucra no cômputo geral é o aluno, sem dúvida alguma, razão de nossa eterna procura por dias melhores.

Julgamos por bem saber como estão se sentindo os professores frente às mudanças provocadas pelas novas tecnologias.

Sempre se afirmou que imagem substituiria a escrita. Desde a existência da televisão, garantiu-se que o número de leitores diminuiria. Com o avanço tecnológico teve-se a impressão de que a leitura e a escrita estavam com os dias contados.

Entretanto, analisando a questão com mais rigor, na realidade atual, tais previsões não procedem, pois tanto a leitura quanto a escrita continuam muito presentes na sociedade e, em particular, no âmbito do trabalho. Todavia, não se pode negar que as novas tecnologias da informação cada vez mais procuram “editar” a realidade.

A presença constante dos meios de comunicação na vida cotidiana coloca, para a sociedade em geral e para a escola em particular, a tarefa de educar crianças e jovens para a recepção dos meios.

Para o desenvolvimento de uma ação mais efetiva, é preciso ultrapassar alguns estereótipos e considerar que:

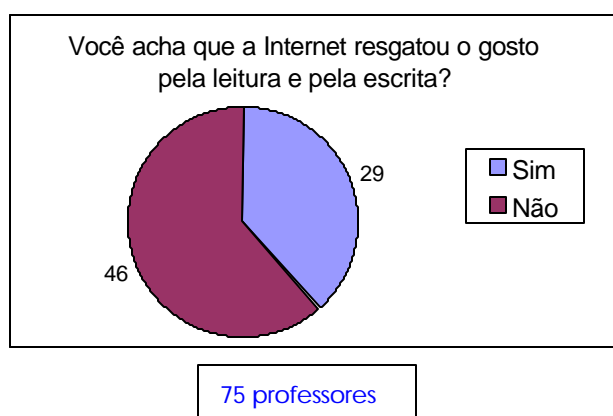
- a relação dos receptores com os meios não é unilateral, mas mediada pela inserção social do sujeito e por suas estruturas cognitivas;
- a recepção é um processo, não é o ato de usar um meio. Inicia-se antes dele, com as expectativas do sujeito, e segue-se a ele, pois incorpora os comentários e discussões a respeito do que foi visto;
- o significado de um meio não é único, é produzido pelos diversos receptores.

Não se trata, porém, de tomar os meios como eventuais recursos didáticos para o trabalho pedagógico, mas de considerar as práticas sociais nas quais estejam inseridos para:

- conhecer a linguagem videotecnológica própria desse meio;
- analisar criticamente os conteúdos das mensagens, identificando valores e conotações que veiculam;
- fortalecer a capacidade crítica dos receptores, avaliando as mensagens;
- produzir mensagens próprias, interagindo com os meios.

Não resta dúvida de que se trata de um grande desafio para todos os segmentos sociais, principalmente para a escola, uma vez que as descrições da extensão e ramificações da tecnologia eletrônica “moderna” são superadas tão rapidamente que a melhor alternativa é “profetizar” a respeito. A total incapacidade dos especialistas de 100 anos atrás preverem as consequências sociais e culturais da aviação, do motor de combustão interna ou dos filmes nos oferece pouco estímulo. Apesar da dificuldade com que velhos hábitos e convenções são eliminados, a sociedade e o ensino serão muito diferentes na “era da informação” e assim, também, será o comportamento dos leitores.

Para se ter uma noção do que pensam nossos docentes atuais, frente à modernidade tecnológica, duas perguntas foram feitas a 75 professores com formação acadêmica variada e que atuam em diversas níveis. Eis as perguntas: Você acha que a Internet resgatou o gosto pela leitura e pela escrita? e Você gostaria de ler um livro eletrônico? Vejamos as respostas dadas por eles à primeira pergunta:



Pelas respostas apontadas, percebemos que a maioria deles ainda vê com certa incredulidade a real possibilidade desse resgate sugerido pela pergunta. Essa incredulidade talvez possa ser fruto do desconhecimento do que seja a leitura na era eletrônica, aliás, leitura apontada por alguns como tipo preferido pelos leitores do futuro – a leitura *on-line*. Façamos algumas considerações a respeito. Se a leitura é definida como “a compreensão do sentido da linguagem escrita”, então ela não será diferente no futuro do que tem sido no passado. Os olhos e o cérebro dos leitores de hoje já estão preparados para qualquer coisa que as situações de leitura do futuro possam oferecer. A diferença estará na extensão das situações em que haverá oportunidades de leitura e na variedade das respostas que serão exigidas dos leitores nessas situações. É obvio que a exigência sobre os leitores será muito maior do que a atual, não exigência sobre os olhos ou funções cognitivas das pessoas, mas sobre suas experiências.

A leitura nunca foi uma simples compreensão dos símbolos que estão sobre o papel. A linguagem escrita já é encontrada em uma variedade de meios de comunicação

– não somente no papel, mas em madeira, pedra, metal, plástico, *outdoors*, vestuário, aparelhos, telas e até em lugares mais esdrúxulos. As letras e as palavras são freqüentemente amorfas e instáveis, modificando o seu formato, movimentando-se em todas as direções e acendendo-se e apagando-se em *flashes*. Elas podem ser acompanhadas por imagens em contraponto, ilustrações, gráficos, efeitos sonoros, vozes, músicas e outras formas de distração. É notável a capacidade do cérebro humano em criar ordem no caos. Considere a complexidade de material de leitura sobre programas de televisão “educativos” para crianças, onde as letras e palavras individuais mudam instantaneamente de tamanho, cor, formato e posição.

A leitura já é algo muito confuso e a televisão, provavelmente, proporciona muito da experiência necessária para as formas em que a linguagem escrita nos será apresentada no futuro.

Haverá razões convincentes para as pessoas lerem *on-line*?

Segundo futurólogos aficionados, as pessoas lerão *on-line* pelas mesmas razões pelas quais elas já lêem – pelo prazer, pela informação, pela identificação e pela experiência. Já existe o acesso eletrônico a listas, enciclopédias, arquivos, guias, catálogos, previsões de tempo, receitas, resultados esportivos e inúmeros outros recursos além de – ou em vez de – fontes impressas.

Não haverá novas razões para ler na Internet, mas haverá toda uma nova gama de possibilidades de “folhear” documentos anteriormente inacessíveis. Essas novas possibilidades poderão resultar até em mais leitura, tanto obrigatória como voluntária. A leitura é um vício para umas pessoas, os computadores são um vício para muitas outras, e a combinação dos dois poderá tornar-se irresistível, assim como muitas pessoas já estão viciadas em jogos ou bate-papos eletrônicos.

Haverá novos tipos de leitura?

Logicamente que sim. Já existe o *hipertexto*, que é uma aglomeração de texto que fica cada vez maior, sem início, meio ou fim, que você pode começar a ler em qualquer ponto, pular para novos assuntos quando quiser e parar no momento que desejar. Não há um caminho certo de leitura para esse material, nunca duas pessoas o lerão da mesma maneira.

Sobre a leitura *on-line* é importante ressaltar que ela contribuirá para o surgimento de novas formas não só de leitura mas também de escrita. Aparecerão novos

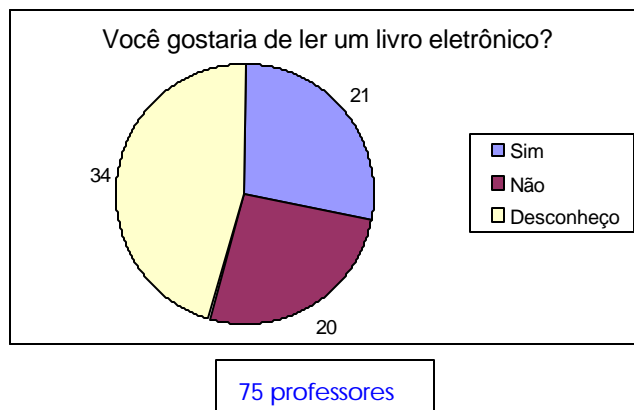
formatos de textos, novas maneiras de formular perguntas e respostas, de saudações e de expressão do estado de espírito. O relacionamento das pessoas nas interações eletrônicas ocorrerá do mesmo jeito como ocorre em qualquer outro ambiente social. Haverá uma cumplicidade em aprender tudo o que é novo, quer a pessoa seja escritor ou leitor *on-line*. Todos terão muito a aprender sobre a leitura na era eletrônica. A Internet pode ser um ótimo lugar para adquirir experiência em leitura – apesar de ser também um meio poderoso para a distribuição de ensino específico.

Queiram ou não os professores, o mundo do ensino está mudando rapidamente. Os computadores já fazem parte da maioria das escolas e de muitos lares. Esse avanço não será detido por ninguém. Todo professor terá de entender de Internet e se adaptar à tecnologia eletrônica.

A melhor maneira que as pessoas têm de aprender sobre informática e Internet é a mesma que as crianças têm para aprender qualquer coisa – explorando e usando os computadores com a ajuda de algum colaborador experiente que já faça parte do “clube”. Geralmente para os professores, este colaborador será uma criança. Na maioria das salas de aula onde a tecnologia foi instalada, as crianças são os especialistas. Elas demonstram menos apreensão e preconceito em relação à novidade. Portanto, desnecessário será ficar questionando o uso da tecnologia na sala de aula, o melhor a fazer será discutir como ela poderá ser usada.

Quanto à Internet ter resgatado ou não o gosto pela leitura e pela escrita conclui que, se ela ainda não resgatou, brevemente deverá resgatar. É isso que nos vislumbra a opinião geral de muitos entendidos no assunto.

Sobre a segunda pergunta feita aos professores: Você gostaria de ler um livro eletrônico? vejamos o que eles disseram:



A essa pergunta foram dadas três opções de respostas, pelo fato de julgar que alguns professores poderiam desconhecer do que se tratava. Isso foi comprovado ao ler as respostas dadas por eles: 34 professores declararam desconhecer o livro eletrônico. Os demais envolvidos na pesquisa equilibraram suas preferências – 21 professores manifestaram vontade ler um livro eletrônico e 20 deles disseram não se interessar por tal modalidade de leitura.

A Revista Veja, em 02 de junho de 1999, trouxe um artigo: “O futuro do livro” que teve como manchete: *E-books completam um ano e ainda provocam discussões se substituirão as obras impressas*. O artigo afirma que um dos maiores sonhos de visionários chega perto da realidade e acrescenta que

“a revolução tecnológica em curso é predominantemente da informação. Como também já foi no passado. Depois da invenção da escrita, há 5000 anos, na Mesopotâmia, os chineses criaram o livro escrito. No século XV, outra revolução ocorreria com a invenção da prensa de Gutenberg. (...) Só no século seguinte o livro pôde ser carregado debaixo do braço. O que um grupo de empresários está propondo agora é desvencilhar-se do turbilhão de informações preservadas em livros, enciclopédias e outros manuscritos. Hoje, muitas obras vivem na forma impressa e eletrônica, disponíveis em CD-ROM ou sites da Internet. Mas a tela de um PC não permite uma leitura agradável por várias horas seguidas...” (Veja,99)

O artigo continua fazendo uma explanação sobre o livro eletrônico e declara que numa feira internacional de novidades no mercado, a opinião geral dos editores foi que ainda era cedo para que as editoras comesçassem a investir na idéia. Era preciso deixar os *e-books* caírem no gosto do público primeiro.

O artigo cita a opinião do escritor Sven Birkerts, autor de *The Fate of Reading in an Electronic Age* (O Destino da Leitura na Era Eletrônica), que fala sobre a

influência da tecnologia no mundo moderno, o qual resumiu o efeito dos livros eletrônicos assim:

“Palavras lidas de uma tela ou escritas para uma tela – palavras que aparecem e desaparecem e até podem ser removidas e recolocadas com um simples apertar de botão – podem nos afetar diferentemente de palavras imobilizadas no acessível espaço de uma página de um livro”. (Veja,99)

O artigo termina dizendo que por enquanto ainda é cedo para começar a esvaziar as prateleiras, pois nenhum aparelho, por mais sofisticado que seja, ainda não conseguiu competir com as obras impressas, que custam menos, nunca se apagam por problemas de bateria e são bem mais fáceis de serem lidas.

A mesma Revista Veja, em 04 de outubro de 2000, trouxe um outro artigo que fala sobre problemas pelos quais estão passando dois autores que resolveram lançar livros pela rede. O nome do artigo é “Calote na rede” e consta do seguinte: Dois escritores famosos, mestres do suspense, tentam repetir no mundo virtual o sucesso que obtiveram publicando suas obras em livros de papel. Stephen King, autor de livros que serviram de roteiro para filmes, lançou, exclusivamente na Internet o livro “A Planta”. O projeto que começou bem no 1º capítulo, caiu um pouco no 2º e definhou ainda mais no 3º que, talvez, nem fosse disponibilizado porque o autor ameaça não lançá-lo, caso mais de 75% dos internautas não cumprissem o combinado, ou seja, pagar 1 dólar por capítulo. Grande parte dos leitores estava copiando os capítulos do site divulgado sem pagar e, se quisessem continuar fazendo *download*, no final do livro desembolsariam 13 dólares o que não é pouco, pois um outro livro do autor na Amazon.com custa cerca de 7 dólares.

O escritor britânico Frederick Forsyth, 60 milhões de livros vendidos, também optou pela Internet onde deveria colocar cinco de seus contos, mas preferiu usar um sistema mais conservador para evitar problemas. Para isso, foi usada uma trava digital que impede que o livro seja reproduzido ou pirateado.

Por fim, alguns especialistas sugeriram que publicar obras exclusivamente digitais pode não ser um bom negócio. “Até agora tem sido divertido”, afirma King. Melhor mesmo será esperar para ver o resultado daqui a algum tempo.

Muitos escritores reais estão contando as histórias de suas vidas reais ou imaginárias e falando de suas esperanças e temores, verdadeiros ou fictícios. Nunca existiu uma linha divisória clara entre a realidade e a fantasia, o desejo e o medo, a intenção e o ato, a observação e a participação, e as distinções podem desaparecer completamente com a escrita espontânea, com a leitura instantânea e com as perspectivas ilimitadas de assuntos e experiências na Internet. Em princípio, todos podem ler tudo e interagir com todos. A quantidade de material que poderia ser lido pode superar a imaginação. Todavia, os textos impressos têm sido produzidos com uma abundância maior do que a possibilidade de que alguém os lesse durante séculos. A tecnologia eletrônica simplesmente torna a escolha ainda maior – e a tarefa de descobrir e localizar algo realmente interessante ainda mais difícil. É verdade que existe uma grande quantidade de coisas sem qualidade à disposição. A escolha e a auto-proteção serão habilidades que precisarão ser desenvolvidas.

Assim como haverá oportunidades e até demanda de muito mais leitura, também haverá oportunidade e demanda para muito mais escrita. Você pode ler um livro sem escrever, mas os leitores da Internet raramente são capazes de evitar uma certa quantidade de escrita, ou um mínimo de habilidade com um teclado. Sempre será preciso alguma experiência técnica para movimentar-se pelos caminhos da informática, algumas habilidades que o possibilite ter um desempenho razoável frente à máquina.

Atualmente, o mundo todo está se deixando levar pela onda tecnológica que perspassa todos os segmentos da sociedade. Diz-se que as grandes bibliotecas já estão escolhendo dados eletrônicos em vez de livros e jornais conduzidos pelos orçamentos, assim como pela pressão do fornecedor e pela demanda do consumidor. Uma reação em favor dos livros tem a mínima probabilidade de sucesso.

Isto significa o final dos livros? Há quem diga que sim e há também os saudosistas que relutam em dizer não. Contudo, todas as vantagens que possam ser apresentadas a favor do livro convencional, certamente serão apresentadas pelos computadores. Não se acredita que a tecnologia eletrônica poderá substituir os livros, mas que ela poderá produzir algo com a mesma aparência, sentido e “cheiro dos livros”- algo que tenha a mesma conveniência que eles. Aí então – a tecnologia não terá substituído os livros – ela terá se *tornado* livros. Todavia, os livros, como os concebemos agora, ainda deverão permanecer a nossa volta por bem tempo, pelo tempo que as pessoas ainda demonstrarem interesses por eles.

Concluindo: a Internet é realmente um novo mundo que se descortina aos nossos olhos e que, com toda a certeza, veio para nos beneficiar. É mister que enxerguemos bem suas múltiplas possibilidades e que saibamos desfrutar das “benesses” que ela nos oferece. Se agora ela nos assusta, para as crianças nascidas nessa era eletrônica ela será tão natural como “o sol que brilha novo a cada amanhecer”.

6 - AS NOVAS MÍDIAS E SEU IMPACTO NO ATO DE LER

“Psicólogos americanos advertem: o mundo on line pode fazer mal à saúde e até acabar com a sua vida”.

A manchete acima (Isto É, 19 fev. 1997) aparece em uma matéria cujo título é DROGA DE INTERNET e faz vários questionamentos que nos levam, pais e educadores, a refletir sobre a última “mania” que ocupa boa parte do tempo de várias pessoas, quer sejam adultos, quer sejam adolescentes.

Segundo o artigo, a última droga a prender suas vítimas em sua teia chama-se *World Wide Web*. Vários jornais do exterior andaram publicando histórias escabrosas que acusam a rede de causar demissões, acabar com casamentos, provocar bancarrota financeira e até suicídios.

No Brasil, solitários de todas as idades estão se encontrando em salas virtuais para horas intermináveis de conversa fiada, o popular “chat”, mas até agora não se tem notícia de que alguém tenha cometido qualquer gesto tresloucado por influência do convívio ciberespacial.

Aí nos vem uma dúvida: será que isso é mesmo uma doença? Psicólogos americanos e ingleses garantem que sim e reconhecem a “síndrome da dependência da Internet” como um novo distúrbio capaz de arruinar a vida de muita gente. Nos EUA já abriram clínicas para viciados em computador. No ano de 1998, uma professora universitária fez um estudo e revelou um fenômeno: ela fez a 496 usuários o mesmo tipo de perguntas que normalmente se faz aos viciados em drogas. Resultado: 396 dos internautas são dependentes da Web.

E o artigo continua dizendo que por mais perverso que possa parecer, grupos de apoio aos dependentes da Web estão surgindo dentro da própria Net. Chega a ser até cômico, mas há páginas dos *Webaholics*, dos *Netaholics* e dos *Internet Anonymous*, com um programa de “desintoxicação” em 12 estágios que começa com a oração “Conceda-me serenidade para saber quando desconectar”.

6.1- Uma pausa para reflexão

Como é que nós, pais e educadores, vemos tudo isto? Será mesmo uma “síndrome” capaz de interferir na educação de nossos filhos e alunos? Como devemos agir para orientar bem as pessoas que estão se extrapolando na relação com a máquina?

Sabemos de casos de usuários, bem próximos a nós, que passam noites inteiras no computador e isso está prejudicando sobremaneira. Como exemplo: profissionais que diminuíram sua capacidade de render no trabalho, alunos que não conseguem prestar atenção às aulas porque passaram a noite conectados, pais que não impõem limites a seus filhos e, apavorados, pedem auxílio à escola no sentido de orientá-los como agir corretamente, desempregados que investem o fundo de garantia de vários anos trabalhados e até chegam a se endividar para poder preencher as horas ociosas. Embora em escala menor, creio que já deve estar chegando a hora de nós, brasileiros, começarmos a nos preocupar com o uso da internet.

Então se questiona: Até que ponto o mundo “on line” é benéfico principalmente para o aluno que, no auge da adolescência se entrega de forma frenética a ele? De que maneira devemos agir para mostrar-lhe que a tecnologia é realmente fascinante, mas que ele deve também aprender a fazer uso de outros meios para ter uma formação mais globalizada? Como despertar no aluno adolescente, envolvido na agitação do mundo moderno o prazer da leitura, quer seja literária, científica, filosófica ou outra qualquer? Nossos alunos andam “ligados”. Para eles, parar de ler, refletir, se entregar à fantasia de viajar através da leitura de um livro é coisa ultrapassada. Ele se recusa a pensar, ele quer mais ação. Quando o professor insiste em defender a idéia de que através de uma boa leitura ele poderá se enriquecer, muitas vezes é considerado um ser jurássico. Não é bem assim. Devemos despertar no aluno o gosto pelo novo, mas também estimulá-lo a conhecer e valorizar o passado; a ter cultura. Dificilmente encontraremos entre os alunos de hoje algum que se interesse por personagens clássicos da literatura. Conhecer os sonhos de Dom Quixote, as aventuras de Robinson Crusoe, o eterno amor de Romeu e Julieta, o sonho de liberdade de Castro Alves, a ironia sutil de Machado de Assis, o “filosofar” de Guimarães Rosa, os heterônimos de Fernando Pessoa faz com que ele valorize o passado e até mesmo tire dele parâmetros para o seu futuro. O próprio Bill Gates afirmou em uma entrevista: “Meus filhos terão computadores sim, mas antes terão livros”.

Nós, adultos de hoje, pais e educadores, estamos literalmente diante de um grande desafio: Sermos mediadores nessa época de transição. Refletiremos a seguir sobre a educação (em geral) na era da informação.

6.2- A educação na era da informação

As novas tecnologias de comunicação desafiam antigos e novos educadores.

“O desenvolvimento tecnológico permitiu que a informação viesse a representar, nos últimos decênios, o fator chave dos processos produtivos de bens e serviços, interferindo, não apenas na produção de bens de natureza física, mas principalmente na natureza simbólica.”

(Soares, 1993).

De acordo com a citação, toda a informação que recebemos é permitida pelo desenvolvimento tecnológico moderno. A educação na era da informação precisa ser revista em todos os seus aspectos.

No Brasil, estamos assistindo, atualmente, a uma verdadeira revolução no ensino. Leis são criadas ou modificadas, maiores verbas são destinadas para as escolas, tentam padronizar e/ou modificar os currículos, vários projetos são feitos para a capacitação de professores, tudo isto com o intuito de melhorar a educação no país.

Embora se saiba que bons frutos já estão sendo colhidos, sabe-se também que resta ainda muito o que se fazer.

Em Minas Gerais, por exemplo, o governo achou por bem enviar computadores muito atuais para as escolas públicas estaduais sem sequer saber se as mesmas possuíam boas condições na rede física para recebê-los. Quanto ao pessoal que deveria operá-los, pouco ou quase nada se fez. É lamentável ver máquinas caras em desuso ou, quando usadas, operadas por leigos que não tiram nenhum proveito para si nem para os outros. Isto não significa que a educação esteja sendo informatizada. O que está havendo é um equívoco. Um computador desligado em uma sala é o mesmo que um livro numa prateleira da biblioteca. Ambos só terão serventia se forem bem utilizados. Caso contrário, a educação continuará no mesmo marasmo em que vem se arrastando há anos.

Para que a educação seja inserida na Era da Informação, precisamos abandonar a concepção “bancária”, alvo de crítica do Professor Paulo Freire. Tal concepção diz que:

“o educador é o que educa, é o que pensa, é o que sabe, é o que diz a palavra, é o que disciplina, é o que escolhe o conteúdo programático, é o que avalia, é o que atua.” (Freire, 1998)

Paulo Freire critica essa concepção porque, para ele,

“ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.” (idem, p.68)

O autor acredita que só existe educação quando houver reciprocidade entre os homens e se houver a mediatização do mundo.

6.3- A leitura na era da informação

Segundo o professor Lauro de Oliveira Lima (1980), “O professorado brasileiro não atingiu a Galáxia Gutenberg”: utilização do livro”. Para ele, a maioria dos nossos professores se comporta como o “lector” medieval que recitava pergaminhos para os alunos analfabetos. A biblioteca não é ainda uma fonte de informação. Mas ele prognosticava:

“Haverá um dia talvez este já seja uma realidade – em que as crianças aprenderão muito mais – e muito mais rapidamente – em contato com o mundo exterior do que no recinto da escola”. (idem, p.39)

Surge uma dúvida: como se portam os alunos de hoje frente à modernização? Estarão eles tranquilos ou perplexos diante de tudo o que vem acontecendo? O que nos instrui mais: uma aula expositiva, uma palestra, uma pesquisa na Internet ou um trabalho feito após a leitura de um livro e/ou um artigo ou uma reportagem.

Não se sabe. É difícil responder a essas indagações com razoável precisão. O que fica patente é que para o aluno de hoje obtenha sucesso é imprescindível que ele saiba ler e interpretar com competência os mais variados tipos de textos que existem. Se fizer isto bem, o resto virá como consequência: tanto a produção de texto, quanto o uso da língua oral que vem sendo muito enfatizada pelo ensino moderno.

O professor de qualquer área de estudo deve ter em mente a formação de um bom leitor, principalmente nesses tempos de transição, quando a mídia oferece com tanta facilidade diversos meios de todos se manterem informados. Há de se ressaltar também que o bom leitor não é aquele que devora páginas e páginas, mas aquele que lê, interpreta e compreende quaisquer tipos de leitura, seja ela seja ela transmitida pelo código verbal ou não verbal. O aluno precisa estar conscientizado de que quando ele ler (bem), maiores serão as suas chances de adquirir conhecimento.

“Conhecer significa compreender todas as dimensões da realidade, captar e expressar essa totalidade de forma cada vez mais ampla e integral”.
(Moran, 1994)

Todos temos, segundo Howard Gardner,

“a inteligência ou habilidade lingüística que se manifesta em gostar de escrever, ler, ouvir e contar histórias; que facilita a compreensão através das palavras faladas ou escritas. Em muitas pessoas essa habilidade lingüística é mais espontânea, imediata, perceptível. Em outras, vai se desenvolvendo aos poucos, pelo processo de aprendizagem”. (idem 1994)

O autor diz que há pessoas que possuem a inteligência lingüística mais desenvolvida e outras em que essa habilidade vai se desenvolvendo aos poucos.

Para formar o bom leitor, urge que se desenvolvam mais e mais os processos de comunicação ricos, interativos e profundos. Há de se abrir as escolas ao mundo, à vida. A Informática nos possibilita essa abertura.

6.4- Informática – Porta aberta à comunicação

Talvez uma maneira de se abrir as escolas ao mundo, à vida, seja oferecer aos alunos e às pessoas em geral, condições de se comunicarem efetivamente ignorando o fator espaço físico. O computador permite esse tipo de comunicação. Através da carta eletrônica, uma pessoa pode expor suas idéias, fazer comentários sobre as idéias expostas por seu interlocutor, enfim, ler (até compulsivamente) e se comunicar de maneira rápida e barata e, por que não dizer impossível se essa comunicação fosse feita nos moldes convencionais?

Além do mais, os clubes eletrônicos de trocas de informações seduziram de imediato as universidades e no início dos anos 90 a Internet ganhou o mundo e, ao mesmo tempo, tornou-se congestionada e começou a tumultuar a intercomunicação, a pesquisa e a transmissão de dados das universidades e instituições de ensino e pesquisa. Afinal, estima-se que, aproximadamente, mais de 40 milhões de pessoas estejam conectadas à Internet e que a WEB abrigue mais de 320 milhões de páginas, com a criação diárias de cerca de 4 mil páginas. Por causa dessa agradável confusão, eis que surge a Internet-2, criada a partir da necessidade de adaptar a tecnologia da Internet para o desenvolvimento da pesquisa acadêmica e acelerar a introdução do próximo estágio da Internet nas universidades.

A Internet expandiu-se tão rapidamente nos últimos anos que se tornou uma das maiores transformações culturais do final do milênio.

Segundo Dimenstein,

“Nunca surgiu um instrumental tão poderoso de acesso ao conhecimento quanto a Internet. É um avanço talvez comparável à invenção do alfabeto.”
(1998, p.56)

Para o autor, a Internet é um marco importante na história do homem.

Desde sempre, pessoas com interesses comuns descobrem alguma forma de se encontrar para trocar idéias. Na Internet não foi diferente.

“Criaram-se os BBS: ‘Bulletin Board System’ - ou Sistema de Quadro de Aviso – que permite troca de mensagens eletrônicas ou de arquivos entre os usuários, o que oferece, entre outros recursos, a interatividade – capacidade de comunicação em mão dupla, demonstrando, na esfera global, que a Internet domina dia-a-dia, soberana.” (Bauer,1997)

Há pessoas que tentam tachar o computador de responsável pelo empobrecimento das relações humanas, advertindo os seus usuários sobre o perigo do isolamento. Uma das críticas mais comuns que se faz à era da informática é que, quanto mais ela avança, mais as pessoas tendem a ser solitárias. Há, realmente, condições técnicas para que alguém passe a vida trancado em casa – trabalhando, divertindo-se, fazendo compras, tudo pelo computador. Mas o que costuma acontecer não é nada disso. Ao contrário.

Fenômenos com a Internet e os BBS trouxeram de volta o hábito de escrever. Praticamente, desde a popularização do telefone, o costume de trocar correspondências havia caído no esquecimento. O computador resgatou a cultura da comunicação interpessoal escrita.

Embora o que se escreva nas mensagens não seja exatamente literatura de primeira, a correspondência eletrônica já tem até uma linguagem própria. Por exemplo, a etiqueta manda que não se escreva em letras maiúsculas, PORQUE PARECE QUE A PESSOA ESTÁ GRITANDO!!! Como ainda não existe “papel de carta” eletrônico, os usuários tratam de personalizar as mensagens criando desenhos no teclado para acompanhar as “assinaturas”. Ou ainda usam bonequinhos para realçar suas emoções, os chamados “*emoticons*”.

Há muitos pontos positivos a favor da Internet. Há psicólogos que já a apontaram como importante agente desinibidor dos tímidos e reclusos. É bastante comum se ouvir falar ou ler sobre pessoas que tinham dificuldade para se relacionar e, através da Internet, venceram as barreiras e muitas avançaram tanto a ponto de assumirem compromissos mais sérios como o namoro e até mesmo o casamento. Um dos grandes charmes do computador é o de ser uma tecnologia aberta, modular, plural. Cada pessoa adapta a máquina às suas necessidades. O computador exerce também um importante papel cultural e social. Daí se pode dizer que a Internet possibilita a “democracia direta”.

As mensagens eletrônicas simplificaram o contato com os níveis hierárquicos superiores das grandes empresas. Se antes, para um funcionário falar com algum diretor pessoalmente era quase impossível ou levava meses, com o correio eletrônico, isso se torna possível e diga-se de passagem, sempre com resposta.

Todavia, ninguém pode ainda saber se com a Internet o futuro das políticas sociais estará ameaçado. Sem dúvida, é óbvio que ficará muito mais fácil para que grupos organizados se unam e se tornem verdadeiros organismos com vez e voz. Em contrapartida, a Internet, se mal usada, será uma arma poderosa para que pequenos grupos tentem impor sua vontade sobre o restante da população e se transforme num instrumento de desestabilização nacional. Bem usada, ela sempre poderá ser um forte instrumento de fortalecimento institucional. Seja como for, será pelo menos uma prova de que o computador também é sinônimo de liberdade de expressão. Ainda que os pessimistas digam o contrário, a informática parece não ser problema para a sociedade moderna. O problema seria a falta dela.

Na educação, o computador vem cada vez mais marcando presença e exigindo que professores e alunos se conscientizem de sua importância e façam dele um aliado na busca do saber.

Segundo Valente:

“O uso do computador requer certas ações que são bastante efetivas no processo de construção do conhecimento. Quando o aprendiz está interagindo com o computador ele está manipulando conceitos e isso contribui para o seu desenvolvimento mental. Ele está adquirindo conceitos da mesma maneira que ele adquire conceitos quando interage com objetos do mundo, como observou Piaget.” (1998, p. 40)

Essa afirmação enfatiza a participação do aluno na construção do seu conhecimento e o computador é um instrumento de mediação, já que possibilita o estabelecimento de novas relações e de novas formas de atividade mental.

Portanto saber conviver com essas máquinas tirando proveito sem se tornar escravo delas, será tão importante quanto saber ler e escrever. Ainda se tem uma tendência de ver o computador apenas como instrumento de trabalho, estudo ou lazer, ou seja, uma máquina que cumpre algumas funções específicas na vida de cada um. No entanto, cada dia mais o computador passará a ser objeto presente e necessário em quase todas as atividades cotidianas.

Reflexão final

Depois das idéias expostas, resta uma pergunta: É possível formar o bom aluno leitor promovendo a interação do livro com as novas tecnologias de comunicação? É provável que sim, pois seja qual for o meio utilizado para a aquisição do conhecimento o importante é estar sempre atualizado, não interessando se é por meio de um simples livro ou através de um sofisticado aparelho eletrônico.

Segundo Bordenave (1995),

“a comunicação é uma arte. Os meios de comunicação não são frios e indiferentes transportadores de mensagens, mas sim, parte do patrimônio artístico do homem que busca, através deles, sua auto-expressão e a produção de valores estéticos. Hoje estamos começando a perceber que os novos meios não são apenas engenhos mecânicos para criar mundos de ilusão, senão novas linguagens com novos e únicos poderes de expressão... A invenção da imprensa mudou não somente a quantidade de coisas escritas, mas também o caráter da linguagem e as relações entre o autor e o público. O rádio, o cinema e a televisão e o computador empurraram a língua na direção da liberdade e as espontâneas variações da língua falada: eles nos ajudaram a recuperar a intensa consciência da linguagem facial e o gesto corporal”.

Bordenave ressalta a importância da comunicação e dos meios de comunicação em geral.

E McLuhan completa seu pensamento com uma afirmação que pode parecer herética para aqueles que vêem nos modernos meios de comunicação social algo diabólico e corruptor.

“Se esses meios de comunicação coletiva vierem servir apenas para debilitar ou corromper níveis, já previamente atingidos, de cultura verbal ou psicológica, não será porque haja algo de mal inerente neles mesmos. Será porque nós falhamos em dominá-los como novas linguagens a tempo para integrá-los em nossa herança cultural e global”. (McLuhan, 1969)

Em oposição às opiniões de McLuhan, o qual afirma que os meios coletivos favorecem a “tribalização” da humanidade, há pessoas que temem que os meios coletivos contribuam para aumentar ainda mais o isolamento recíproco das pessoas.

Por outro lado, esses mesmos meios podem ter funções instrumentais e consumatórias: conseguir efeitos utilitários ou gerar emoções e prazer.

Terminemos com um velho e conhecido adágio: “Homem nenhum é uma ilha”. O homem é um ser que precisa viver em sociedade e, para isto, precisa se comunicar com outros homens. “É bom que o homem não esteja só,” já dizia a Bíblia, ele precisa extravasar-se, partilhar com os outros seus sonhos e anseios. Para tal, não nos interessa de que meios de comunicação ele utilizará. O que realmente interessa é que ele saiba se comunicar bem, expressar-se de forma satisfatória, buscando a sua felicidade e a felicidade dos outros com quem convive. E é isto que nós, pobres mortais, estamos tentando fazer desde o princípio da História - comunicar para viver, para sobreviver!...

7 - CONCLUSÕES

Pode-se concluir esta etapa evocando uns versos de Carlos Drummond de Andrade (1942): “E agora, José? / Você marcha, José! / José, para onde?”

Não nos interessa muito para onde José possa marchar. O importante é que ele marche. Essa é a imagem que fazemos de todos os educadores, eternos aprendizes em permanente procura de seus ideais. Repetindo as palavras de Guimarães Rosa”(1956), “Mestre é aquele que de repente aprende”, constatamos que foi essa busca constante que delimitou os objetivos dessa dissertação.

Baseando-nos nesses objetivos, podemos concluir que:

- A formação de alunos / jovens leitores deve ser meta prioritária de todos os professores de uma escola.
- As novas práticas pedagógicas propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais devem nortear os rumos da leitura na escola.
- Conhecer a história da leitura esclarece-nos diversos comportamentos sociais frente ao universo do livro.
- A pesquisa realizada nos permitiu delinear algumas hipóteses sobre o futuro da leitura no mundo informatizado.
- A leitura desempenha um importante papel na construção do caminho para a cidadania.
- A leitura, além de ser um instrumento facilitador na produção do conhecimento, é também fonte de lazer.
- Nós, pais, professores e adultos em geral, precisamos incentivar a leitura junto aos mais jovens e ressaltar as inúmeras possibilidades que ela traz às pessoas.

7.1 - Algumas limitações deste trabalho:

- Conseguir 100% de honestidade das pessoas envolvidas na pesquisa realizada.
- Contar com a adesão da maioria dos educadores para uma “campanha” de incentivo à leitura.
- Convencer os alunos de que a leitura possibilita-lhes o crescimento individual e abre-lhes as portas do mundo.

7.2 - Sugestões para trabalhos futuros.

Sugere-se, como trabalho futuro, a elaboração de projetos que incentivem a leitura e contribuam, conseqüentemente, para a formação de leitores.

Sugere-se também que, durante toda a vida estudantil da criança, seja feito um trabalho intermitente a favor da leitura, uma vez que a formação de leitores é um processo complexo e demorado que requer de todos nós perspicácia, persistência e paciência.

Outra sugestão é o desenvolvimento de práticas pedagógicas transformadoras entre os professores de forma a torná-los cúmplices na tarefa de conquistar (e formar) o aluno leitor.

Sugere-se ainda que a escola facilite a aproximação dos alunos com os livros através da organização de pequenas bibliotecas, nas salas de aula; através do uso sistemático e desburocratizado da biblioteca da escola; e, através do intercâmbio de obras literárias entre os alunos e os professores.

Outra forma de viabilizar a aproximação dos alunos com os livros é promover, na medida do possível, o encontro deles com autores de obras conhecidas o que, certamente, irá despertar-lhes a curiosidade a respeito do assunto. Esse encontro também poderá servir para que alguns deles se identifiquem com esses autores e sejam impelidos, quem sabe, a querer escrever.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVICH, Fanny. Literatura Infantil: gostosuras e bobices. 2.ed. São Paulo. Scipione, 1991.
- AGUIAR, Vera Teixeira de. Leitura em crise na escola: as alternativas do professor. Org. Regina Zilberman, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1998.
- APPADURAI, Arjun. Disjunção e diferença na economia global. In: FEATHERSTONE, Mike. (coord.). Cultura global. Nacionalismo, globalização e modernidade. Trad. Attilio Brunetta. Petrópolis, Vozes, 1994.
- ARROYO, Miguel G. (org.). Da escola carente à escola possível. São Paulo, Edições Loyola, 1991.
- BAMBERGER, Richard. Trad. Octavio Mendes Cajado. Como incentivar o hábito da leitura. 2. ed. São Paulo, Ed. Ática, 1986.
- BORDENAVE, Juan E. Diaz. Além dos meios e das mensagens. Petrópolis, Vozes, 1983.
- CAMPBELL, Linda, CAMPBELL, Bruce, DICKINSON, Dee. Ensino e Aprendizagem por meio das Inteligências Múltiplas. 2ª ed. Trad. Magna França Lopes. Porto Alegre, ed. ARTMED, 2000.
- CARVALHO, Bárbara Vasconcelos de. A Literatura Infantil. 2 ed. São Paulo, Edart, 1983.
- CAVALLO, Guglielmo & CHARTIER, Roger. História da Leitura no Mundo Ocidental. São Paulo, Ed. Ática, 1999.
- COELHO, Betty. Contar histórias: uma arte sem idade. São Paulo, Ática, 1986.
- COELHO, Nelly Novaes. A Literatura Infantil, 2. Ed. São Paulo, Quíron/Global, 1982.
- COUTINHO, Carlos Nelson. "Cidadania, Democracia e Educação". Série Idéias nº 24, São Paulo, 1994.
- Departamento de Letras Vernáculas, Cadernos – UFMG, 1995.
- DEMO, Pedro. Cidadania tutelada e cidadania assistida. Campinas, Autores Associados. 1995.
- DIMENSTEIN, Gilberto. Aprendiz do Futuro: cidadania hoje e amanhã. São Paulo, Ed. Ática, 1997.
- FEATHERSTONE, Mike (org.) Cultura Global. Nacionalismo, Globalização e modernidade. Vozes, Petrópolis, 1994.
- FERREIRA, Mauro, Entre Palavras, (vol.8). São Paulo, FTD, 1998.
- FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo, Ed. Contexto, 1997.
- FOUCAULT, M. As palavras e as coisas. 3ª ed. Martins Fontes, São Paulo, 1985.
- FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. Em três artigos que se completam. 27 ed. São Paulo, Cortez. Autores Associados, 1992.
- _____. O papel da educação na humanização, Revista Paz e Terra, n. 09 p: 123.

- FULGÊNCIO, Lúcia & LIBERATO, Yara. A leitura na escola. São Paulo. Ed. Contexto, 1996.
- GARDNER, H. Estruturas da mente: A teoria das inteligências múltiplas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.
- GERALDI, Wanderley (org.) O texto na sala de aula: leitura e produção. São Paulo, Ed. Ática, 1997.
- HAIDT, Regina Célia Cazaux. Curso de Didática Geral. São Paulo, Ed. Ática, 1995.
- HALLIDAY, M.^a K. Spoken and Written language. Oxford University Press, 1989.
- L'ABBATE, Maria de Lourdes P. "Leitor, por onde andarás o velho contador de Histórias?" "Leitura: Teoria & Prática", nº 23, ano 13, jun. 1994, Mercado Aberto, Porto Alegre – Campinas, ALB. Pp.56.
- LAJOLO, Marisa. Do mundo da leitura para a leitura do mundo. São Paulo, Ed. Ática, 1993.
- LA TAILLE, Yves de. Transmissão e construção do conhecimento. In: A criança e o conhecimento: retomando a proposta pedagógica do ciclo básico. São Paulo, SE-CENP, 1990. (Projeto Ipê).
- LÉVY, Pierre. As tecnologias da Inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro. Ed. 34, 1993.
- LIMA, Lauro de Oliveira. Para que servem as Escolas? Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- MARTINS, Maria Helena. O que é Leitura. São Paulo, Brasiliense, 1982.
- Parâmetros Curriculares Nacionais. Introdução. Brasília. MEC, 1998.
- _____. Língua Portuguesa, MEC, 1998.
- PAULA, Paulo Afonso Garrido de. Educação, Direito e Cidadania. Série Idéias, nº 24, São Paulo, FDE, 1994.
- Revista Veja, 04/12/96.
- _____.02/06/99.
- _____.04/10/00.
- ROBERTSON, Roland. Mapeamento da condição global: globalização como conceito central Petrópolis, Vozes, 1994.
- SAVIANI, Demerval. Desafios para a construção coletiva da ação supervisora: Um,a abordagem histórica. Série Idéias, nº 24, São Paulo, FDE, 1994.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. "Educação, produção do conhecimento e função social da escola". Série Idéias, nº 24, São Paulo, FDE, 1994.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. A produção da leitura na escola. Pesquisas x Propostas. Ática, São Paulo, 1995.
- _____. Leitura na escola e na biblioteca. 4. Ed. Campinas, Ed. Papirus, 1993.
- _____. O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. 7 ed. São Paulo, Ed. Cortez, 1996.

- SILVA, Lilian L.M.da et alii. A escolarização do leitor: a didática da destruição da leitura. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1986.
- SOARES, Magda B. “As condições sociais da leitura: uma reflexão em contraponto”In: ZILBERMAN, Regina & SILVA, Ezequiel T. da. Leitura: perspectivas interdisciplinares. 2 ed. São Paulo, Ed. Ática, 1991.
- TEBEROSKY, Ana. Psicopedagogia da linguagem escrita. 5.ed. Trad. Beatriz Cardoso. Campinas, Ed. Da INICAMP – Petrópolis, Vozes, 1993.
- TV Escola, Cadernos, Viagens de Leitura – MEC, 1996.
- UBEE – União Brasileira de Educação e Ensino. Correio Pedagógico: tecnologia educacional. Projeto Marista de Informática Educativa PROMIED, 1999.
- VALENTE, José Armando. Computadores e conhecimento: Repensando a Educação. 2 ed. Ed. UNICAMP: 1998.
- ZILBERMAN, Regina. A leitura e o ensino da literatura. 2. Ed. São Paulo, Contexto, 1991. (Col. Contexto Jovem).
- _____. “A leitura na escola”. In: ZILBERMAN, Regina, (org.) Leitura em crise na escola. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1993. (Série Novas Perspectivas, 1).
- _____. “O escritor lê o leitor, o leitor escreve a obra”. In: SMOLKA, Ana Luiza B. et alii, Leitura e desenvolvimento da linguagem. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1989.

ANEXO 1 – Questionário para alunos de 1^a a 4^a série.

ANEXO 2 – Questionário para alunos de 5^a a 8^a série.

ANEXO 3 – Questionário para alunos do Ensino Médio.

ANEXO 4 – Questionário para professores.

ANEXO 5 – Resultado da pesquisa realizada com alunos e professores.

Questionário para alunos de 1ª a 4ª série

- 1) Você gosta de ler?
☐ Sim
☐ Não
☐ Às vezes

- 2) Quem mais o incentiva a ler?
☐ Familiares
☐ Professores
☐ Outros
☐ Ninguém

- 3) De que tipo de atividade você mais gosta?
☐ Televisão
☐ Leitura
☐ Videogame
☐ Computador

- 4) Você conhece as historinhas clássicas infantis? (Chapeuzinho Vermelho, Branca de Neve, Os Três Porquinhos, etc)
☐ Sim, mais de cinco
☐ Sim, menos de cinco
☐ Não conheço

- 5) De que forma uma historinha mais lhe agrada?
☐ Contada por alguém (mãe, professora, etc)
☐ Lida em algum livro
☐ Assistida em algum vídeo
☐ Não gosto de histórias

Questionário para alunos de 5ª a 8ª série

- 1) Você gosta de ler?
☐ Sim
☐ Não
☐ Às vezes

- 2) Você costuma ler por lazer?
☐ Sim
☐ Não
☐ Às vezes

- 3) Para você a leitura traz:
☐ Conhecimento
☐ Cultura
☐ Distração
☐ Prazer

- 4) Você acha que a leitura deve ser obrigatória na escola?
☐ Sim
☐ Não
☐ Não sei

- 5) Na sua opinião, como a leitura deveria ser avaliada na escola?
☐ Fichamento
☐ Trabalhos escritos
☐ Provas
☐ Debates
☐ Teatro
☐ Seminários

Questionário para alunos de Ensino Médio

- 1) Você gosta de ler?
☐ Sim
☐ Não
☐ Às vezes

- 2) Você costuma ler por lazer?
☐ Sim
☐ Não
☐ Às vezes

- 3) Para você a leitura traz?
☐ Conhecimento
☐ Cultura
☐ Distração
☐ Prazer

- 4) Para você, a leitura deve ser obrigatória na escola?
☐ Sim
☐ Não
☐ Às vezes

- 5) Na sua opinião, como a leitura de veria ser avaliada na escola?
☐ Fichamento
☐ Trabalhos escritos
☐ Provas
☐ Debates
☐ Teatro
☐ Seminários

Questionário para professores

- 1) Você costuma freqüentar livrarias?
☐ Sim
☐ Não
☐ Raramente

- 2) Você costuma praticar a leitura fora da área em que atua?
☐ Sim
☐ Não
☐ Às vezes

- 3) Você possui livros que tratam de assuntos diferentes dos (assuntos) tratados em sua área de atuação?
☐ Sim, muitos
☐ Sim, poucos
☐ Não possuo

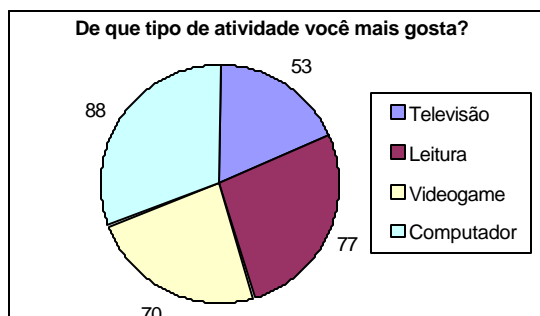
- 4) Você percebe diferença no aluno que lê regularmente?
☐ Sim
☐ Não
☐ Às vezes

- 5) Você acha que a Internet resgatou o gosto pela leitura?
☐ Sim
☐ Não

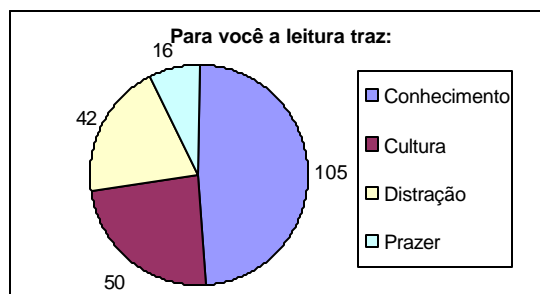
- 6) Você gostaria de ler um livro eletrônico?
☐ Sim
☐ Não
☐ Desconheço

RESULTADO DA PESQUISA REALIZADA

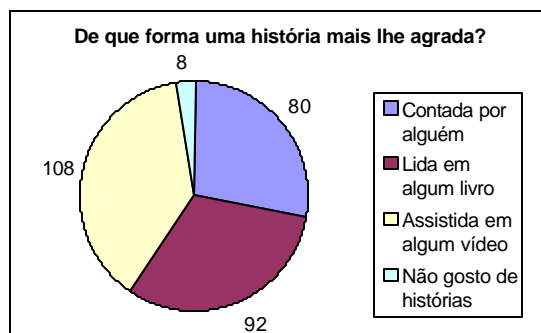
A formação do aluno leitor



288 alunos de 1ª a 4ª série

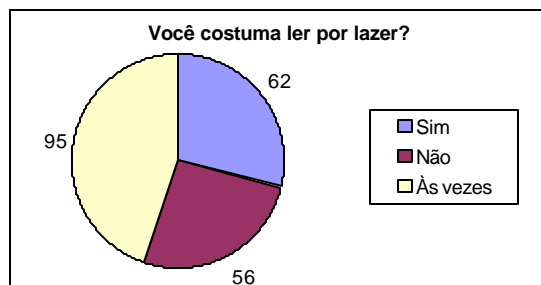


213 alunos de 5ª a 8ª e Ensino Médio

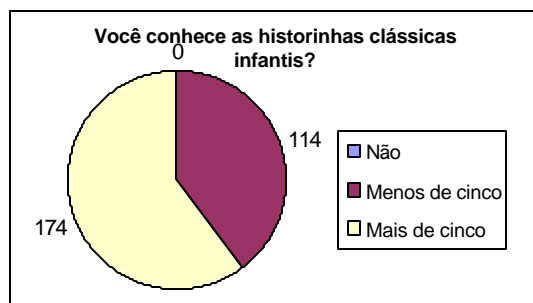


288 alunos de 1ª a 4ª série

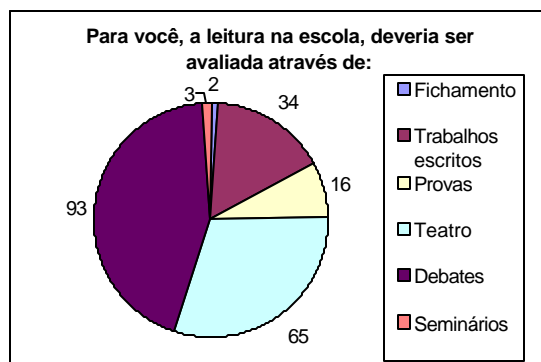
A formação do aluno leitor



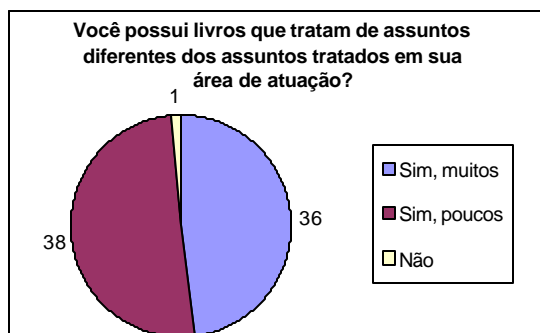
213 alunos de 5ª a 8ª série e Ensino Médio



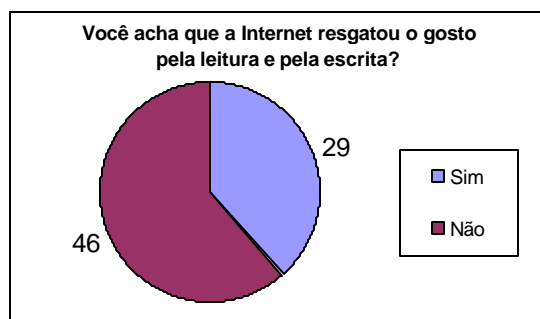
288 alunos de 1ª a 4ª série



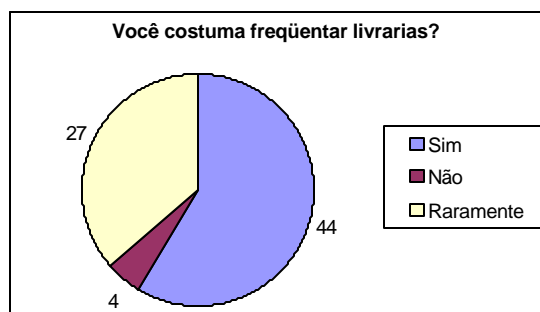
213 alunos de 5ª a 8ª série e Ensino Médio



75 professores

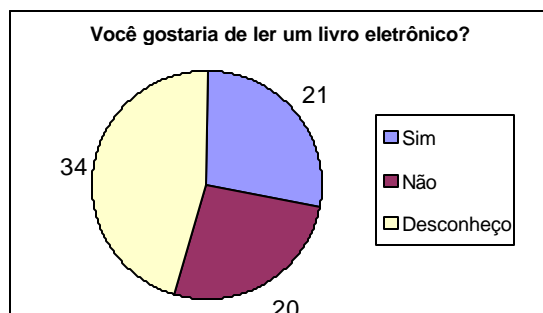


75 professores

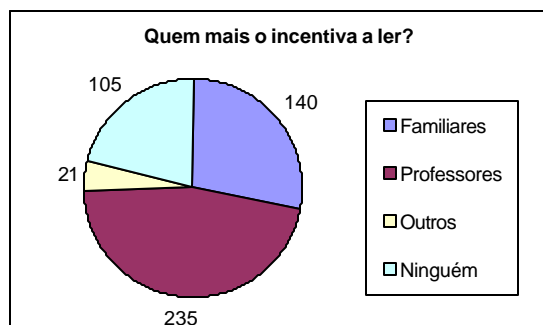


75 professores

A formação do aluno leitor



75 professores

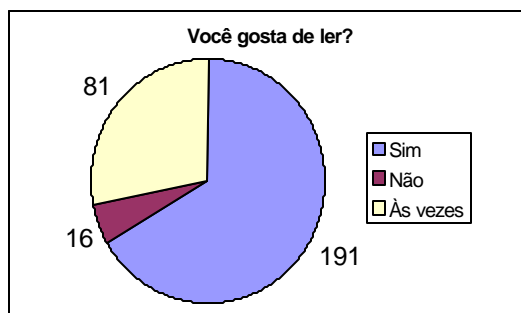


501 alunos de 1ª a 8ª série e Ensino Médio



213 alunos de 5ª a 8ª série e Ensino Médio

A formação do aluno leitor



288 alunos de 1^a a 4^a série

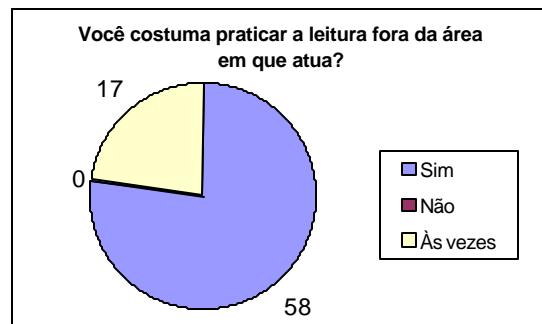


93 alunos de 5^a a 8^a série

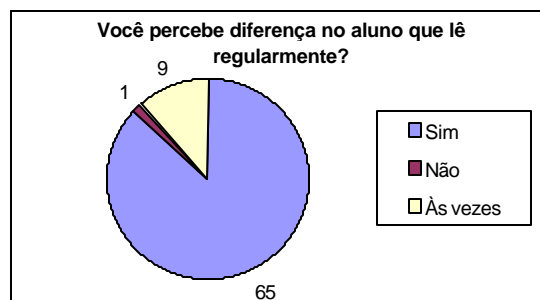


120 alunos de Ensino Médio

A formação do aluno leitor



75 professores



75 professores